



# ESTUDOS INÉDITOS

BANDEIRA TRIBUZI

## UM MODERNO BANDEIRANTE DO ESPÍRITO

A trajetória intelectual de Bandeira Tribuzi tem que ser, obrigatoriamente, analisada sob diversos ângulos, tal a sua multiforme inteligência, exercida com sobriedade e proveito em vários campos do conhecimento.

Homem de reconhecida formação humanística, o autor de **Alguma Existência** - seu primeiro livro de poesia lançado em São Luís na década de 40 e que, de modo decisivo, influenciou gerações posteriores - não se limitou tão-somente à arte da versificação, do cultivo elevado das musas, do canto ou dos cânticos em favor dos humildes, dos antiprivilegiados, dos ricos de espírito, porém desassistidos de bens materiais; em prol deles não apenas escreveu, ajudado pela potencialização do seu estro inspirado, mas, também, foi mais além: criou projetos do mais largo alcance, de relevante sentido social.

Muitos desses planos, postos em ação, colocados no âmbito de suas concretizações, obtiveram êxito absoluto, enquanto que outros guardando no seu bojo técnico, um elevado sentido cívico, ainda estão para ser executados em tempo oportuno e é disto que trata este **Estudos Inéditos** de economia, ora entregue à consideração do público leitor.

Entretanto é necessário acrescentar mais algumas palavras a respeito deste notável cidadão, humilde no tratar, desbravando, com heroísmo, o ácido comportamento de alguns, alienados voluntariamente de determinadas responsabilidades, e, assim sendo, foi um homem de atitudes generosas e até mesmo destituído de futilidades transitórias.

Sempre assíduo ao trabalho, em muitas das vezes quando assoberbado de obrigações jornalísticas, amanehia na sua escrivania de operário das letras, resolvendo situações complexas e tratando os seus subordinados como fossem irmãos.

**BANDEIRA TRIBUZI**

# **ESTUDOS INÉDITOS**

**Seleção, organização, revisão de texto  
e notas de Joaquim Itapary.**

**São Luís-Maranhão  
1992**

**Bandeira Tribuzi (nome literário de José Tribuzi Pinheiro Gomes)**

**Estudos Inéditos/José Tribuzi Pinheiro Gomes. — São Luís: SIOGE, 1992.**

**244 p.: il.; 23cm**

**Seleção, organização, revisão de texto e notas de Joaquim Itapary.**

**1.Economia maranhense 2. História maranhense — Análise 3. Conferências, ensaios — Notas I. Itapary Filho, Joaquim Salles de Oliveira (org.) II. Título**

**CDU: 338 (812.1)**

Copyright © 1992 Marla dos Santos Pinheiro Gomes  
Tiragem: 1000 exemplares  
ISBN: 85-7207-034-6  
Impresso no Brasil

**Normalização:** Eliane Sousa — CRB 13/302  
Suely Martins — CRB 13/209  
**Composição:** Remédios Freire  
**Revisão:** Herbert de Jesus Santos  
Rita de Cássia Marques Figueiredo  
Marcelino Rodrigues Neto  
**Montagem:** Célia Leite  
**Arte-final da capa:** Ribinha

## **S U M Á R I O**

- Apresentação, 9**
- Lista de Quadros, 15**
- Perspectivas Econômicas das BRs no Maranhão, 17**
- Esboço do Comportamento da Economia Maranhense, 41**
- O Nordeste e a Sudene — Breves considerações sobre o IV Plano Diretor da Sudene, 65**
- As Atividades Empresariais no Maranhão, 79**
- Evolução da Lavoura Algodoeira Maranhense, 95**
- São Luís: Síntese Histórica da Formação Urbana, 107**
- Formulação de uma Política de Colonização e Reforma Agrária, 119**
- Esforço Tributário em Região Subdesenvolvida, 137**
- Viabilidade Econômica de um programa "Álcool de Mandioca" no Maranhão, 145**
- A Economia Maranhense é Declinante há um Século, 175**

## APRESENTAÇÃO

**E**ste livro, editado por iniciativa de Afonso Celso Pantoja — Presidente do Banco do Estado do Maranhão — e de Benedito Buzar — então Presidente do SIOGE, — encerra uma coletânea de estudos inéditos de José Tribuzi Pinheiro Gomes (BANDEIRA TRIBUZI), sobre importantes temas da história e da economia maranhense.

Bandeira Tribuzi, além de poeta e jornalista de mais elevada expressão, foi professor erudito e economista competente. Destas suas duas últimas qualidades, brotaram as obras agora publicadas: são notas de aulas e de conferências, ensaios e pareceres técnicos de um mestre e economista que via a realidade maranhense aparelhado com os rigorosos instrumentos da análise histórica, dos quais se valia com extraordinária propriedade e eficiência.

À sua visão dialética, enraizada em profundo substrato humanístico, característica dos que frequentaram a célebre Universidade de Coimbra (Portugal) - onde obteve o grau de Economista -, o Autor juntou um perfeito conhecimento de nossa realidade geográfica, social, econômica e política, como poucos intelectuais maranhenses lograram alcançar.

Nós nos conhecemos nos tempos das heróicas "Oposições Coligadas". Ele, Redator-Chefe do **Jornal do Povo** e de **O Combate**; eu, Secretário daqueles diários. Foi testemunha vivencial de um período muito fértil e agitado da sua vida, marcado sobretudo por imensas dificuldades materiais que penalizavam a sua honrada família. Como outros companheiros de jornal, Tribuzi sofreu agruras e adversidades vividas por quase todos os que ousassem fazer jornalismo de oposição ao sistema político dominante no Estado.

São desse período seus livros de poemas **Safra e**

**Pele e Osso**, além de uma peça para teatro intitulada **Como Elegger um Deputado Conveniente**, que tive a oportunidade de ler na redação de **O Combate**, na Rua da Paz, ainda hoje não publicada e muitos menos arrolada em sua bibliografia.

Mais tarde — 1966 — reencontramo-nos à mesma mesa para formulação, com outros técnicos maranhenses, do programa de desenvolvimento econômico executado pelo recém-instalado governo de José Sarney. Na assessoria técnica do Governador, em seguida transformada em uma superintendência do programa (Sudema), concebemos, em equipe, os instrumentos institucionais e administrativos necessários à eficiente execução daquela política. Dessa época são a implantação no Estado de uma nova técnica de programação orçamentária (Orçamento-Programa); o "Projeto João de Barro", que teria acabado com o analfabetismo no Maranhão, se não o houvessem desmontado - como à própria Sudema - nos governos seguintes; os Ginásios Bandeirantes; as Escolas Superiores de Administração e de Engenharia; a TV-Educativa, pioneira no Brasil; a Caema; a Telma; a Cohab; a Companhia Progresso; o Fundo de Incentivo ao Folclore e ao Turismo; o Banco de Desenvolvimento do Maranhão; a rodovia Santa Luzia-Açailândia; o novo Plano Rodoviário do Estado; o programa de expansão de São Luís, com suas pontes e avenidas; a Vila do Anjo da Guarda; a barragem do I-Bacanga; e dezenas de outras iniciativas que modernizaram a infra-estrutura do Estado, mudaram a face do Maranhão e criaram as bases seguras para o desenvolvimento econômico e social, dando ao governo as condições para, em seguida, proceder à mudança das estruturas, providência até hoje preterida.

Durante todo esse convívio, que me enriqueceu espiritualmente, tive a oportunidade de conhecer o pensamento filosófico, político e econômico daquela figura singular de intelectual e amigo, fato que considero uma das mais importantes venturas que a vida me concedeu. Mul-

*tas vezes, horas a fio, discutimos alternativas para a solução dos problemas maranhenses. Nossos diálogos eram, às vezes, marcados pela discordância mutuamente respeitosa. No fundo, porém, sempre estivemos em acordo.*

*Agora parece-me estar, novamente, ouvindo Tribuzi, ao rever e, raramente, anotar e emendar suas aulas, suas conferências, seus pareceres e ensaios, em alguns dos quais pude dar à época em que foram feitos, modesta contribuição.*

*Esta foi, portanto, uma tarefa agradável exatamente porque me permitiu durante algumas noites reviver com amigo tão caro. Porém, o trabalho não foi fácil: a revisão haveria de ser cuidadosa, criteriosa, isenta para não macular o material produzido por tão ilustre e respeitado intelectual. Não me poderia permitir a veleidade de modificar seu pensamento escrito, alterar conceitos e desprezar pontos de vista tão solidamente alicerçados em sua vasta e profunda cultura.*

*Entretanto, muitos dos "originals" a mim entregues não passaram pela rigorosidade da revisão pessoal com que o Autor costumava tratar a sua produção intelectual. Parte do que me veio às mãos é constituída de transcrições, bastante imperfeitas, de gravações de conferências e aulas ou de peças redigidas às pressas, sem rigor científico, já que Bandeira Tribuzi jamais pensou em publicá-las com o crédito de seu respeitado nome. Algumas gravações feitas em salas de aula foram tão maltranscritas que não puderam ser criteriosamente aproveitadas. Este é o caso, por exemplo, de notas tomadas em aulas sobre "A Realidade Maranhense", ministradas a Professoras de 2º grau, em processo de reciclagem profissional. Entendi que reescrevê-las redundaria em uma impostura ou falsidade.*

*Ficaram, assim, em condições de edição 10 trabalhos apenas:*

- 1. Critério Prioritário da Construção de Rodovias Federais no Maranhão (DNER - 1962):*

2. *Esboço do Comportamento da Economia Maranhense (1940-1968) - (Sudema - 1969);*
3. *O Nordeste e a Sudene (Sudema - 1970);*
4. *Formulação de Uma Política de Colonização e Reforma Agrária (Sudema - 1970);*
5. *São Luís: Síntese Histórica da Formação Urbana (Sudema - 1970);*
6. *Evolução da Lavoura Algodoeira Maranhense (Sudema - 1970);*
7. *As Atividades Empresariais no Maranhão (1971);*
8. *Esforço Tributário em Região Subdesenvolvida;*
9. *Viabilidade de um Programa "Álcool de Mandioca" no Maranhão (BDM - 1975); e*
10. *A Última Entrevista (Jornal das Empresas - julho - 1977)*

Como disse antes, Bandeira Tribuzi não submeteu estes trabalhos, agora publicados, à sua crítica, sempre severa e exigente, com a qual certamente os teria escolhido de algumas imperfeições e atendido a critérios e regras próprias à edição técnico-científicos.

A falta de relacionamento das fontes bibliográficas utilizadas pelo Autor, a omissão de períodos a que se referem alguns dados estatísticos e a citação de autores e obras sem indicação precisa, deixaram-me impossibilitado de conferir dados ou trechos citados com as fontes primárias ou secundárias, bem como de adicionar notas, esclarecer ou comentar fatos e temas eventualmente obscuros ou imprecisos. Não obstante, tais deficiências não são capitais e não invalidam os textos agora publicados. Antes lhes confere certa singularidade e originalidade.

O Banco do Estado do Maranhão e o Slogé, com a publicação destes **Estudos Inéditos**, de Bandeira Tribuzi, prestam mais um relevante serviço à Cultura Maranhense, especialmente à juventude, na qual o ilustre professor depositava todas as suas esperanças como agente das mudanças estruturais que o Maranhão necessita para que nele viva uma sociedade mais justa e mais fraterna.

*Envaideço-me ao ver o meu nome entre os colaboradores de Bandeira Tribuzi em um dos trabalhos aqui inseridos. Porém, orgulho-me muito mais de ter, mesmo que modestamente, contribuído para a edição desta obra destinada ao estudo de pontos importantes da Temática Maranhense, ainda bastante atuais, ou à interpretação científica de fatos muito significativos da nossa formação histórica.*

*Quando eu tiver a oportunidade de um reencontro com Tribuzi, em outra dimensão, espero que o querido amigo não desaprove este meu insignificante contributo à sua grande e respeitada obra intelectual.*

*São Luís do Maranhão, fev. 1992*

**Joaquim Itapary**

## **LISTA DE QUADROS**

### **PERSPECTIVAS ECONÔMICAS DAS BRs NO MARANHÃO**

**Quadro 1 — População, 28**

**Quadro 2 — Previsão para o decênio (habitantes), 29**

### **ESBOÇO DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA MARANHENSE**

**Quadro 1 — Produto Estadual Bruto**

**Quadro 2 — Pessoal ocupado e renda gerada nos setores da economia do Estado do Maranhão, 53**

**Quadro 2-A — Pessoal ocupado nas atividades econômicas urbanas e rurais do Estado do Maranhão, 54**

**Quadro 2-B — Renda gerada nas atividades econômicas urbanas e rurais do Estado do Maranhão, 54**

**Quadro 2-C — Renda "per capita" nas zonas urbana e rural no Estado do Maranhão, 55**

**Quadro 3 — Produto Estadual Bruto e renda "per capita" (projeção pela Receita Tributária), 56**

**Quadro 4 — Rendimento por hectare dos principais produtos agrícolas do Estado do Maranhão, 57**

**Quadro 5 — Produção agrícola e extrativa do Maranhão, 58**

**Quadro 6 — Produção agrícola e extrativa do Maranhão, 59**

**Quadro 7 — Perda do valor das exportações no Estado do Maranhão, 60**

**Quadro 8 — Arroz — produção e preços no Estado do Maranhão, 60**

- Quadro 9 — Óleo de babaçu: produção e preços no Estado do Maranhão**
- Quadro 10 — Produção e autoconsumo na Região Centro do Estado do Maranhão (municípios de Dom Pedro e Pedreiras), 61**
- Quadro 11 — Quadro comparativo do valor "per capita" da produção agrícola nos Estados do Maranhão e São Paulo — 1960, 62**
- Quadro 12 — Quadro comparativo do autoconsumo agrícola nos Estados do Maranhão e São Paulo — 1960, 62**
- Quadro 13 — Quadro comparativo da incidência tributária nos Estados do Maranhão e São Paulo, 63**

#### **ESFORÇO TRIBUTÁRIO EM REGIÃO SUBDESENVOLVIDA**

- Quadro 1 — Quadro comparativo da variação da renda tributável em função da variação da produção agrícola nos Estados do Maranhão e São Paulo, 141**

#### **VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM PROGRAMA "ÁLCOOL DE MANDIOCA" NO MARANHÃO**

- Quadro 1 — Nordeste: principais produtos de mandioca, 149**
- Quadro 2 — Produção de Mandioca na Região-Programa, 156**
- Quadro 3 — Renda rural comparada entre alguns municípios da Região-Programa e de outras regiões, 156**

- Quadro 4 — Programa de expansão da mandioca — área para plantio, 157**
- Quadro 5 — Produtividade agrícola da pequena propriedade, 159**
- Quadro 6 — Estimativa de produção de mandioca, 160**
- Quadro 7 — Potencial de expansão na Região-Programa, 162**
- Quadro 8 — Potencial do Programa Álcool de Mandioca, 163**
- Quadro 9 — Rede Rodoviária a implantar, comparada com a rede existente na microrregião de Pedreiras, 165**
- Quadro 10 — Refinarias de Álcool de Mandioca — Estimativa de investimentos e áreas de cultivo, 169**
- Quadro 11 — Investimento do Programa Destilaria, 170**
- Quadro 12 — Fontes de Financiamento do Programa Álcool de Mandioca, 171**
- Quadro 13 — Estimativa do incremento da Renda Sub-Regional, 173**
- Quadro 14 — Programa Álcool de Mandioca — Resultados econômicos previsíveis, 173**

# **PERSPECTIVAS ECONÔMICAS DAS BRs NO MARANHÃO**

**Critério Prioritário da Construção  
das Rodovias Federais no Maranhão**

## INTRODUÇÃO

**D**uas consultas formuladas pelo Serviço Técnico do 15<sup>o</sup> DRF nos deram o ensejo de um exame mais acurado do que, despretensiosamente, poderemos chamar "Perspectivas Econômicas das BRs no Maranhão". Longe está este pequeno trabalho de esgotar o assunto que é vasto e relevante. Na medida das circunstâncias, julgamos porém que não seja inútil, antes se nos afigura muito oportuna, a análise das conclusões a que chegamos com base em elementos técnicos como as cifras estatísticas que aqui alocam, de maneira muito nítida, o que é uma evidência apriorística.

Em economia não convêm as profecias, mas são válidas e valiosas as previsões feitas com base nos dados colhidos do exame imparcial e objetivo da realidade. Neste caso, não pode haver duas realidades. A realidade é uma só: as rodovias federais prestaram, estão prestando e estão destinadas a prestar um importante papel no curso do desenvolvimento econômico do Estado. Não são estradas de turismo, são vias fundamentais do processo econômico maranhense e duas delas, de primazia mais evidente, já desempenharam, nos últimos anos importantes funções:

a) A ligação São Luís - Teresina - Nordeste (BR-21) faz aproximar duas regiões de excelente potencial de mão-de-obra (NE) e de terras agricultáveis em condições propícias. Posto que a imigração de Nordestinos, seja fenômeno histórico, é fato notório que aquelas rodovias exacerbaram o processo;

b) Os excedentes de mão-de-obra do NE estão longe de esgotar-se: portanto a corrente migratória vai continuar, e até acelerar-se. Por sua vez, o fluxo de produtos, Maranhão-NE crescerá com o mesmo ímpeto.

c) Essa realidade é salutar à economia tanto do Maranhão como do Nordeste e poderá criar uma área agrícola de rápido incremento na produção, boa capacidade de absorção da mão-de-obra, minoração da carência alimentar do NE e aumento substancial de renda *per capita*.

d) O ritmo de implantação das duas principais rodovias (BR-21 e BR-22) deve ser acelerado e as autoridades devem usar meios adequados para obter recursos que permitam fazer, até 1966, pelo menos os trechos: São Luís - Caxuxa e Pindaré-Teresina que terão de suportar, nesse ano, um tráfego de 600/700 veículos por dia.

Estes trabalhos estão evidentemente longe de esgotar o assunto e nem tiveram essa pretensão: visam apenas a contribuir para alertar as autoridades sobre a necessidade de prever as condições rodoviárias adequadas a atender o surto notável de crescimento da produção nas regiões dos rios Mearim, Pindaré e Turi.

**I**nicialmente, cumpre ressaltar que as BRs não são rodovias regionais: fazem parte do Plano Rodoviário Nacional (PRN) que envolve razões não apenas econômicas mas sobretudo de integração nacional. Assim seria falso querer interpretar aquela pergunta apenas do ponto de vista regional, ou seja, levando mais em conta, os interesses do Estado do Maranhão. Ao ser elaborado o PRN o que se tinha em mente era interligar todas as unidades da federação, unir as ilhas que fizeram do País, no passado, um arquipélago, para condí-lo à sua vocação de Continente. É evidente que um plano elaborado com tais propósitos só subsidiariamente deter-se-ia em considerações como a de custo financeiro de uma BR, pois sobretudo se pretendia dar uma resposta política e social ao problema dos ilhamentos regionais que eram, sem dúvida, sério entrave ao próprio processo do desenvolvimento nacional

Embora seja verdade que as BRs implantadas em território maranhense não tiveram intuito de ser rodovias maranhenses, no sentido de objetivarem solução de escoamento da produção regional, não é menos verdade que, na medida em que foram sendo construídas (principalmente em áreas onde a rede de rodovias é extremamente diminuída) logo passaram a desempenhar um relevantíssimo papel na economia do Estado. Como os rios, principalmente o Itapecuru, e depois a Estrada de Ferro São Luís-Teresina, as rodovias federais desempenham hoje o papel que aqueles desempenharam ontem: são a via quase exclusiva de escoamento das safras. A tal ponto que nos parece impossível elaborar qualquer plano de desenvolvimento que não considere a imperiosidade de se dar àquelas rodovias condições de melhoramento tais que lhes permitam cumprir com eficiência a tarefa importantíssima que lhes cabe, no processo econômico regional.

É, por outro lado, evidente que o Plano Rodoviário Nacional tem sido considerado pelas circunstâncias fi-

nanceiras da República e, não obstante continuar o DNER recebendo dotações proporcionalmente substanciais, no orçamento federal, o ritmo de cumprimento do PRN teve que ser condicionado àquela realidade; e passaram, do mesmo passo, a preponderar as razões do interesse econômico.

Nem poderia deixar de assim ocorrer, pois se o problema causador da redução do ritmo do plano era a deficiência financeira, tudo tornava imperioso, que se desse prioridade às rodovias de maior sentido econômico, cuja eficácia viesse redundar em rápida expansão da riqueza por sua vez geradoras de maiores arrecadações que viriam possibilitar um aumento de dotações do PRN.

Estas considerações nos parecem necessárias e oportunas para efeito do raciocínio que nos propomos desenvolver: de fato, há diferenças fundamentais entre, por exemplo, a BR-14 e a BR-22. Sem negar o profundo interesse da primeira, de amplo sentido nacional (rodovia integradora) e, sem dúvida, em excelente inversão econômica, a longo prazo, não poderá recusar-se que a BR-22, a curto prazo, é investimento mais rentável, pois abre caminho não apenas a um maior fluxo de riquezas, permitindo um adequado escoamento de safras, como é, ainda, ampla perspectiva de povoamento em regiões pioneiras onde a disponibilidade de terra sem os gravames do latifúndio (terras devolutas) atrai o fluxo histórico de nordestinos para os vales maranhenses.

É evidente que não foi essa rodovia, a BR-22, que abriu essa perspectiva de povoamento, que atingiu o Mearim e o Pindaré e já alcança o Turiaçu, mas a rodovia foi, sem dúvida, um eixo facilitador desse deslocamento populacional que, num decênio, atingiu cerca de 500.000 habitantes.

## **DNER - MA**

O DNER executa no Maranhão atividades que têm como objetivo principalmente as BRs 21, 22, 23 (ex-MA-23), 24 e, em reconhecimento, a BR-51. A primeira ligará São Luís a Porto Franco, no Tocantins. Vai portanto conjugar-se-se à BR-14 e está destinada a ser via de escoamento de uma área cuja perspectiva de povoamento é ampla e começa já a ser realidade a que se compreende nos vales do Alto Mearim, Grajaú e Tocantins, cuja composição fundiária é propícia (terras devolutas).

A BR-22 (que se conjuga a BR-21 ao trecho Caxuxa-Peritoró e forma com ela o eixo fundamental não apenas do rodoviarismo mas também da economia maranhense) visa a ligar a Amazônia ao Nordeste. Seu traçado atravessa toda uma vasta região virgem e promissora que inclui os vales do Mearim, Pindaré, Turiaçu, Maracassumé e Gurupi.

Esta região, tudo indica, está destinada a desempenhar um papel relevante no desenvolvimento econômico do estado, pois tem capacidade (cursos de água abundantes, solo de fertilidade razoável, terra devoluta) para absorver, em termos de grande incremento à produção agrícola, calculadamente 1 milhão de pessoas. Se lograr êxito, como é desejável, o Plano de Povoamento, da Sudene, <sup>(1)</sup> - sem dúvida um programa considerável, - a região antes de 10 anos poderá estar produzindo 10.000.000 de sacas de arroz e grandes toneladas de milho, feijão, gergelim e frutas. Referido plano prevê também o estabelecimento de pequenas indústrias que beneficiem os produtos ali obtidos. De qualquer forma, não será exagero prever que essa nova fronteira econômica estará produzindo no fim da década a metade do Produto Interno Bruto do Maranhão.

A BR-23 (ex-MA-23) é uma nova ligação São Luís-Nordeste que através do Itapecuru, Vargem Grande, Chapadinha, Brejo, atingindo o Piauí, viria encurtar de

200km a ligação com o NE. Atravessa regiões onde predomina o latifúndio (principalmente no vale do Parnaíba) que, historicamente, não é fator de atração e fixação do imigrante; regiões cujo progresso econômico é reduzido.

A BR-24 ligará o Sul do Estado ao Nordeste e Centro do País. As condições de propriedades das terras (predomínio do latifúndio) parecem não ter sido propícias à fixação da emigração. Os municípios da região já servidos pelo trecho construído não apresentam, em sua totalidade, um ritmo de progresso similar aos do Vale do Mearim. A região, aliás, em seu conjunto teve sua população diminuída no decênio.

Finalmente, a BR-51, em estudo, seria uma interligação entre as BR-21 e 24 e possibilitaria a ligação Norte-Sul do Estado.

## **PERSPECTIVA**

Para poder determinar-se com precisão aceitável a ordem de prioridades das rodovias que integram o plano do DNER, no Maranhão, é importante considerar a perspectiva da utilidade, do sentido econômico dessas rodovias, ou seja, em que medida, a curto e médio prazos, elas adquirem não apenas função de adequados escoadouros da produção mas também a função de fatores de reprodução econômica.

Do que anteriormente expusemos, é fácil concluir que a BR-22 é a estrada de perspectiva econômica mais promissora - interliga o Estado ao NE e Sul do País e à região Amazônica e abre caminho à saga pioneira de povoamento que constitui, já hoje, o mais importante fenômeno sócio-econômico do Maranhão. Seu tráfego que atinge nos períodos de safra até 200 veículos por dia está destinado a crescer explosivamente nos próximos anos, devendo alcançar, em 1965, o índice de 600 veículos diários.

O afluxo de imigrantes à área beneficiada mantém-se em ritmo constante e a população mais do que duplicou nos últimos 10 anos. Urge colocar em condições de tráfego permanente o trecho Bacabal-Santa Inês e, logo, Santa Inês-Alto Turi.

A abertura ao povoamento de região tão promissora como a que partindo de Barra do Corda e Grajaú (Rio Grajaú) segue até ao Tocantins, atinge uma área de dezenas de milhares de quilômetros quadrados compostos, em sua grande maioria, de terras devolutas, é uma perspectiva também extraordinária. O exemplo de Imperatriz e da margem da BR-14 é eloqüente. Em menos de 5 anos, o fluxo de imigração e riqueza proporcionado pela construção daquela rodovia foi extraordinário e é só suplantado pelo crescimento populacional/econômico dos vales do Mearim e Pindaré. Pode esta área, a ser servida pela BR-21, ser considerada como também integrada ao mesmo fenômeno de crescimento demográfico e econômico daquela região. A construção da BR-21 até Porto Franco possibilitará, pois, estender por centenas de quilômetros o avanço da fronteira econômica do Estado, rumo à região Amazônica.

Pelas condições de propriedade das terras estabelecidas parece-nos (e a experiência demonstra) menos propícia a semelhante surto-populacional econômico, a BR-23 (ex-MA-23). "Data venia", consideramos que melhor seria não conservá-la em suas características de MA. O mesmo, ou quase, se poderia afirmar da BR-24: nada indica venha a área em que estão locados a beneficiar-se com algum poderoso neste migratório ou econômico. O sentido integrador que inegavelmente possuem, do ponto de vista estadual, tal como o da BR-51 mais os indicaria à inclusão no Plano Rodoviário Estadual. O que queremos afirmar é que o simples sentido econômico dessas rodovias é precário; razões de ordem política (no melhor sentido do termo) justificam sua construção, mas são sobretudo razões de política regional, da

economia interna do Estado e não interestaduais ou inter-regionais.

## **PRIORIDADES**

Se o critério de esquematização do Plano Rodoviário Nacional a que se integram as BRs-210,220,230 (ex-MA-23), 240 e 510 (estudo) foi sobretudo um critério de integração nacional, compreende-se que esse sentido de integração foi mais ponderável do que o sentido econômico-social das rodovias; as contingências financeiras em que o PRN se executa determinaram um substancial aumento de importância do fator econômico na prioridade a ser atribuída à construção dessas rodovias. Nem poderia deixar de ser assim ocorrer pois, do contrário, seria obrigar a Nação a despesas improdutivas ou pouco reprodutivas em detrimento de investimentos rodoviários geradores de riquezas a curto prazo e, portanto, geradores de crescentes verbas, para a Fazenda Pública, que possibilitarão desenvolver o Plano até sua conclusão.

Se, pois as BRs locadas em território maranhense o foram por um de interligação regional-nacional, a verdade é que, na etapa em que se encontram elas adquiriram maior ou menor sentido econômico, maior ou menor capacidade de gerar riquezas. Este fator parece tanto mais ponderável se considerarmos que o Governo Federal (pelo seu organismo regional, a Sudene) deseja converter os vales úmidos do Maranhão em celeiro e absorvente do excedente da mão-de-obra do Nordeste.

Assim, considerando que os critérios de integração nacional somam-se ao sentido econômico das rodovias, opinamos seja dada às rodovias federais do Maranhão o seguinte critério maior:

- 1ª Prioridade - a) Asfaltamento do trecho São Luís-Caxuxa (BR-21) Bacabal-

- Teresina (BR-22); b) Implantação do trecho Bacabal-Alto Turi (BR-22).
- 2ª Prioridade - Construção do trecho Presidente Dutra-Porto Franco (BR-21 e
- 3ª Prioridade - Construção do trecho S.R. Mangabeiras-Balsas (BR-24) e Presidente Dutra-Colinas (BR-51)
- 4ª Prioridade - Construção do trecho Colinas-Pastos Bons (BR-51) e Outeiro-Repartição (BR-23).

---

Nota 1 - Sobre a prioridade de asfaltamento do trecho acima referido, veja-se o trabalho anterior sobre as características das BRs no Maranhão.

2 - Deixamos de mencionar o trecho Alto Turi-fronteira do Pará por considerarmos conveniente só seja atacado depois de realizadas as obras prioritárias. O prosseguimento da BR-22 no rumo do Pará, de imediação, redundaria na dilapidação de um patrimônio colossal (avaliado em Cr\$ 200 bilhões) de madeira de qualidade, como já ocorreu até ao Alto Turi. A Sudene avalia que, devastando as margens da estrada, os pioneiros daquela região dilapidaram Cr\$ 40 bilhões de madeira para produzir Cr\$ 5 bilhões de gêneros. Assim, e porque nenhuma razão econômica o exige, sugerimos seja protelado, até quando se faça oportuna, a construção do trecho Alto Turi-fronteira do Pará.

Quadro 1 - População

| <b>Grupo A<sup>(1)</sup><br/>BR-22</b> | <b>Anos Aumento<sup>(4)</sup></b> |         |      |
|--|-----------------------------------|---------|------|
|  | 1950                              | 1960    |      |
| <b>Monção</b>                          | 6.630                             | 36.479  | 450  |
| <b>Vitorino Freire</b>                 | 7.850                             | 79.106  | 900  |
| <b>Pindaré</b>                         | 11.271                            | 84.863  | 750  |
| <b>Pedreiras</b>                       | 59.475                            | 99.459  | 60   |
| <b>Bacabal</b>                         | 54.949                            | 108.000 | 98   |
| <b>Ipixuna</b>                         | 29.605                            | 54.928  | 85   |
| <b>Imperatriz<sup>(6)</sup></b>        | 5.015                             | 39.331  | 700  |
|  | 174.795                           | 502.166 | 287% |

| <b>Grupo B<sup>(2)</sup><br/>BR-24</b> |        |        |       |
|--|--------|--------|-------|
| <b>Parnarama</b>                       | 32.716 | 19.390 | - 59% |
| <b>Matões</b>                          | 14.881 | 16.448 | + 1,0 |
| <b>Benedito Leite</b>                  | 6.689  | 8.917  | + 22  |
| <b>Loreto</b>                          | 12.062 | 12.273 | -     |
| <b>S. João dos Patos</b>               | 12.494 | 13.229 | + 8   |
| <b>Pastos Bons</b>                     | 16.806 | 11.419 | - 30  |
|  | 95.648 | 81.676 | - 15  |

- (1) - Os municípios do GRUPO A, onde predominaram as terras devolutas, são servidos pela BR-22.
- (2) - Os municípios do GRUPO B, onde predominam o latifúndio, são servidos pela BR-24.
- (3) - Amostragem da perspectiva da região do Tocantins
- (4) - Estimativa

Quadro 2 - Previsão para o decênio (habitantes)

| <b>Anos</b>    | 1965    | 1970      |
|----------------|---------|-----------|
| <b>Grupo A</b> | 826.000 | 1.050.000 |
| <b>Grupo B</b> | 75.910  | 69.000    |

*Pergunta-se: o que mais convém a uma região em crescimento econômico e populacional acentuado como é o Maranhão - a) a estrita obediência na construção de estrada, aos padrões da estrada de Classe I, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ou, b) a redução desses padrões com abertura de plataforma de apenas 8m, a fim de ampliar mais rapidamente a rede em tráfego com o mesmo gasto?*

Na análise desses dois pontos, parece-nos sobretudo importante não perder nunca de vista as condições peculiares da região a ser beneficiada pela rodovia, pois, numa avaliação acurada, se verifica serem exatamente as condições peculiares da região que determinam a conveniência do tipo de rodovia a construir e o próprio custo social dessa rodovia, entendida como tal a relação entre o preço pago e a capacidade de reposição e reprodução desse custo que o empreendimento ofereça. Assim, antes de responder àquela pergunta, é imperioso verificar a natureza e as características sócio-econômicas da região a ser beneficiada pelas rodovias no caso do Maranhão. É o que tentaremos fazer.

## **CARACTERÍSTICAS DO DECÊNIO**

A posse dos elementos recolhidos no último censo (1960) do IBGE permite-nos, por comparação com elementos do censo de 1950, fazer um exame ainda relativo do comportamento dos principais fatores da região no último decênio. Em poucos itens, pode afirmar-se que, a despeito de ter sido insignificante o crescimento da renda "per capita" e o rendimento agrícola (aquele continua sendo o penúltimo do País em ordem decendente e a agricultura continua confinada em processo extremamente rotineiro), o volume da produção agrícola maranhense deu verdadeiro salto no decênio 1950/1960.

O ritmo de crescimento das exportações é também muito acentuado. Elevou-se de 35 mil toneladas, em 1946, para 130 mil toneladas em 1957, e já em 1960, alcançava a cifra de 171 mil toneladas, consideradas apenas as exportações por Cabotagem. A partir de 1958, ano em que foram concluídos os trabalhos de ligação São Luís-Teresina, o tráfego rodoviário aumenta também vertiginosamente de volume, alcançando em 1960 a expressiva soma de mais de 90 mil toneladas. Em 15 anos, a tonelagem exportada foi multiplicada por quase 7 vezes o que dá um crescimento anual de cerca de 40%. Considerando que quase a totalidade dos produtos exportados, mesmo os que seguem a via da cabotagem, têm de ser transportados por via terrestre para Timon e São Luís, e considerando as taxas de crescimento anual da produção e tonelagem transportada, respectivamente 37 a 40%, é óbvio concluir que em fins de 1965 e início de 1966 o volume de tonelagem transportada pelas nossas rodovias terá alcançado quase o triplo do seu nível atual.

Com efeito, uma projeção matemática da realidade econômica e social maranhense no último decênio (1950/60) revela que teremos em 1966 uma população

de 3,5 milhões de habitantes e a produção dos 3 itens principais da agricultura maranhense terá alcançado, pelo menos, os seguintes índices:

|        |           |
|--------|-----------|
| ARROZ  | 750.000 t |
| FEIJÃO | 40.000 t  |
| MILHO  | 300.000 t |

Admitindo os mesmos índices de crescimento de população e produção daquele decênio teremos, para a primeira a média de 5,7% a.a. e para a segunda 37% a.a., resultando um excedente de crescimento da ordem de 31,3% a.a., de onde se conclui que o volume da produção exportável crescerá ainda mais rapidamente do que o volume da produção destinada ao consumo interno. Parece-nos pois, muito mais do que razoável, admitir um aumento de tonelagem transportada por rodovias da ordem de 200%. Veremos, porém, adiante como é bem possível que tal índice seja largamente ultrapassado.

### **CELEIRO DO NORDESTE**

O Maranhão foi um dos Estados de maior crescimento demográfico no País no decênio 1950/1960: o aumento de população atingiu 57%. Na realidade, a taxa de crescimento populacional interno é da ordem de 3,1% a.a., devendo portanto levar-se ao crédito da imigração uma taxa de 25% a.a. no decênio. O Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e até Bahia) são os grandes contribuintes para essa alta taxa de imigração. Poderá dizer-se, sem receio de errar, que, muito mais do que as secas ou pelo menos tanto como elas, contribuiu para a ampliação de um fenômeno que já era antigo, a ligação dos vales maranhenses ao NE através da BR-22. À medida que avançava a construção da estrada, ia-se tornando mais fácil e mais

numeroso o afluxo dos imigrantes nordestinos que logo passaram a dirigir-se à região integrada pelos municípios de Vitorino Freire, Pedreiras e Bacabaí, região que, nos últimos dez anos, teve um vertiginoso aumento de população. O afluxo dessas populações nordestinas, num total de mais de 400 mil pessoas, em sua quase totalidade válidas para o trabalho agrícola, fez crescer de modo igualmente agudo a produção agrícola do Maranhão, originando-se daí o crescimento muito rápido de excedentes agrícolas para exportação. Nenhum sinal indica que tais ritmos de crescimento do trinômio imigração-produção-excedente exportável estejam diminuindo. Antes tendem a ampliar-se.

Não poderíamos deixar, inclusive, de citar que é programa da Sudene a efetivação em nosso Estado de amplo plano de povoamento. Considera esse organismo regional que a vasta área além Turi pode e deve absorver nos próximos 10 anos 1 milhão de excedentes populacionais do NE e, nesse sentido, já uma numerosa equipe de técnicos trabalha intensamente aquela região <sup>(1)</sup>. Uma tal perspectiva somada aos dados já anteriormente mencionados parece legitimar a expectativa de que o volume de carga transportado nas rodovias maranhenses, já em 1966, será 3 vezes maior do que o nível atual, ou seja, um tráfego diário de mais de 600 veículos.

## **EIXOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA**

Outro aspecto que não pode ser esquecido na tentativa de formular uma resposta economicamente correta é que as duas BRs, 21 e 22, posto que ainda longe de conclusão, são já os eixos fundamentais de circulação da economia maranhense. É através dessas rodovias que São Luís (e com a Capital todos os portos importadores do Sul) e o Nordeste, com seu amplo mercado consumidor de gêneros alimentícios, se aproximam dos

centros produtores de uma vasta área já agora ampliada de Bacabal e Vitorino Freire até o Pindaré. Na medida que sua construção avançar rumo ao Tocantins (outra ampla área que começa a ser aberta ao povoamento) e Gurupy, imensas perspectivas econômicas se abrirão na projetada ligação Nordeste-Amazônia. Carente a região, em absoluto, de outras vias de escoamento de produção adequadas, só as BRs poderão desempenhar a função de permitirem circular a riqueza criada nessas regiões pioneiras. Se essa função puder ser realizada em alta eficiência, os ganhos sociais serão, sem dúvida, muito superiores não apenas pelo menor desgaste dos veículos como também pela maior velocidade de transporte das cargas que evitará os estrangulamentos que atualmente chegam a ocorrer em épocas de safra.

A situação poderá agravar-se se se prolongar indefinidamente a construção do porto do Itaqui. Sem este, aumentará mais o fluxo de produtos maranhenses escoados por via terrestre, principalmente rumo ao NE que, tudo indica, está destinado a absorver a grande maioria de nossa produção agrícola nos próximos anos, tanto mais quanto mais se acentuar a tendência à industrialização daqueles Estados beneficiados com a energia de Paulo Afonso e as isenções fiscais propiciadas pela Sudene.

A fim de conceituar melhor nosso ponto de vista, queremos acentuar que essas BRs não poderão ser consideradas estritamente estradas "pioneiras", no sentido de que vão abrir caminho ao povoamento; antes nos parece que estão ligeiramente atrasadas, no sentido de servir aos primeiros frutos desse povoamento. O ritmo do crescimento populacional e econômico da região é tão rápido que até as mais cuidadosas previsões, baseadas em comparativos, e mesmo nos fatos imediatamente antes ocorridos na região, podem tornar-se obsoletas antes de tornadas realidade.

Do que foi exposto, parece-nos avisado e lícito concluir:

a) *rodovias como as BRs 21 e 22 do mesmo passo que desempenham a função de relativo pioneirismo têm, precipuamente, função de vias fundamentais e até exclusivas de escoamento de grandes regiões produtoras;*

b) *a perspectiva, a curto prazo, de aumento de produção agrícola das regiões servidas pelas duas citadas BRs é muito elevada;*

c) *o volume da produção exportável (excedente do consumo) e conseqüentemente, o volume de carga a transportar nos rumos Bacabal-São Luís e Bacabal-Teresina tende a crescer 200% em apenas 6 anos (700 a 800 mil toneladas);*

d) *em tais condições, o tráfego poderá ultrapassar a freqüência de 500 veículos por dia, indicando a necessidade de pavimentação dos trechos das BRs 21 e 22 entre Bacabal-Teresina e Caxuxa-São Luís;*

e) *na medida do possível, essa pavimentação deveria estar concluída até 1966, já que dentro dos índices previstos, e construídas com os materiais disponíveis "in loco" (pavimentação primária), as BRs se teriam tornado obsoletas e inclusive constituíram fator de estrangulamento do desenvolvimento econômico da região.*

Com base no que foi analisado, até agora dos aspectos sócio-econômicos da região poderemos adiantar uma resposta (desprezado o custo financeiro do empreendimento): **A IMPLANTAÇÃO DAS BRs 21 E 22 DEVERÁ SER FEITA NOS PADRÕES RÍGIDOS DO DNER PARA AS ESTRADAS DE I CLASSE.**

## **REPERCUSSÃO SOCIAL**

Propositadamente, deixamos passar nas considerações anteriores um aspecto não irrelevante - a repercussão nos preços de mercado dos produtos agrícolas do desgaste produzido nos veículos pelas condições de

tráfego que estão longe de ser ideais. Estudos realizados indicam que um caminhão rodando sobre pista não pavimentada tem metade da vida útil do que roda em pista pavimentada. Como o transporte de gêneros é empreendimento capitalista, é evidente que necessitam os proprietários de auferir, a curto prazo, os juros que tornem o empreendimento sedutor e um lucro que permita a reposição do capital inicial, dentro do período. Assim sendo, é evidente que a condição da rodovia pesa também, de modo sensível, na composição dos preços de mercado.

Ao atentarmos para o fato de que a região maranhense é uma das de mais baixo poder aquisitivo do País, não é difícil compreender a repercussão social que possa advir da adoção de uma política rodoviária justa: que não apenas atentasse para o problema financeiro da questão, mas leve em consideração a repercussão a longo prazo e inclusive a consequência social da política a escolher.

## **CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS**

As normas para o projeto das Estradas de Rodagem que regem o DNER estabelecem para as estradas de Classe I as seguintes características:

|                    |         |
|--------------------|---------|
| Pista .....        | 7m20cm  |
| Acostamentos ..... | 5m20cm  |
| Sarjetas .....     | 2m      |
| Plataforma .....   | 14m40cm |

O que se propõe ou sugere, no sentido de atingir mais rapidamente a colocação em tráfego das BRs, dentro dos recursos financeiros disponíveis é a adoção das características de "Primeira abertura ou de melhoramento intermediário". A plataforma seria reduzida para 8m.

Não há como negar que, aparentemente, uma tal decisão chega a atender os interesses do desenvolvimento econômico da região, pois além da perspectiva propriamente de pioneiros, que permitiria a uma tal rodovia abrir novas áreas ao povoamento, se faria mais rapidamente a interligação de centros econômicos até então isolados ou servidos apenas por precárias estradas carroçáveis ou simples caminhos.

É bem verdade que se pode opor, mesmo do ponto de vista estritamente técnico, uma série de objeções válidas se não peremptórias. São elas:

a) as BRs fazem parte do Plano Rodoviário Nacional e têm objetivos transcendentais que não apenas os econômicos como a interligação de todas as regiões do País, visando à perfeita integração nacional. Bastaria isso para evidenciar que, a prazo mais ou menos curto, essas rodovias serão melhoradas até atingirem sua categoria de estradas de Classe I. Deve pois considerar-se até que ponto a redução de plataforma e relativa economia do custo/quilômetro poderá vir a aumentar o custo/quilômetro na implantação definitiva, principalmente se considerarmos que a rodovia a construir está a exigir pavimentação a um certo prazo.

Uma estrada construída com plataforma que se reduz quase à dimensão que deverá ter a pista na implantação definitiva criará forçosamente sérias dificuldades ao trânsito pela precariedade de espaço para manobra de máquinas nas tarefas de alargamento, dificuldade que será mais aguda nos cortes e aterros que se fizerem necessários. Poderá inclusive ocorrer que tais trabalhos devam ser executados exatamente quando o tráfego já tenha atingido volume elevado o que determinaria não apenas a redução de ritmo de trabalho, mas até mesmo estrangulamentos de trânsito com todas as suas nefastas conseqüências.

Se a BR tiver de ser pavimentada, esses problemas serão ainda acrescidos de um outro: ao alargar a

plataforma para suas dimensões corretas poderão ocorrer, e é mesmo natural que ocorram, diferenças de compactação entre a plataforma já anteriormente em uso e a parte acrescida, do que viria a resultar o aparecimento de desnivelamento, principalmente devido à ação das chuvas e a necessidade de ponderáveis despesas de reparo.

b) para estradas que penetrem regiões de rápido desenvolvimento econômico (e esse é perfeitamente o caso das BR 21 e 22) há, ainda, a considerar o que a experiência ensina: admitamos que o custo total de 1km de estrada pavimentada seja Cr\$ 12 milhões e o custo de 1km de estrada com 8m de plataforma, seja Cr\$ 4 milhões. Se esta é implantada em região de intenso desenvolvimento, poderá ocorrer que, em curtíssimo prazo, depois de construída a "pioneira", seja necessário partir para a tarefa de pavimentar. Verificar-se-á que no alargamento de plataforma e pavimentação a despesa se elevará a Cr\$ 10 milhões e, assim, o custo total do km construído seria de Cr\$ 14 bilhões. É claro que se a primeira implantação ocorre em região de desenvolvimento relativo e se possa deduzir, corretamente, que serão necessários 10 anos para que se torne obsoleta a julgar pelo ritmo do crescimento do tráfego, a tese de implantação da plataforma de 8m seria aceitável pois, em tal caso, o acréscimo de gastos estaria amplamente compensado pela utilidade social da rodovia pioneira.

## **CONCLUSÕES**

I - As rodovias BR-21 e BR-22 localizam-se de tal modo que podem ser consideradas os eixos fundamentais da economia maranhense;

II - A produção e exportação de produtos agrícolas do Maranhão cresceu e tende a crescer rapidamente, graças ao fenômeno de povoamento de imensas áreas anteriormente inexploradas, sobretudo pelo afluxo

dos excedentes populacionais nordestinos;

III - Essa corrente migratória tende a aumentar pois é, já agora, oficialmente estimulada pela Sudene;

IV - É previsível o aumento de tonelagem transportada de tal ordem que já em 1966 será 3 vezes superior ao de 1961 e justificará um tráfego de 600 veículos por dia naquelas rodovias.

Art. 53 das "Normas para Projeto de Estradas de Rodagem", do DNER, permite estabelecer projetos de "primeira abertura ou melhoramento intermediário" apenas nos casos absolutamente de forçosa insuficiência de recursos financeiros e *permitido pelas exigências de tráfego provável nos primeiros anos seguintes*; e o novo projeto de "Normas" estabelece, mais claramente ainda: "*Quando imposto por dificuldades de travessia de regiões pouco conhecidas, cobertas de matas virgens, desabitadas, subdesenvolvidas, de difícil acesso, que não apresentem tendências para um trânsito de vulto nos primeiros anos seguintes*".

No caso das Brs 21 e 22, bem pelo contrário, temos rodovias destinadas a suportar, em curto prazo, um tráfego intenso cuja perspectiva econômica exigiria a pavimentação até 1966. Feitas, pois, todas essas considerações, opinamos que a resposta à pergunta inicial deva ser:

a) *as duas BRs devem ser implantadas em plataforma definitiva de rodovias de Classe I;*

b) *é recomendável o esforço das autoridades para obtenção de recursos que permitam sua pavimentação até 1966.*

## Anexo I — Exportação Maranhense

| Anos | Cabotagem         |
|------|-------------------|
| 1925 | 20.226            |
| 1935 | 28.006            |
| 1945 | 34.046            |
| 1955 | 129.363           |
| 1959 | 171.453 + 91.032* |

\* Via rodoviária. Faltam dados sobre exportação rodoviária nos anos anteriores. A ligação São Luís-Teresina-Nordeste foi completada em 1958.

## 2 — Produção Agrícola

|              | 1946   | 1948   | 1950    | 1952    | 1954    | 1956    | 1960    | 1966    |
|--------------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>Arroz</b> | 66.613 | 72.718 | 115.954 | 195.325 | 244.911 | 250.101 | 317.374 | 620.000 |
| <b>Fevão</b> | 4.246  | 3.715  | 6.241   | 10.936  | 13.211  | 12.787  | 122.181 |         |
| <b>Milho</b> | 24.133 | 38.102 | 51.157  | 63.948  | 80.375  | 79.832  | 139.915 | 200.000 |

## Anexo 3 — População

|      |           |
|------|-----------|
| 1950 | 1.583.248 |
| 1960 | 2.497.000 |
| 1965 | 2.345.980 |

## Anexo 4 — Projeção da Produção

| <b>Anos</b> | <b>Arroz (t)</b> | <b>Milho (t)</b> |
|-------------|------------------|------------------|
| 1961        | 372.000          | 162.000          |
| 1962        | 439.000          | 189.000          |
| 1963        | 578.000          | 221.000          |
| 1964        | 611.000          | 258.000          |
| 1965        | 720.000          | 301.000          |

Índice anual de crescimento: 17%

**NOTA DO REVISOR**

- (1) - O Projeto de Colonização do Alto Turi foi desativado, praticamente, no início de 1964, logo após o Golpe Militar de 1º de abril. É que os militares viam na presença de técnicos da Sudene naquela região um "perigoso" fator de agitação social. Chegaram mesmo a considerar aquele Projeto como um centro de formação de guerrilheiros radicais de ideologia "comunista". A Colone, empresa organizada para dirigir o processo de povoamento, perdeu-se em atividades burocráticas e teve sua ação de assentamento de lavradores em lotes rurais inviabilizada pela ação de "grileiros" de terra.

**ESBOÇO DO  
COMPORTAMENTO  
DA ECONOMIA  
MARANHENSE**

**(1940 - 1968)**

**S**ecularmente, a economia maranhense caracterizou-se pela concentração fundiária e da renda, quer no período da província colonial, quer no período do Império. O latifúndio originado nas sesmarias do século XVII e o escravismo, tanto como a monocultura, constituem tônicas do processo econômico maranhense do ciclo da agro-indústria canavieira e açucareira até praticamente aos nossos dias do babaçu e arroz, culturas responsáveis por mais de 60% do produto maranhense. Concentração da renda (a despeito da baixa produtividade) e estreiteza do mercado consumidor (escravos, meeiros, arrendatários) deram à economia maranhense dos séculos XVII, XVIII e XIX características de centro produtor para os mercados externos do mesmo passo que se constituíam obstáculo ao surgimento de um mercado interno consumidor de produtos manufaturados.

As únicas tentativas de implantação de indústrias de transformação significativas resumem-se ao ramo têxtil, surgido no último quartel do século XIX, e de sabões duros (de largo consumo, mesmo em economias rudimentares) este já nos últimos decênios. A indústria têxtil surgiu muito mais da necessidade de consumir o algodão produzido no Estado e que perdera o mercado externo (fim da guerra da Independência dos Estados Unidos e reconquista por estes do mercado inglês). Logo que submetia ao impacto concorrencial com a indústria modernizada do Centro-Sul (decênio 1950-60) decompõe-se. Ressalte-se que o comportamento da indústria têxtil revela a inexistência de mentalidade empresarial adequada, ao longo do período 1890-1950, não houve substituição de equipamento que, no último daqueles anos, ainda era o primitivo e os lucros realizados eram dissipados em consumo suntuoso ou aplicados em outras atividades econômicas.

O babaçu surge como substituto do açúcar / algodão como produto de exportação. Até a década de 1930 ainda era o produto de maior peso nas exportações ma-

ranhenses. Com a produção agropecuária concentrada nos vales dos rios Parnaíba e Itapecuru, o Maranhão de 1940 era um Estado predominante agrário com 96% da força-de-trabalho ocupada nas atividades primárias e gerando 67% da renda estadual; a indústria ocupando 1,5% da força-de-trabalho e gerando 8% da renda. A única variação significativa é a transição operada a partir dos primeiros decênios do século XX, quando a agricultura de mercado cedeu lugar a uma agricultura de subsistência.

O comportamento da economia maranhense nos últimos 18 anos (1950/68) não apresenta nenhuma alteração substancial que não seja a progressiva "agrarização" do Estado no sentido de uma agricultura com tendência crescente de subsistência, com as oleaginosas sofrendo decréscimo de produção (algodão) ou não acompanhando o ritmo de expansão do volume físico da agricultura; e a pecuária tendo sucessivamente reduzida sua participação no Setor Primário (quadros 1, 2 e 3). Porém, ao lado desses fatores não positivos ocorreu um alargamento do mercado de consumo (posto que sempre de baixa qualificação aquisitiva) em virtude da mudança operada no sistema de ocupação da terra pela abertura de uma ampla fronteira agrícola, da margem esquerda do Itapecuru aos vales do Mearim, Pindaré, Turi e Tocantins, em áreas de terras devolutas. A ocupação dessas terras virgens permitiu, mesmo sem alteração no rudimentar sistema de trabalho (queima dos matos, força-de-trabalho), elevar a produtividade por hectare, resultando no período 1960/1965 (quadros 4 e 5) crescimento significativo da renda "per capita" e do Produto Estadual Bruto (PEB). O Setor Secundário declinou de 12% do PEB em 1960 e tudo indica que continue sendo esse o seu peso na economia maranhense (no período, começava a debilitar-se a indústria têxtil que viria a ser substituída, a partir de 1960, pela de óleo, muito menos empregadora: mais de 6.000 operários na têxtil

e pouco menos de 800 na de óleo).

Poderão parecer surpreendentes a quem ler o Quadro 2 os números da renda "per capita" em 1940, 1950 e 1960 referentes à renda por pessoa ocupada que, entre 1950 e 1960, apresentou aparente contradição: cai a renda por pessoa ocupada e eleva-se a renda "per capita" da população total. Expliquemos: em 1940, a força-de-trabalho ocupada representava 36,9% da população total; em 1950, esse percentual havia caído para 25% mas se elevou até 40%, em 1960. Assim resultou que, mesmo tendo apresentado decréscimo a renda por pessoa ocupada, o substancial aumento numérico de pessoas economicamente ativas produziu uma elevação no Produto Bruto que se traduz em maior renda "per capita", se considera a população no seu todo. Em verdade, essa expansão de 15% da força-de-trabalho com ocupação explica a aparente contradição entre a queda da renda individual dos economicamente ativos e o aumento da renda "per capita" para a população total.

Tal expansão da força-de-trabalho resultou, sem dúvida, do ingresso maciço de imigrantes nordestinos após a seca de 1958: o acréscimo populacional por imigração difere totalmente do simples incremento vegetativo da população, pois o primeiro significa a inclusão na força-de-trabalho de, pelo menos, 50% do total de imigrantes. Segundo essa hipótese e com base na evidência dos fatos, temos que:

| Especificação                  | Crescimento   |            |
|--------------------------------|---------------|------------|
|                                | Por imigração | Vegetativo |
| Incremento populacional        | 100           | 100        |
| Pessoas de 10 anos e mais      | 60            | -          |
| Pessoas de menos de 10 anos    | 40            | 100        |
| Acréscimo da força-de-trabalho | 60            | -          |

A industrialização de óleos reflete, em sua implantação, o mimetismo próprio das economias desorganizadas: implantou-se um parque cuja capacidade de prensagem é duas vezes maior do que a produção de oleaginosas e que trabalha em ociosidade elevadíssima. Conseqüentemente, muitas empresas têm tido vida efêmera.

O quadro 6 denota a debilidade e vulnerabilidade da economia maranhense, cuja base agrária, evoluindo para culturas de subsistências através de processos primitivos, teria de caracterizar-se pela perda de valor relativo dos produtos, evidenciada na queda do valor das exportações.

Essa perda de valor, que é um fenômeno constante a longo prazo, nos intervalos menores de tempo traduz-se em drásticas oscilações de preços como ressalta dos quadros 7 e 8: os preços do óleo de babaçu atingem, em anos sucessivos, variações próximas de 50%. Num economia agrária de indústria apenas beneficiadora dos produtos primários (arroz, algodão) e com o Setor Terciário incipiente é fácil de compreender como repercutem sensivelmente aquelas oscilações de preços sobre o produto bruto estadual e a renda per capita (vede quadro 3, nos anos 1960/68), ainda mais quando acompanhadas de oscilações no volume físico da produção por motivos climáticos (e estas igualmente freqüentes).

Deve ressaltar-se que, como avulta dos quadros 4 e 5, o período 1961/65 é o que apresenta maiores ganhos no quantum (volume físico) da produção agrícola para os produtos de maior valor como arroz, milho e algodão (este em menor grau). Assim, a produção per capita (considera a população total do Estado) eleva-se: de 111 (1960) para 200kg no arroz, de 16 (1958) para 22kg no algodão e de 46 (1960) para 74kg no milho. Esse período de tempo corresponde às repercussões do ingresso maciço de nordestinos cuja corrente migratória tradicional foi viabilizada pela grande seca de 1958, seus efeitos em anos sucessivos e ocupação das áreas

de nossa fronteira agrícola constituídas de floresta cuja fertilidade resultante do acúmulo de uma camada de húmus vegetal, mesmo em resposta a técnicas de trabalho agrícola rotineiro, continuou significativamente elevada nos primeiros tratos culturais.

A partir de 1965, cai a produtividade por hectare até ao nível de 1967 (quadro 4) quando volta a reduzir-se a um nível inferior ao de 1950, salvo para a cana-de-açúcar e a mandioca.

Algumas considerações merecem o comportamento da evolução do extrativismo: a produção de oleaginosas e a tonelagem obtida de pescado. Quanto àquelas, registrou-se uma elevação seguida de queda vertical da produção de algodão (19 mil toneladas em 1950; 70 mil toneladas em 1967). A produção de babaçu manteve o ritmo crescente no período, elevando-se de 56 mil toneladas, em 1950, para 147 mil toneladas, em 1967, crescendo 100%, entre 1950/67. Se considerarmos, porém, o volume físico adicionado dessas duas principais oleaginosas, verificaremos a existência de um descenso entre 1964 e 1967.

Quanto à pesca, apenas acompanha o crescimento demográfico - a produção de pescado, que era de 14,3kg por habitante, em 1958, cifrava-se, em 1967, em 15,8kg por habitante.

Também o governo em sua possibilidade de investir é seriamente afetado por tal instabilidade que frequentemente reduz a capacidade tributária, tanto mais quando cerca de 30% da renda gerada no Estado (40% do valor da produção agrícola familiar observado nos últimos 18 anos, a qual é responsável por 74% da composição do Produto Bruto) é autoconsumida na agricultura, ficando, portanto, fora do mercado monetário, constituindo renda não tributável.

Instabilidade e escassez de receita estadual que se tornam mais dramáticas, quando considera a taxa

explosiva de incremento demográfico - 4.6% a.a. - o constante surgimento dos aglomerados urbanos na nova fronteira agrícola e a pulverizada distribuição da população. Estas realidades criam um quadro agudamente avolumado de demandas e déficits em programas de infra-estrutura e serviços de cada vez mais difícil atendimento pela crescente desproporção em relação aos recursos do governo, resultante da debilidade da economia e sua fraca expansão.

Considere-se, como exemplo bastante, a desproporção entre a renda gerada por pessoa ocupada na agricultura, em 1960, no Maranhão e em São Paulo.

| Estados       | Renda geradora por pessoa ocupada na agricultura - 1960 (NCr\$) |
|---------------|---|
| A - Maranhão  | 13  |
| B - São Paulo | 83  |
| A/B           | 15,6%   |

O Produto Estadual Bruto e a renda "per capita", que haviam declinado no período 1940/1950 (quadro 1), elevam-se satisfatoriamente a partir de 1958 até o ano de 1964, graças às ocorrências já apontadas de expansão da produtividade por hectare e aumento maciço da força-de-trabalho ocupada na agricultura a um ritmo médio anual explosivo, que atinge mais de 18% para o PEB e 14% para a renda habitante. A partir de

1965, diminui o ritmo do avanço para a floresta da nova fronteira agrícola (evidentemente condicionada pela diminuição do fluxo migratório e pelo obstáculo do distanciamento entre frente-de-trabalho, vias de escoamento da produção, mercados, aglomerados populacionais de apoio) e a produtividade dela resultante (quadros 3,4, e 5). O PEB e renda "per capita" declinam drasticamente tal como haviam se elevado (o que bem define a instabilidade do sistema econômico) com uma recuperação ao final do período nos anos de 1967/68 em virtude não só da relativa melhoria das safras de arroz, mas também, ou mesmo principalmente, do aumento substancial dos investimentos do Setor Público (Fundo de Participação dos Estados e Municípios e operações de crédito), sem contudo atingir o nível máximo do período 1958/64 e alcançado apenas pouco mais do que o nível do ano de 1940.

Agrarizando-se no sentido das culturas de subsistência, de valor bem menor que o das culturas industriais, com um setor secundário que se mantém constante em sua participação no Produto e um Setor Terciário que se atrofia, o comportamento da economia maranhense no período dos últimos 30 anos não é satisfatório e de forma alguma criou forças intrínsecas capazes de suscitar uma espontânea expansão econômica. Como fatores positivos, porém, podem ser apontados: a melhoria nas condições de utilização de terras (fronteira agrícola em terras devolutas), com alargamento do mercado interno por melhor remuneração do produto, núcleos de pecuária não extensiva e de maior rendimento, quebra do sistema comercial oligopólio-oligopsonista de São Luís (cujas matrizes na Capital, através de redes de filiais ao longo dos rios, do controle da navegação fluvial, com função de distribuidores de crédito à produção, detinham posição monopolística de exportação-importação altamente concentradoras de renda e mal-remuneradoras do produto agrícola), expansão do siste-

ma de crédito pelo aumento de agentes financeiros.

A economia maranhense, como um todo, não teve acrescida sua capacidade de acumular capital já que permanece baseada numa agricultura tendente à subsistência e numa indústria de primeiro beneficiamento dos produtos primários. Apesar do reforço da capacidade de investir do Estado (Fundo de Participação) permitindo melhorar significativamente a infra-estrutura econômica, o sistema produtivo, o peso dos setores na formação do valor do Produto Estadual (Setores Secundário e Terciário atrofiados), o poder de acumular capital no Setor Privado, não sofrem alteração ponderável. A renda "per capita" mantém-se em nível dos mais baixos do Mundo.

Para que um projeto viável possa ser demarrado, visando a alterar esse quadro, serão necessárias, no mínimo, as possibilidades de: a) manter elevada a capacidade de investir do Governo e orientar esse investimento a setores estratégicos (infra-estrutura e fomento agrícola e industrial); b) reorientar a produção primária diversificando-a para a cultura de maior rendimento, melhorar qualitativamente a produção, inclusive subsidiando essas melhorias, e melhorar qualitativamente a pecuária; c) ampliar a participação da indústria no Produto mediante o beneficiamento e a transformação das matérias-primas já disponíveis ou a serem tornadas disponíveis (item b); d) aumentar a participação dos agricultores na renda gerada nos setor (em 1968, para um preço ao consumidor de 500 cruzeiros antigos/kg o arroz remunera apenas em 100/140 cruzeiros antigos/kg o produtor); e) associar, sempre que possível, no fomento agrícola e industrial, a melhoria de técnicas produtivas com a preferência pelos projetos de maior demanda de mão-de-obra); f) incentivar a pesquisa e aproveitamento de riquezas minerais; g) ampliar a participação nos benefícios de educação e saúde; h) criar condições para o alargamento da nova fronteira agrícola, fazendo

simultaneamente incidir sobre ela o esforço da diversificação e qualificação da produção. <sup>(1)</sup>

Tal elenco de medidas não poderá correr, evidentemente, à conta da débil e primária economia local e do Governo Estadual: exige o apoio de organismos regionais, da união, a captação de recursos substanciais da iniciativa privada não-maranhense, e a obtenção de créditos internacionais a longo prazo e em nível ponderável. Sem o que, a despeito de certas condições naturais e propícias, o processo econômico não logrará ultrapassar crescimentos como os dos últimos 18 anos e a distância entre o Maranhão e as áreas desenvolvidas do País tenderá a crescer ao longo do tempo. Como já vem ocorrendo secularmente.

#### NOTA DO REVISOR

- (1) - É incompreensível o fato de o A não alinhar neste elenco de medidas a flexibilização da estrutura agrária com a criação de condições de acesso do trabalhador rural à propriedade fundiária. Bandeira Tribuzi, defensor da Reforma Agrária, sabia que não se poderia esperar um desenvolvimento econômico sustentado com a simples incorporação de terras devolutas ao sistema produtivo itinerante, em zonas de fronteira agrícola a cada ano mais distantes dos mercados capazes de renunciar à produção e capitalizar os produtos.

### Quadro 1 — Produto Estadual Bruto

a) a preços correntes

| <b>Anos</b><br><b>Setores</b> | 1940               |    | 1950                 |    | 1960                  |    |
|-------------------------------|--------------------|----|----------------------|----|-----------------------|----|
|                               | Ncr\$              | %  | Ncr\$                | %  | Ncr\$                 | %  |
| Setor Primário                | 188 247            | 67 | 863 400              | 63 | 12 609 800            | 73 |
| Setor Secundário              | 22 667             | 8  | 158 321              | 12 | 1 493 528             | 9  |
| Setor Terciário               | 68 439             | 25 | 342 788              | 25 | 3 012 747             | 18 |
| <b>Total</b>                  | <b>279 353 100</b> |    | <b>1 364 509 100</b> |    | <b>17 116 075 100</b> |    |

b) a preços de 1968

| <b>Anos</b><br><b>Setores</b> | 1940               |    | 1950               |    | 1960               |    |
|-------------------------------|--------------------|----|--------------------|----|--------------------|----|
|                               | Ncr\$ 1000         | %  | Ncr\$ 1000         | %  | Ncr\$ 1000         | %  |
| Setor Primário                | 139 858            | 67 | 119 718            | 63 | 247 276            | 74 |
| Setor Secundário              | 16 839             | 8  | 21 952             | 12 | 29 287             | 9  |
| Setor Terciário               | 50 846             | 25 | 47 530             | 25 | 59 080             | 17 |
| <b>Total</b>                  | <b>207 543 100</b> |    | <b>189 200 100</b> |    | <b>335 643 100</b> |    |

Quadro 2 — Pessoal ocupado e renda gerada nos setores da economia do Estado do Maranhão

| Setores                         | 1940              |      | 1950              |      | 1960              |      |
|---------------------------------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|
|                                 | Números absolutos | %    | Números absolutos | %    | Números absolutos | %    |
| <b>Agricultura</b>              |                   |      |                   |      |                   |      |
| Pessoal ocupado                 | 446 625           | 96,3 | 368 625           | 93,2 | 951 618           | 95,3 |
| Valor da produção (NCr\$ 1000)* | 139 858           | 67,4 | 119 718           | 63,0 | 247 276           | 74,0 |
| <b>Indústria</b>                |                   |      |                   |      |                   |      |
| Pessoal ocupado                 | 6 425             | 1,4  | 8 757             | 2,2  | 13 084            | 1,3  |
| Valor agregado (NCr\$ 1000)*    | 16 839            | 8,0  | 21 952            | 12,0 | 29 287            | 9,0  |
| <b>Comércio</b>                 |                   |      |                   |      |                   |      |
| Pessoal ocupado                 | 7 808             | 1,7  | 9 140             | 2,3  | 19 565            | 2,0  |
| Valor da produção (NCr\$ 1000)* | 30 683            | 14,8 | 28 368            | 15,0 | 27 061            | 8,0  |
| <b>Serviços</b>                 |                   |      |                   |      |                   |      |
| Pessoal ocupado                 | 784               | 0,2  | 4 011             | 1,0  | 6 805             | 0,7  |
| Receita (NCr\$ 1000)*           | 2 448             | 1,2  | 7 447             | 4,0  | 15 338            | 4,0  |
| <b>Governo</b>                  |                   |      |                   |      |                   |      |
| Pessoal ocupado                 | 2 420             | 0,4  | 5 081             | 1,3  | 6 775             | 0,7  |
| Receita (NCr\$ 1000)*           | 17 715            | 8,6  | 11 165            | 6,0  | 16 861            | 5,0  |

\* a preços de 1968

**Quadro 2-A — Pessoal ocupado nas atividades econômicas urbanas e rurais do Estado do Maranhão**

| <b>Anos</b><br><b>Atividades Econômicas</b> | 1940              |    | 1950              |    | 1960              |    |
|---|-------------------|----|-------------------|----|-------------------|----|
|   | Números absolutos | %  | Números absolutos | %  | Números absolutos | %  |
| Urbanas                                     | 17 437            | 4  | 26 989            | 7  | 46 229            | 5  |
| Rurais                                      | 446 625           | 96 | 368 625           | 93 | 951 618           | 95 |

**Quadro 2-B — Renda gerada nas atividades econômicas urbanas e rurais do Estado do Maranhão**

| <b>Anos</b><br><b>Atividades Econômicas</b> | 1940    |    | 1950    |    | 1960    |    |
|---|---------|----|---------|----|---------|----|
|   | NCr\$   | %  | NCr\$   | %  | NCr\$   | %  |
| Urbanas                                     | 67 685  | 33 | 68 932  | 37 | 88 367  | 26 |
| Rurais                                      | 139 858 | 67 | 119 718 | 63 | 247 276 | 74 |

Quadro 2-C — Renda "per capita" nas zonas urbana e rural do Estado do Maranhão

| <b>Anos</b>           | 1940   | 1950   | 1960   |
|-----------------------|--------|--------|--------|
| <b>Zonas</b>          |        |        |        |
| Urbana <sup>(1)</sup> | 388,40 | 255,50 | 191,10 |
| Rural <sup>(1)</sup>  | 31,30  | 32,50  | 25,90  |
| Total <sup>(2)</sup>  | 164,97 | 119,51 | 134,63 |

(1) Por pessoa ocupada

(2) População total

Quadro 3 — Produto Estadual Bruto e renda "per capita"  
(projeção pela Receita Tributária)

| Anos | População<br>(1000 Hab) | Arrecadação a<br>preços correntes<br>(NCR\$) | Índices de custo<br>de vida<br>(1948=100) | Arrecadação a<br>preços de<br>1968<br>(NCR\$ 1000) | Alíquota do<br>tributo   | Multiplicador<br>para determinação<br>do FEB | FEB a preços<br>de 1968 | "Per Capita"                   |
|------|-------------------------|--|---|--|--------------------------|--|-------------------------|--------------------------------|
| 1950 | 1 583                   | 80 552                                       | 141                                       | 11 329   | IVC = 2,5%               | 16,7   | 189,2                   | 119,5                          |
| 1957 | 2 146                   | 382 402                                      | 484                                       | 15 445   | Exportação =<br>5 - 9,5% |  | 257,9                   | 120,1<br>1,3%<br>a.a.          |
| 1958 | 2 241                   | 494 390                                      | 618                                       | 15 636   |                          |  | 261,1                   | 115,5                          |
| 1960 | 2 493                   | 850 654                                      | 997                                       | 16 681   | IVC = 4%                 | 20   | 335,6                   | 134,6                          |
| 1961 | 2 603                   | 1 589 742                                    | 1 356                                     | 22 916   |                          |  | 458,4                   | 176,1                          |
| 1962 | 2 718                   | 2 502 915                                    | 1 902                                     | 25 745   |                          |  | 513,0                   | 189,0<br>14,5%<br>2,7%<br>a.a. |
| 1963 | 2 839                   | 5 052 483                                    | 3 248                                     | 30 433   |                          |  | 606,7                   | 214,4                          |
| 1964 | 2 965                   | 10 609 778                                   | 5 272                                     | 39 412   | IVC = 5%                 | 16   | 630,5                   | 212,6                          |
| 1965 | 3 097                   | 14 862 755                                   | 9 573                                     | 30 355   |                          |  | 485,7                   | 156,8<br>35,5%                 |
| 1966 | 3 234                   | 17 322 140                                   | 13 211                                    | 25 636   |                          |  | 410,3                   | 126,8                          |
| 1967 | 3 378                   | 26 285 000                                   | 16 382                                    | 31 371   | ICM <sup>(1)</sup>       |  | 502,0                   | 148,0<br>19,5%                 |
| 1968 | 3 528                   | 38 978 000                                   | 20 314                                    |  |                          |  | 623,7                   | 176,8                          |

(1) Atribui-se ao ICM a mesma capacidade de tributar do IVC no período 1964-66.

**Quadro 4 — Rendimento por hectare dos principais produtos agrícolas do Estado do Maranhão**

(kg)

| <b>Anos</b><br><b>Produtos</b> | 1940   | 1950   | 1960   | 1967   |
|--------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Algodão                        | 410    | 361    | 375    | 230    |
| Arroz                          | 1 500  | 1 264  | 1 563  | 1 177  |
| Cana-de-açúcar                 | 49 980 | 24 348 | 27 771 | 30 177 |
| Feijão                         | 800    | 506    | 645    | 625    |
| Mandioca                       | 20 000 | 8 919  | 8 739  | 8 987  |
| Milho                          | 600    | 706    | 828    | 695    |

**Fonte:** Fundação IBGE e DEE

Quadro 5 — Produção agrícola e extrativa do Maranhão (t/volume físico)

| Anos /<br>Produtos | 1950    | 1958    | 1960    | 1961    | 1962    | 1963      | 1964      | 1965      | 1966      | 1967      | Auto-<br>con-<br>sumo (1) |
|--------------------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------------------------|
| Arroz              | 219 134 | 250 852 | 277 741 | 491 500 | 558 213 | 590 556   | 579 443   | 615 892   | 543 966   | 613 000   | (41%)                     |
| Algodão            | 19 226  | 35 522  | 46 862  | 58 425  | 62 591  | 69 897    | 70 470    | 56 229    | 30 896    | 22 000    | —                         |
| Feijão             | 17 077  | 12 822  | 20 528  | 26 141  | 26 031  | 28 267    | 29 130    | 31 395    | 40 816    | 43 000    | (30%)                     |
| Milho              | 109 196 | 84 042  | 117 327 | 166 707 | 209 337 | 288 965   | 221 454   | 232 952   | 212 527   | 202 000   | (58%)                     |
| Mandioca           | 546 901 | 652 953 | 781 284 | 891 777 | 084 297 | 1 200 721 | 1 224 240 | 1 380 604 | 1 588 506 | 1 776 000 | (86%)                     |
| Cana-de-açúcar     | 122 830 | 440 509 | 501 574 | 541 674 | 610 489 | 636 626   | 619 029   | 622 062   | 527 541   | 521 600   | (19%)                     |
| Babaçu             | 56 165  | 79 483  | 84 286  | 99 579  | 116 785 | 111 227   | 131 015   | 144 434   | 145 964   | 146 000   | —                         |
| Pescado            |         | 31 560  | 31 022  | 35 634  | 35 618  | 42 637    | 39 643    | 47 660    | 48 625    | 53 451    | —                         |

Fonte: Fundação IBGE

(1) Dados da Pesquisa Piloto Agrícola — DEE-1968

Quadro 6 — Produção agrícola e extrativa do Maranhão  
(t/per capita)

| Anos<br>Produtos | 1950  | 1958  | 1960  | 1961  | 1962  | 1963  | 1964  | 1965  | 1966  | 1967  | Auto-<br>con-<br>sumo (1) |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------------------|
| Arroz            | 138,0 | 111,0 | 111,0 | 189,0 | 205,0 | 208,0 | 195,0 | 199,0 | 168,0 | 182,0 | -                         |
| Babaçu           | 35,0  | 35,0  | 34,0  | 38,0  | 43,0  | 39,0  | 44,0  | 46,0  | 45,0  | 43,0  | -                         |
| Algodão          | 12,0  | 16,0  | 19,0  | 22,0  | 23,0  | 24,0  | 23,0  | 18,0  | 9,0   | 6,0   | -                         |
| Feijão           | 10,7  | 5,3   | 8,4   | 10,0  | 9,6   | 9,9   | 9,8   | 10,0  | 12,7  | 12,7  | -                         |
| Pescado          |       | 14,3  | 12,4  | 13,9  | 13,1  | 15,1  | 13,4  | 15,4  | 15,2  | 15,8  | -                         |

Fonte: Fundação IBGE

(1) Dados da Pesquisa Piloto Agrícola — DEE-1968

**Quadro 7 — Perda do valor das exportações no Estado do Maranhão**

| Anos | Exportações       |                       |                     | NCr\$<br>Tonelada |
|------|-------------------|-----------------------|---------------------|-------------------|
|      | Quantidade<br>(t) | Valor<br>(NCr\$ 1000) |                     |                   |
|      |                   | A preços<br>correntes | A preços<br>de 1968 |                   |
| 1940 | 42.467            | 50                    | 37.259              | 877               |
| 1950 | 45.754            | 264                   | 38.034              | 831               |
| 1960 | 127.777           | 4.281                 | 83.950              | 657               |
| 1961 | 104.654           | 4.171                 | 60.125              | 574               |
| 1962 | 79.000            | 5.460                 | 56.162              | 710               |
| 1963 | 104.450           | 10.704                | 64.476              | 617               |
| 1964 | 127.000           | 29.542                | 106.742             | 864               |
| 1965 | 90.345            | 29.406                | 60.058              | 664               |
| 1966 | 94.245            | 40.452                | 59.883              | 635               |

Fonte: Fundação IBGE e DEE

**Quadro 8 — Arroz: produção e preços no Estado do Maranhão**

| Anos | Produção  |                       | NCr\$/Tonelada        |                     |
|------|-----------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
|      | Toneladas | Valor<br>(NCr\$ 1000) | A preços<br>correntes | A preços<br>de 1968 |
| 1957 | 279.602   | 976                   | 5,12                  | 178,78              |
| 1958 | 250.852   | 1.285                 | 7,33                  | 157,90              |
| 1960 | 277.741   | 2.038                 | 7,47                  | 146,47              |
| 1963 | 590.556   | 16.111                | 27,28                 | 164,28              |
| 1964 | 579.443   | 22.113                | 38,16                 | 143,41              |
| 1965 | 615.892   | 32.688                | 53,07                 | 108,34              |
| 1966 | 543.966   | 59.979                | 110,16                | 163,04              |
| 1967 | 613.252   | 78.736                | 128,00                | 158,72              |

Fonte: Fundação IBGE e DEE

Quadro 9 — Óleo de babaçu: produção e preços no Estado do Maranhão

| Anos | Produção  |                       | NCr\$/Tonelada     |                  |
|------|-----------|-----------------------|--------------------|------------------|
|      | Toneladas | Valor (NCr\$ 1000)    | A preços correntes | A preços de 1968 |
| 1958 | 6.698     | 158                   | 23,58              | 757,68           |
| 1959 | 6.831     | 299                   | 43,77              | 1.136,22         |
| 1960 | 5.823     | 386                   | 66,28              | 1.429,22         |
| 1961 | 8.874     | 440                   | 49,58              | 764,59           |
| 1962 | 32.454    | 2.433                 | 74,96              | 781,01           |
| 1963 | 34.091    | 5.615                 | 164,70             | 1.028,64         |
| 1964 | 37.381    | 15.408                | 412,18             | 1.610,46         |
| 1965 | 36.799    | 17.897                | 486,34             | 1.007,68         |
| 1966 | 59.809    | 31.885                | 532,61             | 788,26           |
| 1967 | 45.603    | 32.301 <sup>(1)</sup> | 708,33             | 878,33           |
| 1968 | —         | —                     | 1.215,00           | 1.215,00         |

Fonte: Fundação IBGE e DEE

(1) Valor estimado

Quadro 10 — Produção e autoconsumo na Região Centro do Estado do Maranhão (municípios de Dom Pedro e Pedreiras)

| Produtos       | Produção (kg)    |                  | % B/A     | Produção "per capita" (kg) |
|----------------|------------------|------------------|-----------|----------------------------|
|                | Total (A)        | Autoconsumo (B)  |           |                            |
| Arroz          | 5.560.000        | 2.302.645        | 41        | 370,0                      |
| Cana-de-açúcar | 8.000            | 1.538            | 19        | 0,5                        |
| Feijão         | 359.000          | 109.925          | 31        | 23,9                       |
| Mandioca       | 105.490          | 90.490           | 86        | 7,0                        |
| Milho          | 780.000          | 454.427          | 58        | 51,9                       |
| <b>Total</b>   | <b>6.812.000</b> | <b>2.959.025</b> | <b>43</b> | <b>-</b>                   |

Fonte: Pesquisa Piloto Agrícola — DEE-1968

Nota: Para o cálculo da produção "per capita" tomou-se como base a população ativa da área pesquisada (municípios de Dom Pedro e Pedreiras) - 15.026 habitantes.

Quadro 11 — Quadro comparativo do valor "per capita" da produção agrícola nos Estados do Maranhão e São Paulo - 1960

| Especificação                          |                                 | Estados   |            |
|--|---------------------------------|-----------|------------|
|  |                                 | Maranhão  | São Paulo  |
| Valor da produção (NCr\$ 1000)         |                                 | 12.609    | 144.866    |
| Pessoal ocupado (1.000 hab)            |                                 | 915       | 1.727      |
| Valor "per capita" da produção (NCr\$) |                                 | 13        | 83         |
| Hipótese A                             | Autoconsumo                     | - 5 (40%) | -5 (6)%    |
|  | Produção para o mercado (NCr\$) | 8         | 78         |
|  | Autoconsumo (NCr\$)             | - 5 (40%) | - 10 (12%) |
|  | Produção para o mercado (NCr\$) | 8         | 73         |

Quadro 12 — Quadro comparativo do autoconsumo agrícola nos Estados do Maranhão e São Paulo - 1960

| Especificação                         |  | Estados    |             |
|---------------------------------------|--|------------|-------------|
|                                       |  | Maranhão % | São Paulo % |
| PEB                                   |  | 100        | 100         |
| Produção agrícola                     |  | 74         | 19          |
| Renda dos outros setores              |  | 26         | 81          |
| Autoconsumo sobre a produção agrícola |  | 40         | 12          |
| Autoconsumo sobre o PEB               |  | 29,6       | 2,2         |
| Renda tributável                      |  | 70,4       | 97,8        |

Quadro 13 — Quadro comparativo da incidência tributária nos Estados do Maranhão e São Paulo

| Anos<br>Especificação                | 1960          |                | 1964           |                  | 1968 <sup>(3)</sup> |                   |
|--------------------------------------|---------------|----------------|----------------|------------------|---------------------|-------------------|
|                                      | Maranhão      | São Paulo      | Maranhão       | São Paulo        | Maranhão            | São Paulo         |
| PEB (A)<br>(NCR\$)                   | (1)<br>16.073 | (2)<br>615.643 | (1)<br>114.520 | (2)<br>5.796.725 | (1)<br>436.590      | (2)<br>33.992.520 |
| Receita do<br>Governo (B)<br>(NCR\$) | 862           | 31.000         | 10.609         | 627.224          | 38.978              | 2.834.382         |
| % (B/A)                              | 5,4           | 5,0            | 9,2            | 10,8             | 8,9                 | 8,3               |

(1) Abateu-se o percentual de 29,6% correspondente ao autoconsumo na agricultura

(2) Abateu-se o percentual de 2,2% correspondente ao autoconsumo

(3) Dados do orçamento

**O NORDESTE  
E A SUDENE  
— BREVES  
CONSIDERAÇÕES  
SOBRE O IV PLANO  
DIRETOR DA  
SUDENE\***

\* Este trabalho foi elaborado em conjunto com Joaquim Itapary Filho, Mário Pires Leal e Edmilson Duarte, e apresentado pelo Governo do Maranhão à Sudene, em 1970.

### **A Sudene como objetivo adequado e as deficiências na execução dos seus três primeiros Planos**

**A** criação da Superintendência do Nordeste (Sudene) significou a tomada de consciência por parte da Nação de que a marginalização crescente desta região do processo de desenvolvimento do País, a ampliação dos desequilíbrios regionais, a incapacidade da economia regional para romper sua estagnação e conseqüente necessidade de receber recursos de fora, capazes de desencadear um processo de desenvolvimento, os crescentes índices de mão-de-obra marginalizada e a resultante pressão emigratória para as metrópoles do Centro-Sul, agravadoras dos problemas sociais desta Região, estavam tomando tais proporções que o País sofria séria ameaça, quer na sua unidade, quer na capacidade para obter êxito em seu esforço para vencer o subdesenvolvimento.

Até a criação da Sudene, e a despeito de não ser novo este quadro, tudo o que a região-problema recebeu havia sido a ação de socorro em épocas de calamidade pública; ação esta evidentemente incapaz de abrir novas perspectivas. O peso substancial dos investimentos privados (o que é natural dado que estes tendem a procurar as vantagens locacionais estabelecidas) e também o dos investimentos públicos era concentrado nas regiões Sul e Centro-Sul que assim tinham ampliada sua capacidade de expansão econômica. A conduta da nação frente ao Nordeste era de quem considera a região um problema insolúvel ou cuja solução acarretaria tal demanda de recursos que, a serem estes para o NE destinados, ficaria comprometida a capacidade de progredir do País como um todo. Era esta uma perigosa visão minimizadora do risco de marginalização de economia nacional de um agregado humano de cerca de 1/3 da população do Brasil, limitadora do mercado interno, que o desenvolvi-

mento nacional exigia fosse antes ampliado, e criadora de fatores e graves tensões sociais.

O organismo de desenvolvimento regional ao ser criado definia a consciência desses problemas e, assim sendo, teria de traçar-se objetivos e um elenco de legislação, instrumentos de ação e recursos capazes de conferir-lhe eficiência. Cumpria vencer a estagnação que, em diversos setores importantes da produção, já se convertera em ameaça de decomposição, implantar fatores de infra-estrutura capazes de criar melhores condições locais, dinamizar a industrialização, melhorar as técnicas de produção em nível de tal forma adequado que não surgisse a ameaça da liberação excessiva de mão-de-obra. Pretendia-se, em suma, romper a estagnação da economia através da injeção de fortes recursos públicos e privados (Lei de Incentivos) e oferecer empregos em número suficiente a conter o êxodo tradicional pela absorção dos excedentes da força de trabalho. Em última análise, os objetivos se resumiam em integrar a Região no desenvolvimento nacional e promover melhor distribuição da renda.

Deve confessar-se que, a despeito da complexibilidade dos problemas a enfrentar, dificuldade de construir um organismo dessa natureza em região particularmente sub-desenvolvida, naturais resistências políticas que a ação do mesmo teve de enfrentar, a limitação dos recursos que foi possível captar, a Sudene num balanço generalizado, parece-nos ter obtido importantes êxitos. Deve, porém, a nosso ver, confessar-se, igualmente, que face aos seus objetivos maiores, esses êxitos tiveram grandes limitações.

A crença de que a industrialização poderia oferecer satisfatoriamente ritmo de criação de empregos, capaz de minorar substancialmente o crescimento dos excedentes de mão-de-obra, revelou-se falsa: a despeito da aplicação de cerca de 700 bilhões de cruzeiros velhos em projetos industriais, o setor secundário revelou-se incapaz de absorver satisfatoriamente os excedentes

de trabalho rural. Os investimentos privados (apesar da criação de um instrumento bastante adequado como os artigos 34/18) tenderam à preocupação de rentabilidade econômica e concentração em empreendimentos de alta tecnologia e baixa utilização do trabalho. E assim o crescimento econômico verificado não significou melhor distribuição da renda gerada na Região.

No setor da agricultura e pecuária, os avanços foram pequenos, sobretudo face à incapacidade de superar os obstáculos institucionais que determinam forte concentração fundiária.

Um balanço objetivo da ação da Sudene ao longo de seus três Planos Diretores evidencia que os êxitos obtidos estão longe de aproximar-se dos objetivos pretendidos.

### **Acerto de algumas redefinições do IV Plano Diretor**

Do anteprojeto do IV Plano Diretor que nos foi oferecido a exame (apesar da limitação do tempo de que dispusemos, pois o mesmo só foi recebido há poucos dias), queremos destacar a Parte I, Diagnóstico e Soluções Anteriores, que traça um panorama bastante exato da paisagem sócio-econômica do Nordeste atual e dá um balanço na atividade da Sudene, ao longo dos anos, desde sua criação. Além de conter informações hábeis a permitir o aprofundamento do estudo da problemática regional.

Também na análise das Soluções Anteriores, parecem-nos particularmente válidas observações como estas: "Nem sempre o avanço no sentido da expansão da atividade econômica e a elevação da eficiência da economia, acarretam conseqüências favoráveis ao bem-estar total da população"; ou esta outra: "Não ter o setor industrial desempenhado, nem poder desempenhar em futuro próximo, o papel de principal fator de absorção de mão-de-obra", bem como a conclusão de que a médio

prazo ainda caberá ao setor primário esse papel.

Posto que essa ineficiência da indústria possa efetivamente ser diminuída, se introduzidas adequadas modificações no sentido da utilização dos incentivos, a verdade é que dificilmente, com os recursos presumivelmente disponíveis, seria possível pretender que pudesse oferecer empregos ao nível da demanda real de oportunidades de trabalho. Como, por outro lado, ainda é o Poder Público, o principal fornecedor de serviços na Região, não pode presumir-se também uma elevação substancial da oferta de empregos neste setor, pois se tal ocorresse seria afetada a capacidade de investir dos Estados, já evidentemente precária. Assim é o setor primário o único capaz de ampliar a demanda de mão-de-obra quer através da melhor distribuição de terras nas áreas já ocupadas, quer através da ocupação de áreas a serem liberadas, beneficiadas pela irrigação ou conquistadas em novas fronteiras agrícolas.

Julgamos igualmente corretas as diretrizes das "Linhas de Ação" que compõem a ação normativa para o campo setorial, seja no que diz respeito à prioridade para os investimentos de infra-estrutura (p. 76), quer no que se preconiza para a distribuição espacial dos investimentos: "Desenvolvimento das atividades econômicas nas áreas mais atrasadas e com maior poder de resposta à orientação e ao esforço de desenvolvimento" (p. 79) para que se evitem em termos regionais as distorções e os desníveis que, em termos nacionais, justificaram a própria criação da Sudene. Oportuna e merecedora de ênfase é a afirmação da necessidade de alargamento de mercado interno (p. 80) pela "mobilização de contingentes da força de trabalho e sua utilização no processo produtivo", quer pela ampliação da fronteira agrícola ou pela difusão de técnicas de trabalho elementares.

Corretas nos parecem também, de uma forma geral, as linhas de ação para o setor agropecuário e comercialização, posto que pouco detalhadas, bem como a dife-

renciação de técnicas asseguradoras de mão-de-obra para as culturas de consumo regional e de alto nível técnico para as culturas de exportação, sem o que sempre mais reduzida a presença do Nordeste no mercado exportador por incapacidade de competição no mercado mundial.

Visando a ampliar os benefícios ao produtor e assegurar melhores preços ao consumidor, julgamos que se impõe também obter da rede bancária definição mais adequada para as condições mínimas, pelo sistema de "warrantagem", de operação técnica do financiamento à estocagem e criação de linhas de financiamento aos projetos das companhias de armazenagem.

Corretas também nos parecem as normas fixadas no setor industrial, sobretudo quanto a ênfase à pequena e média indústrias (ao final acrescentaremos considerações outras que nos parecem pertinentes), criação de indústrias complementares geradoras de influxos dinâmicos sobre o sistema.

### **Restrições à formulação do Anteprojeto do IV Plano**

Conforme já foi afirmado o ponto de vista da Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão — Sudema — é no sentido da aprovação, sem maiores restrições, do diagnóstico, formulações e linhas de ação propostas no anteprojeto do IV Plano Diretor. O mesmo não pode ser afirmado no que diz respeito à abordagem espacial da problemática nordestina, cuja visão nos parece predominantemente geográfico-descritiva e estática quando se impunha antes uma visão prospectiva.

A afirmação contida à página 114 de que observações feitas "mostram a impraticabilidade de um planejamento integrado eficaz para todo o espaço territorial do Nordeste" não nos parece feliz, pois consideramos praticável esse tipo de planejamento desde que considerado

em adequada escala a qual, obviamente, não poderá ser a mesma adotada para as regiões-problema e regiões-programa.

Na verdade, tal afirmativa decorre, segundo depreendemos, de uma tendência expressa ao longo de todo o capítulo para a aceitação da distribuição das atividades econômicas e população atualmente existente e minimização das opções desconcentradoras da atividade econômica e remanejadoras de população. E tanto isto é verdade que, contraditoriamente com os pontos de vista expressos nos capítulos que fixam a linha de ação setorial, o capítulo de política espacial apresenta várias linhas de ação divergentes como:

- a) a contradição entre a política desconcentradora fixada na abordagem setorial que manda alocar os investimentos nas áreas mais atrasadas, que ofereçam condições de resposta, e o que se afirma na abordagem espacial sobre a inadequação de "pretender evitar a localização de efeito aglomerativo à custa da diminuição discriminatória dos incentivos em detrimento de tais centros", sob a alegação de que nas metrópoles (e regiões metropolitanas) existem massas de desempregados e subempregados. É óbvio que, segundo já ficara afirmado, não tem a indústria condições de absorver essa mão-de-obra marginalizada e, por outro lado, a ser seguida a política preconizada na abordagem espacial seriam acrescentadas as vantagens locais que tais centros já oferecem;
- b) a contradição entre o que preconiza a abordagem setorial para o programa industrial; (a) ênfase à indústria que absorva mão-de-obra; (b) diversificação do parque industrial; (c) *(elevação da tecnologia no beneficiamento dos produtos destinados à exportação)* e o que se afirma na abordagem espacial sobre a agro-indústria canavieira: as melhorias tecnológicas "embora apresentassem vantagens econômicas, acarretassem agravamento do problema social". Isto —

que reflete uma aceitação do impasse sem busca da forma para rompê-lo — seria, afinal, verdade para a introdução de melhorias tecnológicas em qualquer setor de indústrias para exportação e, assim, a opção de não introduzir tais modificações para não agravar o problema social seria a negação da linha de ação preconizada na abordagem setorial para os itens de exportação;

- c) em sua correta conclusão de que a indústria não pôde desempenhar o papel que lhe fora atribuído de absorver, em nível satisfatório, os excedentes de mão-de-obra e, portanto, caberá à agricultura essa tarefa, a abordagem setorial aponta os meios de alcançarse esse objetivo: (a) a liberação de terras nas áreas já ocupadas; (b) manutenção de técnicas que não signifiquem liberação de mão-de-obra, mas elevem a produtividade; (c) ampliação da fronteira agrícola em áreas disponíveis e aproveitamento de áreas a irrigar. Contudo, não nos parece que tenha sido levada na devida conta, principalmente na abordagem espacial, a importância da nova fronteira agrícola do Maranhão, cuja área é da ordem aproximada de 100.000km<sup>2</sup> de terras em sua maior parte devolutas, área que nos últimos 15 anos absorveu em condições de integração à produção econômica mais de 500 mil nordestinos e onde se processou a elevação significativa de produção de gêneros de alimentação ao ponto de constituir-se hoje importante suporte alimentar do Nordeste. A ocupação das áreas disponíveis do território maranhense, parece-nos a opção válida e significativa para a incapacidade da economia nordestina como um todo de oferecer solução à incorporação econômica dos excedentes de mão-de-obra. Acrescente-se que a existência de um mínimo de infra-estrutura, sistema de transporte e o reforço dessa infra-estrutura, a que o Governo estadual se devota, demandarão para adequar a área às finali-

dades precitadas recursos não exorbitantes e efetivamente capazes de oferecer contribuição significativa à solução dos problemas do Nordeste como um todo.

No que diz respeito à Parte III — Indicação de Programas, solicitaríamos a inclusão do trecho rodoviário Balsas-Carolina da BR-230 (cerca de 150km) na rede prioritária do Nordeste, de vez que a conclusão desse trecho, face à construção já concluída da rodovia estadual Carolina-Estreito (rodovia Belém-Brasília), permite uma ligação importante não apenas entre áreas produtoras do Sul do Maranhão com o Nordeste mas, através da Belém-Brasília, entre o Nordeste e a Amazônia.

Solicita-se também seja definido como trecho a pavimentar, de interesse prioritário para a Região a ligação Peritoró(MA)-Teresina, que complementar a ligação São Luís-Teresina, servindo áreas de significativa produção do Maranhão e Piauí, melhorando e barateando o transporte de mercadorias dos dois Estados importadas / exportadas pelo porto (em construção) do Itaqui.

Pede-se ainda, inclusão das obras complementares do porto do Itaqui no programa prioritário dos portos, considerando que esse porto, de gabarito adequado, servirá área de 5 milhões de habitantes e permitirá baratear o custo do transporte da grande tonelagem de produtos alimentares destinados ao Nordeste oriental.

### **Sugestões ao IV Plano**

A verificação de êxitos e desacertos, de realizações e incapacidade, da Sudene ao longo de sua existência, conduz à evidência de que se os objetivos inicialmente fixados permanecem os mesmos — desenvolvimento cujos frutos se traduzem em benefícios econômicos sociais para o conjunto da população — até mesmo por estarem longe de ser completados a reformulação, para o IV Plano Diretor, de linhas-mestras setoriais e espaciais. Já situamos nossa concordância com o diagnósti-

co, a fixação dos programas setoriais e as restrições à programação espacial. Julgamos, na verdade, que a concepção de um plano global de distribuição espacial do desenvolvimento é não apenas possível mas imprescindível — sem ela se continuarão a criar "nordeste" dentro do Nordeste e a Região, cujos problemas efetivamente se diversificam na medida e multiplicidade de aspectos geo-econômicos, unifica-se na tônica de um subdesenvolvimento que só poderá ser rompido se a solução dos problemas locais ou específicos for vista sempre à luz da problemática regional.

Já apontamos como inaceitáveis: a) o reforço de vantagens locacionais em áreas de forte poder atrativo ao investimento econômico; b) a minimização das perspectivas de integração dos excedentes de mão-de-obra em áreas que se constituam numa nova fronteira agrícola com capacidade para produção quer de alimentos visando ao abastecimento da Região, quer de matérias-primas para a indústria e a exportação; c) a liberação de recursos dos incentivos fiscais para investimentos em macro-empresas geradoras de pequena oferta de emprego ou estranguladoras de indústrias que utilizem a matéria-prima regional; d) o direito irrestrito dos depositantes das isenções fiscais do dispositivo 34/18 a optarem pelas indústrias de maior remuneração de capital em detrimento das que ampliam a oferta de oportunidade de trabalho; e) a exclusão da pequena indústria, da média e pequena propriedade rural, da indústria caseira e do artesanato dos benefícios dos incentivos, e que tende a concentrar a renda e contraria o objetivo democratizador da melhoria social que inspirou a criação da Sudene mantendo limitado, e estreito mesmo, o mercado consumidor da Região. Com base nestas convicções, propomos que o IV Plano Diretor dê particular ênfase aos seguintes itens:

- I - O projeto de integração espacial do desenvolvimento nordestino não é impossível no presente e antes se impõe que a equipe técnica da Sudene, tão qualificada, o defina como um processo global que deverá iniciar-se pelo exame e definição da vocação natural das diversas áreas, exame das possibilidades do remanejamento da população pelos espaços capazes de absorver os excedentes populacionais, oferecendo-lhes oportunidade de incorporação à vida econômica; a ênfase à redistribuição das vantagens locacionais de forma a impedir o efeito concentrador das metrópoles e suas regiões metropolitanas;
- II - Alterar, no que convenha, a legislação de incentivos fiscais e criar novos incentivos de forma a assegurar efetivamente que:
- a) não serão concedidos incentivos às indústrias utilizadoras de matérias-primas artificiais que reduzem o insumo de matérias-primas oriundas do setor primário, especialmente as fibras vegetais;
  - b) serão estendidos à pequena empresa industrial, à pequena e média empresa agropecuária, à indústria caseira e ao artesanato incentivos capazes de ampliar-lhes a eficiência econômica e elevar a renda dos que nelas trabalham;
  - c) seja evitada a preferência quase exclusiva dos depositantes das isenções fiscais pelos empreendimentos de maior remuneração do capital o que constitui distorção, pelo critério da mera economicidade, dos objetivos fundamentais da Sudene, que visam a conjugar crescimento econômico, ampliação do emprego de mão-de-obra, melhor distribuição dos benefícios sociais e ampliação do mercado consumidor;
- III - Ampliar a faculdade de utilização pelos Estados,

em seus programas de investimento, dos recursos 34/18, no período de carência de opção pelos depositantes, a fim de assegurar a execução a mais curto prazo das infra-estruturas capazes de dinamizar o desenvolvimento regional; e ampliar o prazo de duração desses empréstimos pelo menos para 15 meses;

- IV - Concentrar recursos nos programas que visem a ampliar a oferta de emprego no setor primário quer pela: a) liberação de terras nas regiões tradicionalmente ocupadas; b) aproveitamento, através de irrigação, das grandes reservas de água acumuladas nos açudes públicos; c) criação de amplas condições de infra-estrutura nas áreas disponíveis e adequadas, capazes de se constituírem em nova fronteira agrícola, como o Maranhão onde existem ainda, condicionados apenas à implantação daqueles fatores infra-estruturais, cerca de 100.00 km<sup>2</sup> de terras devolutas, cuja ocupação igualmente interessa ao desenvolvimento do Nordeste e à integração da Amazônia;
- V - Examinar mais convenientemente a perspectiva de ampliação da oferta de alimentos de preço baixo e adequado valor nutritivo através, sobretudo, da pesca, mediante melhorias do sistema de beneficiamento e tratamento a frio o que possibilitará, de logo, a elevação da renda real de dezenas de milhares de pescadores e o barateamento desse alimento tornando-o acessível às classes de mais baixa renda;
- VI - No que se refere ao Programa de Energia, consideramos necessário alocar recursos convenientes para transmissão em linhas de 230 mil kw.

**AS ATIVIDADES  
EMPRESARIAIS NO  
MARANHÃO**

**P**ara a abordagem compreensiva do comportamento do empresariado maranhense no período mais recente da nossa história, parece-me conveniente e válido remontar a seqüência do processo de desenvolvimento da classe, a partir do momento do surgimento de seus primeiros integrantes na economia local.

É sabido e do conhecimento geral que o Estado atravessou na segunda metade do século XVIII período de extraordinária expansão econômica que o permitiu alcançar, já na primeira metade do século seguinte, um lugar entre as quatro grandes províncias brasileiras. Esse período expansionista, fundado essencialmente na cultura do algodão, que alcança boas cotações no mercado internacional — embora o arroz desponte nas estatísticas de produção da época com alguma significação física — permitiu a criação, no Maranhão, de condições suficientemente estáveis a ponto de sustentarem um crescimento econômico durante quase 100 anos.

Para termos idéia mais clara sobre os resultados de todo esse crescimento, lembre-se o fato de que, em torno do final da segunda década do Século XIX, a cidade de São Luís possuía uma população duas vezes superior à da cidade de São Paulo. Esse fato nos permite ver, primeiro, como era realmente próspera a economia local, a ponto de sustentar uma cidade desse porte, e, segundo, como esse sistema estagnou, em termos relativos, a ponto de a população de São Paulo ser hoje cerca de vinte vezes superior à da nossa Capital.

Obviamente, essa expansão econômica era condicionada também pela ação de uma classe empresarial dinâmica e bem-sucedida. Faremos aqui uma primeira restrição ao modelo econômico-empresarial existente na época. A economia do Estado estava fundada sobre o latifúndio escravista e a renda produzida no Maranhão, em grande parte, sobretudo durante o Século XVIII, era transferida para a metrópole portuguesa. Concentrava-se ela também em um núcleo muito pequeno

de famílias de colonos proprietários de terras e de escravos, ou seja, provavelmente não mais do que 10% da população maranhense, estimada em 200 a 300 mil habitantes — detinha condições para participar ativamente do mercado consumidor interno do Estado. Portanto, a economia do período era voltada essencialmente para o mercado externo, pois o consumo local não se expandia.

Estão fora de cogitação aqui, apenas por motivos didáticos, os aspectos desumanos, ou de outra qualquer natureza que digam respeito ao escravismo. Considero a economia local como um todo e a alta concentração da renda resultante do fato de que cerca de 90% da população não participava ou usufruía das riquezas aqui geradas, salvo com o ínfimo consumo atribuído para a sua miserável sobrevivência.

A ocupação territorial do Maranhão dificilmente poderia ter sido diferente de como o foi, isto é, mediante a utilização dos rios como rede para um sistema de transportes que permitisse o acesso ao interior próximo ao golfo onde São Luís está plantada. Tal ocupação se dá, inicialmente, pelo Rio Munim, depois pelo Itapecuru, na orla dos campos da baixada ocidental e nas zonas litorâneas até Cururupu e, em menor medida, ao longo dos trechos inferiores dos rios Mearim e Pindaré, nestes últimos sem a intensividade ocorrida nas margens do Itapecuru. Na verdade, este rio foi o grande eixo em torno do qual se deu a expansão algodoeira no Estado<sup>(1)</sup>. Em suas margens iam se desenvolvendo os campos de plantação com seus milhares de escravos. Neste surto econômico, o empresariado teve alto dinamismo, participava ativamente de negociações internacionais e sabia defender os seus interesses<sup>(2)</sup>. Naquele momento, o Maranhão teve um empresariado à altura do seu desenvolvimento. Reiteramos que discordamos do modelo institucional sobre o qual o Estado floresceu apenas pelo fato de ser ele extremamente dependente do exterior e resultar na excessiva concentração da ren-

da. Tanto que não demora esse modelo a ser vulnerado por circunstâncias conjunturais do mercado internacional e pela inexistência de um mercado interno capaz de consumir e remunerar bem o produto gerado no Maranhão.

É fácil compreender que quando um sistema econômico é excessivamente dependente do exterior está sempre sujeito à irremediável vulnerabilidade, porque as decisões sobre esse mesmo sistema são tomadas fora de sua área de influência política. Contudo, temos que reconhecer o fato de haver sido esse sistema servido por um corpo empresarial capaz, dinâmico, atento às variações de preços no mercado e que, portanto, esteve à altura do momento histórico em que atuou.

Ao longo do Século XIX, como era previsível, passada a tempestade da revolução de sua Independência, os E.U.A. ampliam suas negociações comerciais com a Inglaterra, especialmente aquelas envolvendo o algodão americano produzido com tecnologia muito mais avançada do que a empregada no Brasil. Ocupam, assim, o mercado londrino, onde se concentrava a mais poderosa e diversificada indústria têxtil, responsável, praticamente, pelo abastecimento de todo o Mundo. Perde o algodão maranhense, gradativamente, o mercado da Europa até ser dele totalmente banido.

O empresariado reage com a instalação em fins do Século XIX e até início do Século XX de um grande parque têxtil, que chegou a ocupar mais de 5.000 operários e que valeu a São Luís o epíteto de "Manchester Brasileira". Na verdade, àquela época, São Luís seria, provavelmente, o segundo centro têxtil do País. Esse parece-me ser o último grande movimento empresarial maranhense no sentido de salvar o modelo dentro do qual operava e que demonstrava haver chegado à exaustão.

Não obstante todo o esforço para a industrialização, a mentalidade agrário-mercantil ainda se mantinha bastante forte, arraigada dentro da classe detentora dos

capitais, incapaz de perceber a grande diferença entre as bases sobre as quais se assentou a lavoura algodoeira — latifúndio/escravidão — e aquelas que fundamentariam a indústria — tecnologia/trabalho livre. Enquanto no sistema agrário-mercantil tínhamos as fazendas produzindo sucessivamente sobre o mesmo solo com mão-de-obra escrava, no sistema industrial era imperativa a necessidade de adotarem-se novas tecnologias de cultivo para ampliação dos níveis de produtividade de lavradores assalariados, bem como a exigência de permanente atualização e de reequipamento das unidades têxteis. Além de tudo, os empresários passariam a ter relações com uma nova classe social, o operário urbano, ainda que incipientemente organizado e com reduzida capacidade de reivindicação. Ocorre que o operário urbano não é o escravo, nem as máquinas são iguais ao solo. Sobre o mesmo solo pode-se produzir anos a fio; sobre a mesma máquina não se produz mais de 10 ou 15 anos. Os movimentos de modernização industrial têm o ciclo curto <sup>(3)</sup>. Haveria, então, a necessidade de um grande salto na mentalidade empresarial do Maranhão.

Infelizmente, temos de reconhecer hoje que esse salto não se deu. A mentalidade agrário-mercantil, em função de condicionantes culturais, não teve condições de ajustar-se à nova ordem econômico-social, dentro da qual pudesse ter continuidade a nossa lavoura algodoeira e a nossa indústria têxtil lograsse acompanhar, no mesmo passo, a contínua renovação e a constante modernização da indústria têxtil nacional.

Compulsando estatísticas relativas ao ano de 1922, ao completar-se um século da nossa Independência, encontramos que o valor da produção industrial do Maranhão era igual à metade do valor da produção agrícola. Ora, se examinarmos dados estatísticos atuais veremos que o valor de nossa produção agrícola, o que significa haver ocorrido extraordinário decréscimo relativo das atividades industriais do Estado.

É importante salientarmos um outro dado demonstrador do nível de participação da indústria no Maranhão: em volta de 1900 a população de São Luís seria de 35.000 habitantes, segundo as fontes mais fidedignas; desse total cerca de 4.000 eram operários na indústria têxtil e de outros ramos, ou seja, aproximadamente 20.000 habitantes (2/3) dependiam diretamente do setor industrial. São Luís tinha, por força dessa prevalência na ocupação da mão-de-obra e pelo valor da sua produção, todas as características de uma cidade industrial.

Hoje, São Luís tem uma população de aproximadamente 300 mil habitantes e não emprega 3.000 operários no setor industrial, o que significa não dependerem dele mais que 15.000 habitantes, ou cerca de 5% da população, caracterizando fielmente a decadência industrial da Capital do Estado.

Por causa das afirmações que venho fazendo, espero que os empresários maranhenses não vejam em mim um adversário hostil. Na verdade, desejamos muito poder dizer sobre a classe empresarial maranhense os mesmos elogios com os quais enfatizei o comportamento dessa categoria atuante no final do Século XVIII e começo do XIX. Entretanto, devo afirmar a minha crença nos homens de empresa, peças fundamentais em qualquer sistema econômico e molas propulsoras do desenvolvimento, especialmente em virtude de sua capacidade de dinamizar a sociedade, elevar o seu padrão de vida e fazer crescer a economia.

Entendemos caber ao Estado, nas regiões deprimidas e nos países subdesenvolvidos, papel de motor do processo de desenvolvimento. Em tais circunstâncias, somente ele tem condições de aglutinar os fatores de produção para a deflagração de vigorosos processos de industrialização, embora seja verdade que sozinho não poderá fazê-lo. É absolutamente necessária a dedicada colaboração de empresários dinâmicos, com acuidade

de visão histórica e prospectiva. Vale aqui a menção ao processo de desenvolvimento japonês, iniciado sob os auspícios da dinastia Meiji, no século passado, impulsionado e fortalecido pela elite de empresários que o povo daquela nação teve a capacidade de gerar e graças à qual, em apenas 60 anos, o país se transformou na potência industrial que se alinha entre as três mais pujantes economias do mundo.

Espero, portanto, que minhas palavras sejam entendidas como uma crítica impessoal, mas também como uma forma de espicaçar consciências, de despertar e estimular vocações para o Maranhão voltar a ter uma classe empresarial à altura do singular momento em que está vivendo.

No momento em que o Poder público, durante dois sucessivos períodos de governo, se dedica, de forma inusitadamente vigorosa, ao investimento de grandes recursos financeiros na implantação de sólida infraestrutura econômica e na criação de outros fatores de desenvolvimento, é impossível que o empresariado maranhense deixe de atualizar o seu comportamento e se oriente para comandar o processo de desenvolvimento do Estado, retendo aqui os frutos desse crescimento, impedindo que o mesmo seja capitaneado por empresários de fora e, mais uma vez, seja a renda gerada em região transferida para áreas mais ricas.

Por esse motivo, vale remarcar que o modelo histórico de desenvolvimento do Maranhão foi sempre calçado em um sistema antidemocrático, altamente concentrador da renda, que deixava a grande maioria da população à margem dos eventuais benefícios desse progresso, montado sobre o monopólio da terra e operado por um sistema de comercialização oligopólio-oligopsionista, perfeitamente simbolizado na Praia Grande, detentor de todo o comércio exportador e importador do Estado, até cerca de 30 anos atrás.

Circunstâncias naturais favoreceram esse siste-

ma: uma rede de rios navegáveis convergindo para a Capital facilitou o estabelecimento de grandes empresas comerciais e que mantinham, também, inteiro domínio nas distribuições do crédito. Essas empresas utilizavam-se de intermediários oficiais para repassar créditos aos produtores e à imensa rede de pequenos comerciantes espalhados em todo o interior maranhense, e às grandes empresas mercantis da Praia Grande estavam, freqüentemente, vinculados os prestadores de serviços de navegação fluvial, com o que dominavam praticamente toda a vida econômica. Assim, como havia acontecido nos séculos anteriores, até a metade deste século, São Luís era o ponto de convergência de toda a riqueza produzida no Maranhão e, até, em boa parte do Piauí. Evidentemente, não dispúnhamos mais de escravos, legalmente assim considerados, mas tínhamos a maioria dos habitantes sobrevivendo dentro de baixíssimos níveis, como semi-escravos. O regime de propriedade da terra ainda era o latifúndio, dentro do qual se realizava a quase totalidade da produção primária até a metade do Século XX, numa repetição fidedigna da vida e da paisagem econômico-social dos Séculos XVIII e XIX, com algumas nuances. Essa era a incompatibilidade do sistema econômico maranhense com a grande revolução agro-industrial ocorrida no Século XX. Dela provém a inexorável decadência do Maranhão, submetida a um processo de crescente "indigenato".<sup>(4)</sup>

Hoje, o maior volume de produção do Estado é o da mandioca, uma cultura herdada dos indígenas. O modo de beneficiamento dessa mandioca ainda é o dos indígenas. Não há nenhum método de mecanização no cultivo ou no aproveitamento dessa raiz. Mesmo assim ela domina a vida econômica do Maranhão em termos de volume da produção. Por outro lado, deixamos de ser cultivadores da cana-de-açúcar e do algodão, que são plantas industriais exigentes de tratamentos culturais, para regredirmos ao estágio de meros coletadores de coco-ba-

baçu, atividade que, antropologicamente, nos remete para tempos imemoriais.

A partir da década de 50 deste século, todo o sistema econômico fundado sobre o latifúndio, o monopólio do comércio, do crédito e do transporte fluvial começa a desmoronar, de dentro para fora, como uma grande implosão. Deve-se a que o Governo Federal começa a interligar o Maranhão com outras regiões e a implantar uma rede de rodovias no Estado, seguindo a sua política de integração nacional.

Essa decisão, tomada nos altos centros políticos do País, não obedeceu a qualquer critério fixado por autoridades locais. Ao contrário, ela se contrapunha aos interesses do governo e das classes dominantes locais. Tanto que as bancadas de deputados e senadores do Maranhão nos parlamentos federais recebia instruções explícitas do Governo Estadual no sentido de serem as verbas orçamentárias para a ligação rodoviária São Luís-Teresina transpostas para outros ramos menos importantes, objetivando o impedimento ou a procrastinação da interligação do Maranhão com o Nordeste.

Há informações — cuja veracidade não foram averiguadas — de que até a Associação Comercial do Maranhão, patrocinadora deste Seminário, encaminhou memorial ao Governador do Estado pedindo-lhe a protelação ou, se possível, o impedimento da construção da rodovia São Luís-Teresina, por considerar essa ligação "nociva aos interesses do Estado". Na verdade, esta, como outras ligações — a de São Luís com Belém, a de Teresina com Imperatriz e a Belém-Brasília, que cortam, também, o nosso Estado —, era altamente fulminante, destruidora da aliança agrário-mercantil, sediada na Praia Grande, sustentáculo econômico do sistema político dominante. Essa aliança teria seu poder minimizado apenas durante a administração de Paulo Ramos, colocado como Interventor Federal no Maranhão após a Revolução de 30.

O período 1950/1960, sobretudo, seria marcado por grandes mudanças sócio-econômicas exatamente em decorrência da abertura daquelas rodovias. Especialmente a estrada de São Luís a Teresina, concluída ainda com revestimento primário em 1958 — ano da mais drástica seca ocorrida no Nordeste neste século —, permitiu o acesso de aproximadamente 300.000 nordestinos, expulsos naquele ano pelas regiões mais áridas, a amplas áreas de terras férteis e devolutas do Maranhão. Essa massa de imigrantes no período de 1950/1970 foi estimada em cerca de 700.000 trabalhadores que buscavam as áreas úmidas maranhenses.

Ocupando terras públicas ou devolutas, esse enorme contingente de imigrantes atraiu consigo fortes correntes de lavradores maranhenses que se desprendiam dos laços que os mantinham subjugados a um sistema semi-escravista de lavoura, dentro de latifúndios tradicionais. Nessa época, as populações dos médios vales dos rios Mearim, Pindaré, Turiaçu e Tocantins crescem assombrosamente e a produção agrícola dá enormes saltos quantitativos. Cite-se, por exemplo, a produção de arroz que sobe de 250.000 toneladas, em 1950, para 800.000 toneladas, em 1971. Incremento semelhante se dá, também, na produção de feijão, milho, mandioca, enfim, de cereais cujo cultivo era hábito dos trabalhadores vindos do Nordeste.

Há, portanto, uma nova paisagem social e econômica resultante da ocupação das terras não mais situadas nas calhas fluviais, dominadas pelos latifundiários, mas terras livres do jugo opressor do "Coronel". A frente "colonizadora" integrada por aquela imensa massa de imigrantes, muda o eixo da economia agrícola maranhense, com sua atividade itinerante, das terras situadas entre o Parnaíba e o Itapecuru para as regiões situadas nos divisores d'água dos rios Mearim/Pindaré e Turri/Tocantins/Gurupi, provocando alterações no sistema de comercialização com grandes repercussões em

toda a vida do Estado.

Então São Luís, seja porque seu porto comercial adequado às novas exigências econômicas nacionais, ou porque se deslocaram as atividades agrícolas para áreas distantes do sistema tradicional de transporte fluvial, perde substância como cabeça econômica e política do Estado. Núcleos como Pedreiras, Bacabal, Pindaré-Mirim, Santa Inês, Monção e Imperatriz consolidam-se no interior e passam a polarizar um novo sistema comercial estreitamente vinculado a outras praças nordestinas. Quebra-se, assim, o oligopólio-oligopsônio da Praia Grande que, não por outro motivo, vai sendo reduzida a mero patrimônio arquitetônico estadual, digno de preservação e restauração enquanto tal.

Ao mesmo tempo, multiplica-se a rede bancária, antes restrita a pouquíssimas agências do Banco do Brasil e ao Banco do Estado do Maranhão, este sempre às voltas com problemas de liquidez. Seguidamente, instalam-se os Bancos da Amazônia e do Nordeste, amplia-se o número de agências e postos do Banco do Brasil e do próprio Banco do Estado e de estabelecimentos de crédito privados, atingindo as praças mais dinâmicas, desmonopolizando e desprivilegiando o acesso ao capital financeiro <sup>(5)</sup>.

A par disso, e sobretudo nos anos mais recentes, a execução de uma nova política agrícola, garantindo preços mínimos de comercialização aos produtos primários e o financiamento para a fundação e o custeio da produção agropecuária, dissemina os principais fatores de estímulo à economia por todo o Estado. Eleva-se então o padrão de vida das populações rurais, agora integradas a um sistema econômico monetizado. Amplia-se, em conseqüência, o consumo interno e a força de trabalho liberta-se da opressão política. Essa nova ordem resulta, politicamente, na explosão da liberdade que em 1965 levaria ao poder o Sr. José Sarney, figura desvinculada do Sistema empresarial vigente.

Derruída essa estrutura política — a última a persistir — o Governo passa a administrar o Estado com outros conceitos. O planejamento é adotado como instrumento de gestão e para a implantação de uma infra-estrutura permissiva do desenvolvimento. A administração pública moderniza-se, perde a sua conotação puramente clientelística e uma nova mentalidade propícia ao desenvolvimento das potencialidades maranhenses e substitui o pessimismo, o marasmo e o conformismo.

Essas profundas alterações de caráter sociológico ao que tudo indica não foram percebidas pelo empresariado maranhense, não obstante a gritante evidência com que ocorreram. Tanto que os empresários não se adequaram à nova ordem econômica, não acompanharam o ritmo de dinamismo em que as atividades econômicas e sociais se processavam e foi sendo colocado à margem de todo esse processo histórico.

Do setor secundário da economia maranhense apenas merecem considerações a indústria do beneficiamento primário do arroz e a prensagem de amêndoas do coco-babaçu para a extração de óleo industrial. Esta última, como costuma acontecer em áreas subdesenvolvidas, desencadeou um intenso mimetismo entre os empreendedores locais: seguidamente, em virtude do êxito do primeiro, empresários dedicam-se à implantação de prensas de amêndoa de babaçu, sem a menor consideração com a capacidade de oferta dessa matéria-prima derivada da coleta do coco. Resulta desse movimento a montagem de um parque *industrial* com capacidade para a prensagem de 300.000 toneladas de amêndoas para uma oferta inelástica que não supera a marca das 70.000 toneladas. Com tão alta capacidade ociosa instalada, a maioria dessas unidades industriais inelutavelmente operava a custos fixos incompatíveis com os preços que seus produtos (óleo e torta) alcançavam nos mercados. E entra esse ramo industrial em crise insuperável.

Mesmo no setor primário, são vastas as possibilidades e as facilidades para a implantação de grandes unidades de produção, com respaldo na política agrária executada pelo Estado e pela disponibilidade de fatores, especialmente capitais financeiros fornecidos pelas agências regionais de desenvolvimento e programas especiais de fomento como o Proterra.

Hoje, o Maranhão dispõe de uma infra-estrutura capaz de suportar qualquer iniciativa empresarial. A terra, com excelente potencialidade, e a mão-de-obra capaz de aprender com relativa facilidade qualquer técnica, são amplamente disponíveis a custos de fatores relativamente abaixo dos vigentes em outras áreas. Poucos Estados do Norte e Nordeste oferecem perspectivas tão promissoras a curto e médio prazos. O Estado está cumprindo o seu papel na criação de oportunidades para investimentos. As portas para a prosperidade estão francamente abertas. O estímulo do desafio para grandes aventuras existe.

Apesar de tudo, continuaram os empresários maranhenses a faltar com a sua participação na estimulante tarefa da construção de um futuro de riqueza e prosperidade para si e para a nossa terra. Até quando as oportunidades de investimento esperarão por empresários não-maranhenses para aproveitá-las? Indefinidamente?

Assim não deverá acontecer. O Maranhão já teve no passado grandes empresários; não poderá tê-los igualmente no presente e para o futuro? Não podemos acreditar que esta terra, tão pródiga de talentos e de natureza, se recuse a produzir os empresários de que necessita para florescer e ser um Estado feliz. Que este Seminário seja um instrumento válido para a conversão desta esperança em realidade.

De outro lado, a obsoleta indústria têxtil, vítima da incapacidade empresarial e da enorme distância que a separava da tecnologia de produção atualizada, adota-

da em outros centros industriais do País, vai cerrando as suas portas, uma após a outra, e lançando ao desemprego milhares de trabalhadores urbanos.

Vitimado pelo mesmo mal, o comércio da capital e do interior vê sucumbirem na falência os grandes empórios dirigidos por maranhenses. Sobre suas ruínas, instalam-se novos empreendimentos comerciais dirigidos por empresários de outras praças. Fortunas são consumidas na manutenção de famílias de empresários repentinamente afastados, de modo irremediável, do sistema produtivo local. A burguesia comercial autenticamente maranhense entra em vertiginoso processo de decadência até seu desaparecimento quase completo.

Onde esteve, onde está agora o empresariado maranhense enquanto ocorre essa histórica mudança? Que setores industriais novos implantou? Que empresas comerciais ou prestadoras de serviços organizou? Que fazendas agropecuárias fundou entre as que recorrem aos incentivos ministrados pela Sudene e Sudam e que possibilitaram a um Estado pobre e muito menos favorecido de condições naturais, como o Ceará, experimentar um extraordinário surto de industrialização capaz de colocar Fortaleza na posição de terceiro pólo industrial do Nordeste?

O que vimos, e ainda presenciemos, foi o esvaziamento do antigo vigor da economia genuinamente local, a decadência e o desaparecimento de tradicionais e robustas empresas maranhenses.

No entanto, que extraordinário campo para a ação empresarial constitui o Maranhão de nossos dias: continuamente expande-se o mercado interno, com o incremento inusitado de sua população integrada à economia de mercado, garantidor de crescente demanda de produtos industriais cujas matérias-primas são abundantes aqui; abrem-se longas e remuneradoras perspectivas para a exportação de produtos tropicais industria-

lizados; e alargam-se as oportunidades para a prestação de serviços de toda a natureza.

#### NOTAS DO REVISOR

- (1) Gayoso (179): "José Maurício Gomes, lavrador na boca do Itapecuru, no sítio ainda hoje chamado de Boa Vista, também foi o primeiro que apresentou na casa da Companhia as primeiras seis sacas de algodão beneficiado". Seria este o primeiro empresário maranhense que se dedicou ao algodão? Essa atividade, aliás, estava proibida pela Câmara do Maranhão através do bando datado de 1º de fevereiro de 1773. Caio Prado Jr., à p. 145 de "Formação do Brasil Contemporâneo", atesta que "No Maranhão, as culturas (do algodoeiro) se internam subindo as margens do Itapecuru, e se concentram sobretudo em Caxias. Deste último distrito provinha mais da metade da produção maranhense".  
(Citação de Martius)
- (2) Tão logo o Marquês de Pombal foi demitido em 1777, após o falecimento de seu protetor — o Rei Dom José I —, empresários maranhenses e paraenses, aliados a outros das praças de Portugal, expuseram a D. Maria, que passou a reinar, os sacrifícios a que o monopólio da Cia. Geral do Grão-Pará e Maranhão submetia os colonos do Estado e pleitearam a extinção da empresa, no que foram atendidos prontamente.
- (3) Vários economistas têm chamado a atenção para o fato de ser a indústria têxtil um dos ramos mais sensíveis às mudanças tecnológicas. A têxtil é a indústria que mais rapidamente recebe e absorve as maiores inovações tecnológicas, e com maior assiduidade, em virtude da necessidade de liberação de mão-de-obra e obtenção de altos níveis de produtividade e qualidade, para que possa enfrentar a concorrência nos mercados.
- (4) Estas observações do A. corroboram a seguinte nota de Caio Prado Júnior, ao pé da p. 8 de "Formação do Brasil Contemporâneo": "Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vividas do seu passado".
- (5) O A., por evidente lapso, deixa de mencionar a existência do Banco do Maranhão — criado no tempo do Império — e a Casa Bancária de Francisco Aguiar, que ministravam créditos dentro do mesmo sistema agrário-mercantil monopolista.

**EVOLUÇÃO DA  
LAVOURA  
ALGODOEIRA  
MARANHENSE**

O período que marcou o começo da segunda metade do Século XVIII assinalou, também, o princípio do reinado de Dom José I, no qual Sebastião José de Carvalho e Melo <sup>(1)</sup> se notabilizou como ministro onipotente. Até então, o comércio dos Estados que formavam a colônia portuguesa na América — o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil —, debatia-se em angustiada situação de penúria. Em verdade, a condição do Estado do Maranhão e Grão-Pará agravou-se de tal maneira que o seu Governador, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, escreveu ao irmão, o ministro Carvalho e Melo:

*"Este Estado — e principalmente esta Capitania — se acha reduzido à extrema miséria. Todos os seus moradores estão na última consternação. São poucos os que ainda cultivam algum gênero".* É assim que o historiador Jerônimo de Viveiros, em sua preciosa **História do Comércio do Maranhão**, descreve o desalentador estado das condições econômicas da região no meado do Século XVIII. Tal descrição confirma totalmente o quadro negativo da economia da Capitania do Maranhão narrado por Raimundo José de Sousa Gayoso às páginas 168 e seguintes do seu **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão**:

*"Eram as produções da capitania muito insignificantes no seu princípio, e pequeno, ou nenhum o seu comércio. Reduziam-se as primetras à cultura de um pouco de arroz vermelho, farinha de mandioca, milho, mamona, algum café que quase todo se consumia no país: havia também sua pequena produção de algodão que os naturais fiavam, e reduzidos a novelos e rolos de pano, firmavam o representativo da moeda, reputando-se o novelo tecido, ou rolo de pano por dez mil réis, de sorte que ainda hoje a gente ordinária nas suas*

*pequenas permutações de compra e venda se explica pelo termo de tantos rolos de pano para designar outros tantos dez mil réis. No tempo dos holandeses se promoveu a cultura da cana e além dos cinco engenhos que eles acharam estabelecidos (como se viu no § 58) eles formaram alguns seis ou sete mais, tanto pelo destroço que estes engenhos padeceram na sua invasão, como pela ruína que forçosamente haviam de ter com a expulsão dos ditos inimigos, apenas se conhece presentemente os lugares em que eram situados. Em quanto ao comércio, ele não passava da exportação desses mesmos rolos de panos para os centros da capitania e das outras de Minas Gerais e Goiás, sendo seu retorno em ouro em pó ou em barra<sup>(2)</sup>. Apenas entrava na ilha um navio de ano em ano, incluído na frota que todos os anos saía de Lisboa e Porto para o Brasil, em março e pelos meses de setembro e outubro se tornava a unir à frota que devia partir para Portugal, combatido por embarcações de guerra. Já se vê quão poucos podiam ser os efeitos (mercadorias) que vinham da capital e os produtos coloniais de retorno..." "A colônia achava-se no seu princípio, não havia moeda, não havia comércio, nem agricultura"<sup>(3)</sup>.*

Assim, pois, o Maranhão atingiu a metade do Século XVIII. Tal estado de incipiência econômica por certo não autorizaria ninguém a profetizar que, no decurso dos próximos 50 anos e do mesmo passo em que a colônia via declinar o ciclo da mineração concentrado em Minas Gerais, a Capitania do Maranhão atravessaria período de vertiginoso crescimento econômico para se tornar no grande pólo nortista, como bem refletem os números referentes à exportação que se anexam<sup>(4)</sup> e que

bem evidenciam seu potencial de riqueza, então como hoje, à espera apenas dos necessários impulsos para se desenvolver.

Esse impulso seria dado, àquela época, pela clari-vidência do Marquês de Pombal com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, concessionária, desde 7 de junho de 1755 (data do Alvará de sua confirmação pelo rei), do monopólio do comércio de todo o Estado, que estimula o desenvolvimento agrícola fornecendo aos colonos crédito, escravos e ferramentas com o descortínio de incrementar principalmente a produção de algodão-em-pluma cuja demanda internacional (e notadamente da Inglaterra) se torna rapidamente crescente em função do acelerado crescimento da indústria têxtil. Esses fatores propícios se somariam ainda à conjuntura favorável à exportação do algodão em decorrência da independência dos Estados Unidos com suas conseqüentes restrições às transações com a Inglaterra, da qual eram grandes fornecedores o produto, redundando na abertura do mercado inglês ao algodão brasileiro <sup>(5)</sup>.

Estimulados pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, pela expansão da demanda da indústria têxtil e pelos excelentes preços que o produto chega a atingir nos mercados da Europa, os produtores do Maranhão ampliam a exportação do algodão das 651 arrobas (9.560 kg), em 1761, a um máximo de 298.582 arrobas (4.389.155 kg), em 1811, ano em que a população total da província em pouco ultrapassava os 150 mil habitantes. <sup>(6)</sup>

Se hoje o Maranhão com sua população de 3,5 milhões de habitantes obtivesse produtividade "per capita" equivalente estaríamos com uma produção de 350 mil toneladas, quando, na realidade, não chegamos a atingir 30 mil toneladas.

Fatores negativos iriam impedir que o magnífico surto de crescimento econômico do Maranhão, cuja base principal era o algodão, se prolongasse no mesmo rit-

mo ao longo do Século XIX. É Gayoso que, na página 227, do citado "Compêndio", com muita propriedade, identifica, já em 1818, alguns desses "escolhos" como os chama aquele autor:

*"É o 1º a falta de terreno para se continuar na lavoura, por se acharem reduzidas as arbustos as da antiga cultura, e ocupadas as matas vírgens pelo gentio bravo, que não deixa formar novos estabelecimentos, sem risco visível dos cultivadores, 2º o horroroso preço a que tem chegado a escravatura no tempo presente<sup>7)</sup>. 3º as infinitas execuções na mesma escravatura, como consequência daquela carestia. 4º o ínfimo preço a que se acha reduzido o algodão, não pela falta combinação das atuais críticas circunstâncias, mas por efeito do escandaloso monopólio de uns poucos capitalistas, que em todos os tempos souberam aproveitar-se das calamidades públicas".*

Tendo restabelecido e ativado transações comerciais com os Estados Unidos, a Inglaterra pôde especular transações comerciais com os preços e, segundo ainda Gayoso, a preços que sequer cobriam as despesas do produtor. Esse, sem dúvida, o principal desestímulo à manutenção da prosperidade da lavoura algodoeira maranhense.

Acrescente-se a tudo isso a escassez de mão-de-obra resultante sucessivamente da proibição do tráfico de escravos (1850) e, finalmente, a libertação da escravatura e teremos razões suficientes ao declínio da lavoura de algodão. Cumpre acrescentar que como nota Caio Prado Jr. em sua **Formação do Brasil Contemporâneo** (página 32):

*"A mesma rotina se verifica no beneficiamento do algodão. No descaroçamento, apesar da descoberta de Whitney, a saw-gin, que é de 1792 e logo se definiu largamente em toda a região algodoeira dos Estados Unidos,*

*o Brasil continuava a empregar o velho princípio do descaroador de origem imemorial, a churka do Oriente. Ignorou-se por completo aqui uma descoberta que revolucionou completamente a cultura algodoeira, dando-lhe um impulso que a transformaria".*

Era baixo o nível, o primitivismo da tecnologia, comum aos processos agrícolas coloniais, baseados na exploração brutal do braço do escravo, contribuindo para estagnar os índices de produtividade, deprimir a qualidade dos produtos e, conseqüentemente, seus preços, quando em concorrência com similares produzidos em área tecnicamente mais avançadas. A soma desses fatores conduz os produtores agrícolas do Estado à poção pelo açúcar, face à disponibilidade de área favoráveis à cultura da cana e à existência de uma demanda firme quer na própria Província quer nas Províncias vizinhas. Assim é que, como assinala Jerônimo de Viveiros, já na safra 1852/53 o Maranhão produziu 100.000 arrobas (1.470.000 kg) de açúcar, das quais 30 mil foram exportadas para o Pará.

A transformação da mão-de-obra escrava em assalariada, bem como o deslocamento do pólo mais dinâmico da economia brasileira para a região Centro-Sul, no ciclo do café, acompanhado do ingresso crescente do braço assalariado europeu, alteraram profundamente toda a estrutura econômica nacional: embora ainda voltada-para-fora como o fora em todo o período colonial e durante os primeiros decênios do Império a eliminação do trabalho escravo e a imigração européia começam a fundar as bases de uma economia voltada-para-dentro. Essa verdadeira revolução sócio-econômica, propiciadora do primeiro surto de desenvolvimento nacional, produziu, porém, impactos diferenciados sobre as diferentes regiões brasileiras. No Maranhão, cuja economia e sociedade continuavam tipicamente coloniais, esse impacto produziu uma desordem de tal monta que a estru-

tura existente não tinha como resistir, Jerônimo de Viveiros, na obra citada, assim descreve:

*"A liberdade dos escravos e o advento da República, uma desorganizando o trabalho agrícola e outro criando novas obrigações para o Estado, determinaram no Maranhão uma tremenda crise econômica, que se prolongou por um lapso de tempo de cerca de um quarto do século. O abalo foi formidável, diminuindo, num imprevisto estorrecido, as nossas fontes de renda. Deixamos de produzir um dos nossos gêneros de consumo e exportação — o açúcar, decrescemos no algodão, nunca mais atingindo o costumeiro limite de sessenta mil fardos, paralisamos em relação ao arroz e apenas progredimos na mandioca e o no milho, que tem gêneros de valores ínfimos".*

Evidenciando em números, essa decadência, Viveiros cita os relativos ao açúcar, que passara a ser a cultura mais importante da Província a partir de meados do Século XIX, com produção de 16.000 toneladas em 1882. Citando a produção do Engenho Central<sup>(8)</sup>, o maior do Maranhão, aponta ele a decadência: 1887 - 2.200 toneladas; 1890 - 1.700; 1894 - 634; e 1906 - 135.

Essa crise agravou ainda mais o êxodo de trabalhadores rurais para a Amazônia, então no auge da produção da borracha. Enquanto os trabalhadores despovavam nossos campos, a classe rural de antigos senhores de escravos procurava reintegrar-se no processo econômico associando-se ao comércio de São Luís, ou na grande aventura da industrialização, tentando criar um parque industrial que Viveiros define como *"evidentemente acima de nossas possibilidades financeiras"*, acrescentando *"dessa solução irrefletida e, sobremaneira, errada, resultou, como é bem de ver, o agravamento da crise"*. Assim o Maranhão chegou em completa decadência econômica e grave desorganização social ao final

do Século XIX, que tão bem se iniciara sob o influxo do extraordinário surto algodoeiro.

Somente a I Guerra Mundial — 1914/1918 — resulta na eclosão de fatores capazes de reanimar a economia do Estado. Destacam-se, entre eles, as cotações então obtidas pelos nossos produtores primários, notadamente o algodão, cujos preços no mercado internacional se elevam de 922 mil réis à tonelada, em 1913, para 5.200 réis ao terminar o conflito, quando se abre um novo ciclo na economia local — o do babaçu. A exportação desta amêndoa, que se inicia em 1912 com apenas 588 quilos, eleva-se a 5.603 toneladas já em 1919 e continuará em ritmo crescente. Em 1930, algodão e babaçu representam 64% da produção agro-extrativa do Maranhão: algodão - 30.631 toneladas e babaçu 19.764. O algodão, além de suprir a demanda das 11 indústrias têxteis instaladas no Estado, ainda era objeto de exportação em grandes quantidades. Mas nas décadas de 30, 40 e 50 declina a sua produção para atingir, no último desses anos, apenas 18.122 toneladas, o que representa pouco mais do que a produção obtida em 1911. Ocorreu, porém, que nesse século e meio a população local cresceu em dez vezes.

Não apenas em quantidade nossa produção algodoeira era declinante: a precariedade das técnicas de cultivo conduzia à degenerescência e à conseqüente perda de cotação da fibra maranhense. Simultaneamente, arruina-se, por obsolescência, nosso parque têxtil cujos equipamentos de muito tempo tinham ultrapassado sua vida industrial útil sem a necessária substituição. Era uma nova queda, um novo desestímulo a todo um sistema produtivo no qual o babaçu ganhava importância a cada ano, elevando-se a extração das amêndoas de 19 mil toneladas, em 1930, para 84 mil toneladas, em 1960, e 149 mil toneladas em 1969.

Não obstante o declínio do ciclo algodoeiro mara-

nhense, motivado pelos fatores e causas já expostos, os excepcionais índices de produtividade agrícola que essa cultura obteve durante o período em que a sua lavoura se baseava no braço escravo evidenciam ser o Estado uma região altamente propícia ao desenvolvimento da cotonicultura, cujas perspectivas nacionais e mundiais apontam para mercados firmes e crescentes.

#### NOTAS DO REVISOR

- (1) - Sebastião José de Carvalho e Melo (1769-1782), 1º Conde de Oeiras e 1º Marquês de Pombal, foi ministro de Negócios Estrangeiros de 1750 a 1777, durante o reinado de Dom José I de Portugal. Justamente considerado o renovador do Estado Português, deve-se a ele a criação, em 1755, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, à qual foi concedido, por Alvará Real, o privilégio do monopólio do comércio de toda a produção e importação do Estado do Maranhão durante vinte anos. Nota-se que a Companhia foi criada exatamente no ano (1755) em que um devastador terremoto praticamente destrói toda a cidade de Lisboa e extinta logo após o falecimento de Dom José e a demissão de Pombal, em 5 de março de 1777, ambos acionistas da empresa.
- (2) - Durante período do monopólio da Companhia Geral a saída de metais preciosos do Maranhão para Portugal foi de 226.779\$217 réis, sendo: dobras em ouro (moedas) - 4.642; barras em ouro - 941; moedas em prata - 1.770; e oitavas de ouro-em-pó - 222 1/2. Em carta dirigida ao Procurador do Pará, em maio de 1661, Padre Antonio Vieira diz "que no Estado do Maranhão, senhor, não há outro ouro, nem outra prata, mais que o sangue e o suor dos índios". Como é certo que no Maranhão não se produziam metais preciosos, é válida a hipótese de que essa exportação resultou o intercâmbio comercial que os colonos maranhenses mantinham com Minas Gerais e Goiás, especialmente para a venda de rolos de panos.
- (3) - Em carta datada de 6/10/1751, o então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado — irmão do Marquês de Pombal — endereçava a seu pai Francisco Ataíde, lamentando amargamente seu fado, desa-

bafa: "Vim parar a uma terra aonde não só não se conhece o comércio, mas nem nunca ouviram estas gentes falar na mais leve máxima dele". No meado do Século XVIII, a economia local era tão pouco monetizada que a Companhia Geral do Maranhão teve que trazer de Portugal 8.000\$000 réis em moedas de cobre para circular aqui.

- (4) - Infelizmente, perderam-se os anexos a que se refere o A.
- (5) - A guerra da Independência dos Estados Unidos durou de 1775 a 1783. De 1755 a 1778, à Consignação da Companhia Geral, 254 colonos do Maranhão carregavam gêneros para Portugal. De 1758 a 1778 o Estado importou, através da mesma Companhia, mercadorias diversas no valor de 1.493.657\$455 réis. Desse total quase a metade, ou seja, 680.625\$336 réis referiam-se a cerca de 31 tipos de tecidos. Por outro lado, até 1755 não se conhecia gênero algum exportado pelo Maranhão, exceção feita a pequeníssimas partidas de sola e ínfimas quantidades de algodão em rama expedidas pelo colono, negociante e mestre de Campo Lourenço Belfort. Este foi, aliás, um dos dois únicos maranhenses acionistas da Companhia Geral — o outro foi Domingos Antunes Pereira, que detinha 10 ações. Até o sal, produto facilmente extraível aqui, era largamente importado na metrópole: de 1758 a 1784 importamos pela Companhia Geral 2.942 móios de sal, equivalentes a 2.824 toneladas. Criada a Companhia, porém, as exportações do Maranhão apareceram: de 1775 a 78 exportamos mercadorias faturadas em 1.350.192\$466 réis. É conveniente anotar que a Companhia Geral não foi criada com o fim exclusivo de "desenvolver" o Maranhão e o Pará. Na verdade, os motivos que levaram a Corte Portuguesa a patrocinar a fundação dessa entidade, sob protestos das praças de Lisboa, Belém e São Luís, foram de outra natureza, ou seja: o desenvolvimento do Grão-Pará e Maranhão obedecia à estratégia formulada por Pombal para a criação de um parque fabril em Portugal capaz de produzir bens substituidores de importações portuguesas. Naquela ocasião, a indústria de Portugal era incipiente, a sua maior empresa — a Real Fábrica de Sedas — não havia sido completada.
- (6) - Caio Prado, em **Formação do Brasil Contemporâneo**, página 144, avalia: "Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão lhe dará vida e a transformará em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias". E acrescenta em Nota ao pé da página — "Não é só economicamente que se transforma; a mudança é mais profunda. Com o algodão vieram os escravos africanos — ou vice-versa, preferivelmente — ; modifica-se a feição étnica da região, até então composta na sua quase totalidade, salvo a minoria de colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão. "Aqui o A. comete o equívoco ao mencionar dados da produção de algodão. Pela tábua elaborada por Gayoso às páginas 220 de sua obra já referida, o ponto alto da produção e exportação de algo-

dão em pluma se deu no ano de 1809, quando foram exportadas 402.244 arrobas.

- (7) - Gayoso, às páginas 243 e 245 do **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão**, informa que "o preço de aquisição de um escravo, no Maranhão, em 1783 ia, até a 200\$000 réis, ainda que faturados a 85\$500 réis em Guiné, a preços que fazem gemer a lavoura". Não avalia, porém, o custo do transporte. Antonio Carreira, na **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**, em anexo ao Vol. 2, exibe dados estatísticos segundo os quais verifica-se que 60 escravos comprados em Cabo Verde e embarcados para o Maranhão foram transportados por 16\$000 réis de frete cada um. Já os escravos faturados em Angola (Luanda e Benguela), que somaram 1.024, o foram ao preço médio de 38\$908 réis, acrescido de 8\$700 réis de frete "per capita", ou seja, um custo direto de 47\$608 réis. Entretanto, tais escravos compunham o total de 8.854 adquiridos em Angola nos anos de 1756 a 81, dos quais somente 6.658 desembarcaram no Brasil, pois 2.196 faleceram nos barracões da Companhia, ou evadiram-se, ficaram doentes nos portos de origem, ou faleceram durante a viagem (1.555). Logo, os 402.411\$578 réis totalmente despendidos na operação divididos pelo número de escravos efetivamente desembarcados no Brasil resultam no preço médio de 60\$440 réis, incluído preço, despesas e frete.
- (8) - O Engenho Central, que se denominava "Engenho São Pedro", foi instalado à margem direita do Rio Pindaré exatamente onde hoje está situada a sede do município de Pindaré-Mirim. Funcionava movida a vapor e utilizava o transporte ferroviário entre as áreas de cultivo da cana e a usina. Seu prédio é a mais soberba edificação industrial da época no interior do Maranhão, verdadeiro monumento atestador de um momento de coragem e capacidade empresarial num Estado tão falto de bons exemplos nesse campo.

**SÃO LUÍS: SÍNTESE  
HISTÓRICA DA  
FORMAÇÃO URBANA**

**O**povoado marítimo de São Luís, postas de lado questões históricas, surge na geografia do Meio-Norte brasileiro nos primeiros anos de Século XVII como afirmação do expansionismo colonizador dos franceses no propósito de estabelecerem na região a França Equinocial. As características iniciais do povoado, fronteiro à baía de São Marcos, que então oferecia ancoradouro propício às embarcações em uso, constituem perfeito protótipo do modelo fortaleza-feitoria, com a praça militar assegurando o domínio das paragens e a prática do escambo, única atividade econômica, mas altamente rentável ao ponto de justificar empreendimentos colonizadores do custo daquele que então os franceses empreenderam.

A quem ainda hoje examine a topografia da área eleita para localização da fortaleza-feitoria bem se evidencia a excelência da escolha: as pontas de São Marcos, São Francisco e Alcântara constituem perfeito ponto de defesa contra os ataques marítimos, completados pela elevação onde hoje se acha o Palácio dos Leões; de outra parte, a área escolhida tinha também sua defesa terrestre facilitada pelo estreitamento, em quase península, do prolongamento divisor de água entre os rios Bacanga e Anil, ao fim do que se achava a cidadela; e ainda a situação de ilha na foz de grandes rios com apenas o Estreito dos Mosquitos como área de mais fácil acesso para um ataque vindo do continente. Estas considerações obviam que a escolha do local para estabelecimento do povoado obedeceu tanto a razões econômicas pelo aproveitamento de ancoradouro fácil em região povoada por tribos indígenas de acesso tranqüilo, com disponibilidade de produtos para escambo, quanto a razões de estratégia militar.

Estabelecido sob estes objetivos, o povoado, que por certo não se deverá ainda chamar de cidade, tinha pequena expressão populacional de algumas poucas centenas de moradores entre soldados, religiosos, burocrata-

tas, mestres de ofícios, gentis-homens, que dirigiam a colônia, e os mercadores. Segundo documentos da época, as edificações em que se alojava a pequena população tinham todas as características das regiões coloniais: eram rudimentares e nem o escasso período da presença francesa em terras do Maranhão permitiria criar condições necessárias ao delineamento de uma estrutura urbana.

Obedecendo, como obedeceu, a razões de natureza militar somadas à função de feitoria, sem nenhum propósito, portanto, de caracterizar colônia de povoamento, a eleição da área para localização do povoado, longe de procurar as vantagens de região com topografia pouco acidentada, deu referência a razões relativas à facilidade de defesa. Assim esse primeiro núcleo que daria surgimento à cidade situou-se em área acidentada que, dos locais onde hoje se situam a Avenida Pedro II e o Largo do Carmo, declina para as Praia Grande, do Desterro e do Caju.

Expulsos os franceses antes do meado do século XVII, a presença portuguesa (e holandesa num curto intervalo) se faz mais efetiva. No decurso do período de cem anos que vai de 1650 a 1750 desenvolve-se no Maranhão o que seria o primeiro surto, posto que frustrado em grande parte, de atividade econômica organizada com base na grande propriedade fundiária (sesmarias), redução de indígenas ao cativo (esta malsucedida) e mão-de-obra negra escrava em número crescente. A despeito, porém, de autores citarem como superior a 200 o número de engenhos de açúcar a atingir a expressão da área açucareira nordestina.

Contudo, esse tênue surto de atividade econômica organizada chegou a permitir a acumulação de renda por um pequeno número de famílias escravagistas, que alternavam a moradia entre a Casa Grande dos latifúndios e a cidade de São Luís, e a coleta de rendas pela administração provincial capaz de manter uma buro-

cracia numerosa. Somem-se a este grupo os comerciantes e a pequena burocracia mercantil, os oficiais artífices (pedreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, ferreiros, etc.), a numerosa guarnição militar, exigida pela decisão da Corte de Lisboa de preservar seus domínios na América Latina, e a escravaria serviçal doméstica e ter-se-á um retrato da população urbana da capital. Esse crescimento da burocracia civil e militar, da classe senhorial escravagista e mercantil, e a diversificação dos serviços não foram suficientes para transformar o núcleo populacional de São Luís numa cidade significativa até os começos do século XVIII, embora tenha permitido o surgimento de uma estrutura arquitetônica singular, composta de edifícios administrativos e militares, templos e conventos, e poucas centenas de edificações residenciais, de que ainda hoje restam testemunhos marcantes.

No decurso de cem anos (1650-1750), a expansão da cidade se faz, sobretudo, em torno do atual Largo do Carmo descendo para a Praia Grande e o Desterro. Segundo, porém, depoimentos de autoridades contemporâneas, só nos fins do século XVIII essas áreas têm melhorado a sua condição urbanística. Como é fácil de compreender em se tratando de cidade de fortíssima concentração de renda, resultante da estrutura fundiária e do sistema escravagista, os serviços urbanos eram praticamente inexistentes, ressaltados, por motivos óbvios, os de segurança.

Essa expansão não obedeceu, todavia, a nenhum plano pré-estabelecido: fez-se anarquicamente no simples crescimento espontâneo do núcleo primitivo, com a ordenação elementar que ainda ressalta na área mais velha da cidade.

A decisão do Marquês de Pombal de propiciar condições efetivamente favoráveis ao crescimento da economia do Norte do Brasil, que teve seu instrumento mais eficaz na Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão,

traduziu-se, a partir do último quartel do século XVIII, numa rápida expansão do ciclo algodoeiro maranhense que se desenvolveria continuamente até a década de 20, do século XIX, quando a Província alcançou expressiva posição na economia brasileira.

Com a ampliação da produção algodoeira dos latifúndios escravagistas, propiciada pela multiplicação das grandes propriedades rurais e a massa de 200 mil escravos, estimulada pelo apoio da Companhia Geral e a boa cotação do algodão maranhense nos mercados internacionais, atravessa a Província um extraordinário surto de enriquecimento que se traduz, inclusive, na melhoria da estrutura urbana da Capital. Data desse período a massa de edificações de melhor estrutura física e arquitetônica, tanto na área então residencial que se estendia da praia do Caju ao Desterro avançando um pouco para as áreas hoje ocupadas pelas ruas Grande, de Santana, dos Afogados e suas transversais — como na zona comercial da Praia Grande, a desenvolver-se sobre os eixos constituídos hoje pelas ruas Portugal e Cândido Mendes. Como indicadores do surto arquitetônico poderão ser apontados o Palácio dos Leões e o Teatro Arthur Azevedo, entre as edificações públicas do período.

Ruas e logradouros públicos, serviços de saúde e educação recebem afinal um tratamento mais adequado na medida em que a população urbana cresce, se amplia o núcleo da pequena classe média burocrática e as rendas da administração crescem em consequência do surto econômico. Ressalta-se que essa expansão urbana teria de ser condicionada, como foi, pelas dificuldades da topografia e pela elevadíssima concentração da renda que mantinha a grande maioria da população incapaz de beneficiar-se dos sistemas de serviços e de reivindicá-lo politicamente.

Em uma área cujos limites se situavam entre o mar e linha contínua atualmente estabelecida pelas ruas do Passelo/Rio Branco, adensada da Praia Gran-

de para a área contígua à Fonte do Ribeirão, e extremamente esparsa nas ruas perpendiculares a uma linha composta pelas atuais ruas Afonso Pena (Praça João Lisboa) — Rua do Egito, acumulavam-se em torno de 1820 cerca de 30 mil habitantes: a quarta população urbana do Brasil à época da Independência.

O ciclo da prosperidade algodoeira, mesmo freado primeiro pela realocação da produção americana no comércio britânico e depois pela cessação do tráfico negreiro — que estancou o crescimento da mão-de-obra disponível — e, finalmente, a libertação dos escravos, estende-se, embora sem o mesmo vigor do período 1775-1820, até o final do século e mesmo até às duas primeiras décadas do século XX. Porém já ocorre, no último quartel do século XX, alteração significativa, quando as crescentes dificuldades de comercialização internacional da fibra despertam um surto de industrialização têxtil. Este seria representado pela criação de mais de uma dezena de empresas fabris no Estado, seis das quais instaladas na Capital e que davam emprego direto a cerca de 3000 operários, um peso realmente significativo face à população da cidade que beirava apenas os 45 mil habitantes com uma população em idade de atividade econômica de aproximadamente 18 mil habitantes e uma força de trabalho estimável em 8/9 mil pessoas.

A cidade assume, assim, características que significam uma alteração profunda de sua anterior feição meramente administrativa mercantil, acrescentando-lhe feição industrial, do mesmo passo alargador do mercado consumidor urbano pela substituição da escravaria pelo proletariado e suas áreas de sub-habitação. Data dessa época o surgimento do primeiro grande bairro suburbano — o Anil, nucleado em torno da fábrica de Tecidos Rio Anil, situada a 9 quilômetros do centro da cida-

de, — e a expansão da área urbana central pelos núcleos habitacionais vizinhos às fábricas da Camboa e Santa Isabel.

É nos últimos anos do século XIX, simultâneos ao surto industrial, que a cidade é dotada dos primeiros serviços urbanos significativos: a Companhia de Águas e a Companhia Telefônica já que nos primeiros anos do século XX, nos inícios da década de 1920, por concessão à companhia americana Ulen Management Company, de New York — USA, vem São Luís a ser dotada de serviços de energia e bondes.

A despeito da nova função de centro industrial, a somar-se às características de cabeça administrativa e mercantil do Estado, o crescimento de São Luís não ganhou ímpeto: a população da cidade demora cerca de 40 anos para dobrar e atingir 74 mil habitantes em 1940, em parte, provavelmente, em virtude de não ter tido no século XX prosseguimento o surto industrial dos fins do século anterior.

Ressalta-se que nas décadas de 1920, 30 e 40, São Luís consegue beneficiar-se de administrações municipais mais eficientes e o lento crescimento da área urbana permite a estas aplicarem recursos mais significativos em urbanização, saúde, educação, e transporte, energia e saneamento (estes através de concessionária estrangeira).

A partir daquela última década com ênfase para as de 50 e 60 — quando o ritmo de crescimento populacional da cidade atinge a taxa de 4,3% (bem superior à dos decênios anteriores, mas assim mesmo inferior às das demais capitais do Nordeste que se situam em cerca de 7% — a área urbana expande-se numa faixa de aproximadamente 13 quilômetros de extensão, mas de topografia pouco favorável, na estreita e escassa área do divisor de águas dos rios Anil e Bacanga que, abruptamente, rapidamente decai para os mangues. Assim se vão expandindo, na obediência natural às disponibili-

dades de terrenos usuáveis, os bairros de Matadouro (Liberdade), Monte Castelo, Apeadouro, Fátima (Cavaco), João Paulo, Caratatiua, Jordoa, Sacavém.

A realização, no final da década de 1950, da ligação rodoviária com o Nordeste e a abertura de vias de acesso às áreas de Nova Fronteira, agrícola, que dos vales do Itapecuru e Mearim demandam o Pindaré, o Turi e o Tocantins, o sistema estadual de transportes sofre profunda reorientação com a via fluvial sendo substituída pela rodoviária, aquela toda dirigida para o porto de São Luís que assim desempenhava, naturalmente, a função de capital econômica do Estado. Desconcentra-se esta função e surgem no interior do Estado novos pólos de comercialização como Pindaré, Santa Inês, Bacabal, Pedreiras, Coroatá, Codó, Caxias, Imperatriz, Chapadinha. A função monopolista de comercialização de São Luís desaparece.

Simultaneamente fecham as portas várias fábricas de tecidos na Capital, desempregando milhares de operários. A vida econômica da Capital perde o ímpeto e a função administrativa volta a ser, novamente, a predominante, quer pela presença dos órgãos federais (DNER, IAPC, IAPTEC, EFSLT, DNERu, CEM, etc.) quer pela expansão da burocracia estadual e municipal por efeito do clientelismo político.

A perda de dinamismo econômico da Capital mordera seu poder de atração populacional. Mesmo crescendo apenas 4,3% ao ano, apenas parcialmente por efeito da migração proveniente de áreas rurais também decadentes, São Luís é incapaz de incorporar à vida econômica esse acréscimo populacional, resultando daí uma enorme expansão de palafitas que em 1969 atingiram aproximadamente o número de 7.000, abrigando uma população estimada de 40.000 pessoas, em condições infra-humanas.

Assim, entre 1950 e 1970, a população da Capital aumenta de aproximadamente 80% alojando-se so-

bretudo na zona suburbana, pela ocupação bastante desordenada das áreas utilizáveis nas fraldas do espigão constituído pelo divisor de águas dos rios Bacanga e Anil.

A baixa renda da população (estimável em US\$ 140 dólares a mais "per capita" para 1969), a limitada capacidade de investimento da Prefeitura, a inexistência de um planejamento adequado dão ao crescimento da cidade características profundamente negativas em termos de urbanismo e distribuição dos serviços urbanos.

### **Síntese**

Estabelecida para exercer a função de fortaleza/feitoria no período da colonização exploratória européia, São Luís a desempenhou até meados do século XVI, quando começa a organizar-se para a produção de açúcar, tendo por base o latifúndio escravagista. A Capital evolui para a função de sediar o monopólio mercantil que se reforça até praticamente os fins do século XIX, graças à sua situação de ancoradouro privilegiado na foz dos grandes rios, ao longo dos quais se desenvolve a ocupação econômica do Maranhão.

A prosperidade algodoeira melhora a estrutura urbana nos começos do século XIX, quando a cidade se embeleza com a arquitetura barroca. Contudo, mesmo nesse período, o crescimento físico da cidade é desordenado, obedecendo apenas às facilidades oferecidas em pequenas faixas de uma topografia geralmente pouco favorável. A fortíssima concentração da renda, mesmo então, continua a colocar fora do benefício dos serviços a grande maioria da população.

O surto industrial do período 1890-1920 faz com que, de forma igualmente desordenada e sempre aproveitando as escassas áreas de topografia favorável, se expanda a área suburbana proletária. Ao longo do século XX, melhoram gradativamente, os serviços urbanos

dos quais, porém, continua excluída, até hoje, parcela muito significativa da população.

A partir da perda da hegemonia mercantil e decadência de seu núcleo fabril, São Luís tem o crescimento condicionado pela marginalização econômica de grande parcela da população que vai agravando-se a condição de habitação e saneamento da cidade em níveis dramáticos.

Ao longo de toda sua história, nunca a cidade se beneficiou de um planejamento urbanístico. Assim, sua expansão foi sempre condicionada pelas limitações da área em que se desenvolveu e pelos agudos desníveis sociais que lhe foram uma constante.

**FORMULAÇÃO DE  
UMA POLÍTICA DE  
COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA**

**A** deficiência de dados atualizados sobre a realidade econômico-social do Nordeste torna-se principalmente aguda no Maranhão, onde durante dezenas de anos a estatística funcionou apenas burocraticamente e nenhuma pesquisa significativa foi realizada, salvo os dados recolhidos nos censos de 1950 e 1960, estes mesmos sem terem crítica ou interpretação de maior profundidade. Isto faz com que as estatísticas disponíveis anualmente sejam mais significativas do quantum físico da produção agrícola e extrativa, o qual se obtém por simples projeção, não permitindo, portanto, uma interpretação correta, nem das relações de trabalho, nem de outros numerosos fenômenos econômicos e sociais que ocorrem no setor primário maranhense.

A decisão da Sudene de patrocinar, com o apoio das entidades estaduais, o diagnóstico do setor primário regional, partindo do levantamento completo das informações disponíveis e enriquecendo-se com o conhecimento de técnicos conhecedores da realidade estadual, é válida e representa uma primeira abordagem de um problema que, pela sua complexidade, deverá merecer continuado estudo.

Tal diagnóstico tem objetivo e não se confunde com uma coleção de dados e com uma análise estática. Visa, aprofundado o estudo das informações e examinando a evolução recentes dos fenômenos econômico-sociais, a permitir o estabelecimento das grandes linhas de uma política de elevação dos padrões de produtividade e remuneração do trabalho, alargando-se ainda, em consequência, o mercado para consumo industrial, cuja estreiteza é um dos graves pontos de estrangulamento da economia, séria ameaça de obstrução aos esforços de desenvolvimento da região.

O trabalho deverá, pois, concluir com uma Formulação de uma Política de Colonização e Reforma Agrária (Desenvolvimento Agrário), inteiramente adequada às

possibilidades institucionais, à absorção mais racional dos significativos contingentes de mão-de-obra nordestina, que o Estado vem atraindo, e ao estoque de terras disponíveis — terra devoluta — nunca bem dimensionado, dadas as precariedades — melhor se diria inexistência — de um cadastro de terras, e a infinidade de "*poses cartoriais*", mas em nenhuma hipótese inferior a 50% da área total do Estado: — cerca de 15.000 quilômetros quadrados, compreendidos sobretudo às margens direita do Médio Mearim e esquerda do Médio Itapecuru, e os limites com Pará e Goiás, que constituem a fronteira agrícola com cerca de 100 mil km<sup>2</sup> de terras sem ocupação, de cobertura florestal pré-amazônica.

Este fator — grande estoque de terras disponíveis — permite afirmar que a modificação do panorama rural maranhense se reveste de características especiais e que a boa utilização dos fatores disponíveis possibilita uma política de colonização e reforma agrária de amplitude superior à de qualquer outro Estado da região Nordeste.

### **Evolução histórica da ocupação da terra**

O Maranhão pré-colonial era, ao que se infere das informações históricas, relativamente populoso e habitado por diversas tribos de índios cuja atividade econômica principal seriam a caça, a pesca e o extrativismo vegetal, cuja abundância é ainda hoje extraordinária e, evidentemente, muito mais o seria naqueles idos em que a população não ultrapassaria os 150 mil habitantes e as matas ainda não haviam sofrido a enorme devastação dos três séculos seguintes. Piscosas são as costas maranhenses e igualmente os rios e, ainda atualmente, a caça pesa significativamente no abastecimento dos lavradores. Na lavoura, ressaltam ainda daqueles documentos históricos o cultivo da mandioca, do milho, do feijão e do algodão. O artesanato era também significati-

vo no fabrico, sobretudo, de objetos de uso doméstico de fibra e cerâmica. A atividade econômica era totalmente voltada à subsistência e, obviamente, as primeiras atividades de troca foram realizadas com os mercadores da pirataria e os colonizadores a partir do início do século XVII, quando adquire também significação o intercâmbio de produtos de tinturaria e as especiarias (estas nativas).

*O processo produtivo àquela época, era, portanto, o mais rudimentar, caracterizado pelas culturas de subsistência elementar e pelo nomadismo (\*). Só a presença do interesse dos piratas ou colonizadores, a partir do começo do século XVII, dá maior significação ao extrativismo vegetal caracterizado no intercâmbio de espécies vegetais nativas de tinturarias e especiarias.*

As memórias históricas permitem afirmar também que os maiores agregados humanos do indigenato podem ser situados na mesma área, hoje mais densamente ocupada, se executarmos a nova fronteira além do Pindaré criada pela migração nordestina no último decênio. Também, — como até no último decênio, — os rios se constituíram a principal via de transporte.

A partir dos primeiros decênios do século XVII, com as tentativas mais organizadas dos colonialistas de definir a posse das terras do Maranhão, surge o entreposto e o escambo passa a ser praticado em maior escala entre os colonizadores e indígenas, o que amplia

---

\* O nomadismo decorria da incapacidade do indígena para dominar a natureza: sempre que o estoque natural de alimentos se reduzia, incapaz de recriá-lo, o indígena migrava para regiões virgens ou dadas mesmo que para ocupá-las tivesse que lutar com outras tribos. O avanço atual da nova fronteira agrícola tem pontos de semelhança com tal comportamento.

a significação econômica do extrativismo vegetal. As informações disponíveis não indicam, porém, nenhuma substancial mudança tecnológica nos processos de trabalho. Até meados do século, quando começam os esforços do colonizador para transformar a posse em ocupação efetiva do território, a introdução do escambo não modifica a paisagem econômico-social do Maranhão. Já os últimos cinquenta anos deste século evidenciam as primeiras tentativas de estabelecimento de um sistema produtivo com base no *latifúndio escravagista e a agro-indústria açucareira*.

Data dos fins do século XVII a tentativa de criar um colonato de imigração açoriana que se fixou nas áreas do Munim e Itapecuru e não teve maior sucesso nos propósitos que orientaram sua vinda: suprir de gêneros alimentícios não-tropicais os moradores do núcleo urbano da Capital. Assim, a transformação do sistema produtivo maranhense viria a efetuar-se mesmo pelo escravagismo açucareiro e, em seguida, algodoeiro em que, a despeito da inovação tecnológica dos engenhos, a produção agrícola era mantida ao nível rudimentar do escravo africano (\*). No nível da estrutura econômica da época esses "plantations" tropicais obtiveram índice bastante elevado de eficiência, porém, a estrutura de posse da terra e as relações de trabalho concentraram a renda de forma tão gritante que se tornaram um impedimento a um processo de desenvolvimento auto-sustenta-

---

\* Os indígenas sempre resistiram à escravidão, atitude que lhes era facilitada pelo perfeito conhecimento da região. Assim, internaram-se nas áreas mais distantes do Litoral ocupado pelo colonizador ou foram exterminados nas tentativas deste de escravizá-los. Não há dados sobre os números deste extermínio, mas, a informação histórica, e os reduzidos núcleos hoje existentes, evidenciam que foi ele numerosíssimo, constituindo verdadeiro genocídio.

do porque: a) impediram a formação de um mercado interno dinâmico; b) impediram o acesso da imensa maioria da população aos benefícios da educação, saneamento e saúde; c) consolidaram uma estrutura social cristalizada e imóvel; d) tornaram a economia do Estado inteiramente dependente do mercado externo a que se destinava a quase totalidade da produção, e, portanto, inteiramente vulnerável a contingências externas sobre as quais não possuía nenhuma forma de controle. Como ocorre em economias desse tipo de perda eventual de mercado significa (como significou) a completa ruína do exportador.

Cumprе ainda ressaltar que a economia colonialista-escravagista era voltada para fora também no que diz respeito à apropriação da renda gerada, que era totalmente apoderada pela metrópole, impedindo a acumulação local de capitais.

Esses vícios do modelo de formação da economia ressaltam perfeitamente no vigor e na pequena duração do ciclo de esplendor econômico maranhense, que pode ser situado nos fins do século XVIII, por ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, monopolista do intercâmbio exportador/importador, tanto quanto financiadora da atividade rural com duração até o decênio de cinquenta, do século XIX, em que o algodão maranhense obteve excelente cotação no mercado inglês. A crise agrária seria consumada com a total desorganização do latifúndio escravagista a partir de 1888, pela libertação dos escravos que, dado o nível primitivo de sua capacidade produtiva, passaram a dedicar-se a culturas de mera subsistência.

Anote-se a tentativa, do fim do século XIX, de salvar a economia, quer pela modernização da agro-indústria açucareira, quer pela criação de um significativo parque têxtil, a primeira malsucedida desde o início e o segundo chegando a permitir um setor secundário de certo peso na economia do Estado (em 1920/22) a produ-

ção industrial do Maranhão representava 50% do valor da produção agro-pecuária e extrativa quando em 1960 a participação do Setor Secundário iria reduzir-se a cerca de 10%. A decadência da produção algodoeira em quantidade e a incapacidade empresarial permitiram o desmoronamento completo da indústria têxtil nos dois últimos decênios.

Poderemos pois resumir o quadro de ocupação da terras maranhenses no processo de colonização em quatro grandes linhas: a) estabelecimento de grandes "plantations" em áreas de sesmaria nas regiões do Itapecuru, Litoral Nordeste e Baixo Mearim; b) tentativa de nucleação dos indígenas pelos Jesuítas na região do Parnaíba; c) tentativa de localização de produtores de dimensão familiar, no Munim; d) penetração do pastoreio, desgarrado do Nordeste, até o Médio Sertão Maranhense (de Pastos Bons a Riachão, e pelo litoral, ocupando a Baixada e os Campos resfriados do Munim); e) ocupação de Nova Fronteira Agrícola partindo das duas margens do Médio Mearim para Grajaú, Pindaré e Turi, na direção Leste/Oeste e à margem da rodovia Belém-Brasília na região do Tocantins. As penetrações a, b, c se fizeram nos séculos XVII, XVIII e XIX pelos rios, que, no Estado, constituem grande rede fluvial navegável, e, no século XX, pelas rodovias federais cujo esquema de interligação proporcionou a abertura de acesso a terras virgens. Assim é que um mapa da ocupação das terras maranhenses a partir do colonato pode ser assim definido:

|        |                 |
|--------|-----------------|
| Século | Orla da Baixada |
| XVII   | Região do Munim |
|        | Litoral Norte   |
|        | Baixo Itapecuru |

|             |                      |
|-------------|----------------------|
| Século      | Médio Itapecuru      |
| XVIII e XIX | Baixo Mearim/Baixada |

Médio e Alto Sertão (pecuária)  
 Baixo Parnaíba  
 Pindaré  
 Médio Mearim  
 Século XX Tocantins (Belém-Brasília)  
 Pindaré/Turi

Nos últimos vinte anos a corrente migratória nordestina fêz-se mais intensa, sobretudo a partir da grande seca de 1958, calculando-se em aproximadamente 700 mil o número de nordestinos que ingressaram e se fixaram no Estado. Do mesmo passo ocorria também a migração interna seguindo o fluxo da imigração das áreas de predominância de latifúndio (Vale do Parnaíba e Itapecuru) para as terras da Nova Fronteira Agrícola. Assim é que municípios da região do Parnaíba perderam 15% da população no decênio 1950/60 enquanto crescia, em 170%, a população de municípios como Pindaré, Bacabal e Imperatriz.

### **As migrações e seus efeitos**

Considerada secularmente, a migração para o Estado do Maranhão poderá ser assim enquadrada:

- a) Migração portuguesa - numericamente inexpressiva e constituída fundamentalmente por donatários de terras da coroa, artesãos, militares e funcionários, veio constituir a classe dos latifundiários escravagistas e uma significativa classe média no decurso dos séculos XVII e XVIII<sup>(1)</sup>. A partir do século XIX, esta-

---

\* A tentativa de colonato agrícola branco nos vales do Munim e baixo do Itapecuru — há memória de 200 famílias de açorianos introduzidas nos séculos XVII/XVIII — não obteve sucesso, e foi logo abandonada. O fluxo principal desta migração destinou-se à produção agrícola, com predominância para as culturas de subsistência.

belece-se uma corrente migratória principalmente dirigida, até os nossos dias, à atividade comercial, criadora de uma grande e média burguesia meio-assimilada no que diz respeito aos costumes e praticante de um mercantilismo ultrapassado;

- b) Ao longo da segunda metade do século XVII e dos séculos XVIII e XIX, estabeleceu-se uma corrente migratória de negros escravos de grande significação numérica que, já em fins do século XVIII, ultrapassa a soma de toda a restante população branca, indígena e mestiça para, em meados do século XIX, lhe ser superior em dobro. Constituída de negros historicamente atrasados, provindos de sistemas tribais de produção natural, mas de grande vigor físico e sentimental-artístico, esta migração veio a constituir, a despeito do baixo nível de tecnologia de trabalho, o maior suporte da economia, e é responsável por marcantes componentes folclóricos, étnicos e culturais. Frugal, dotado de grande capacidade de resistência e adaptado a um clima similar ao das regiões de que era originário, o negro informou eticamente as populações maranhenses de uma extraordinária capacidade de suportar as condições sociais e econômicas negativas do subdesenvolvimento;
- c) Nos últimos 50 anos e, sobretudo, nos dois últimos decênios ganha vulto extraordinário a migração nordestina que, neste último período, atingiu números estimados entre 500/700 mil migrantes, acentuadamente do Ceará e Piauí (52%).

Integrada por migrantes de baixo nível de tecnologia agrícola que se viram submetidos a um sistema de intermediação comercial excessivamente numeroso, a despeito da livre ocupação de terras, o estabelecimento dessa Nova Fronteira não chegou a resultar em verda-

deiro alargamento do mercado interno por substancial aumento de participação dos produtores na riqueza criada. Ocorreu, contudo, um ligeiro aumento do consumo interno, bem como diversificação das vias de escoamento da produção, com gradativa predominância do transporte rodoviário sobre o aquaviário, quer devido ao acesso de transportadores e mercadores nordestinos às fontes de produção (cuja mão-de-obra teve aumentados substancialmente os contingentes nordestinos), quer devido à inexistência de um sistema portuário capaz de atender o significativo aumento da tonelagem de exportação em níveis compatíveis. Disso resultou o enfraquecimento da capacidade hegemônica da Capital e os reforços ou surgimento de "pontos de apoio" em diversas cidades do Interior (Codó, Coroatá, Pedreiras, São Domingos, Imperatriz, Bacabal e Pindaré). Diversificava-se deste modo a comercialização, e a Praia-Grande via romper-se seu privilégio oligopólio-oligopsonista, reminiscência colonial que encontrou, até a década de 1950, apoio na circunstância natural de estar São Luís na foz dos 5 (cinco) maiores rios navegáveis maranhenses.

### **Principais mudanças ocorridas no último decênio**

Caracterizando, em resumo, as resultantes da migração nordestina em massa dos últimos 20 anos (ver II - 2) poderíamos afirmar que com ela:

a) cria-se uma Nova Fronteira Agrícola no regime de produtores familiares em liberdade (ocupação de terras devolutas); b) altera-se a estrutura fundiária do Estado com enfraquecimento, também, por migração interna, das áreas de latifúndio e aumento da produção nas terras livres; c) melhoram as relações de trabalho na áreas de latifúndio por necessidade de retenção de mão-de-obra; d) diversifica-se a comercialização com o esforço dos pólos do Interior e a perda de hegemonia

da Praia Grande (Capital); e) amplia-se ligeiramente o mercado interno pela menor rigidez na comercialização mais diversificada e pela liberação dos produtos dos latifúndios; f) não se verifica alteração fundamental nas técnicas de produção pela baixa qualificação dos migrantes; g) amplia-se a participação na produção primária das culturas de subsistência com a queda do percentual das plantas industriais e da pecuária.

Assim, a despeito das mudanças nas condições de ocupação da terra e das relações de trabalho que favorecem a melhor participação do produtor no valor da produção, o Estado empobrece economicamente pelo menor valor das culturas de subsistência em relação aos produtos para a indústria e da pecuária. Do mesmo passo a ocupação por povoamento não concentrado (•) da Nova Fronteira Agrícola, favorecendo a pulverização populacional, dificulta a implantação dos sistemas básicos de transporte, saneamento, saúde e educação, aumentando os encargos do Governo quando o crescimento da importância das culturas de subsistência na economia do Estado resulta em queda do poder de arrecadar "per capita", de vez que 40% da população agrícola sendo autoconsumida, escapa à tributação.

### **Tensões existentes**

A disponibilidade de um longo estoque de terras devolutas em área cujo acesso vem sendo gradativamente assegurado e de fácil utilização (embora à custa de uma espantosa dilapidação do patrimônio floresta) ao

---

\* Resultante em grande parte da mobilidade geográfica dessa frente pioneira, devido ao primitivismo do sistema produtivo predatório das reservas florestais e baixa capacidade de retenção de renda que impede o lavrador de criar condições de fixação (habitação, culturas permanentes).

nível da tecnologia existente, tem se constituído no Maranhão em válvula de fuga para as tensões sociais do meio rural, a despeito das más relações de trabalho remanescente nas áreas de predominância do latifúndio, a leste do Rio Itapecuru. Acentuando sua tendência de 50 anos, nos últimos 20 anos uma significativa massa de imigrantes nordestinos deslocou-se para as regiões a oeste do Rio Itapecuru, constituindo uma nova fronteira agrícola no avanço para a Pré-amazônia maranhense, principalmente ao longo dos novos eixos rodoviários federais nos trechos implantados as rodovias Belém-Brasília e Peritoró-Porto Franco. Esta corrente migratória arrastou também uma forte migração interna das regiões do latifúndio para as regiões da Nova Fronteira onde o lavrador podia livrar-se, pela disponibilidade de terras devolutas, das relações de trabalho negativas e ampliar, por motivos que a seguir se relatam — embora não muito significativamente — sua participação na renda por ele gerada.

Esta rarefação de mão-de-obra nas áreas semi-feudais do latifúndio produziu uma certa melhoria de relações e remuneração do trabalho, minorando tensões existentes na área, enquanto por outro lado a Nova Fronteira, com sua capacidade de atrair migração, também reduzia tensões até o ponto de torná-las não explosivas, ao nível cultural das populações.

Assim, por um lado o fenômeno migratório as reduziu, mas não a eliminara pelo surgimento de dois graves problemas que minimizavam aquele benefício: a) a grilagem e b) um sistema de comercialização que pode ser comparado a um "latifúndio sem terra", eis como se configuram estes dois focos de tensão:

a) a inexistência de uma política adequada, por parte do Estado, para dar sentido econômico-social ao seu volumoso estoque de terras que vinha sendo ocupado por centenas de milhares de migrantes, repelidos pelas condições adversas do Nordeste ou institucionais

do latifúndio maranhense permitiu, pela concessão inescrupulosa de grandes áreas de terra (já efetivamente ocupadas por lavradores) a grileiros e pela especulação com base nos falsos títulos de posse obtidos por via de fraude cartorial, o surgimento de graves tensões na Nova Fronteira; a mesma inexistência de uma política de terras que tornava o Departamento de Terras e Colonização acessível apenas a grileiros e especuladores, o inacessível aos lavradores, deixou estes inteiramente vulneráveis ao avanço da pecuária, o que levou Ignácio Rangel a afirmar que lavrador avança para a floresta tangido pelo chifre do boi;

b) como resultante também da falta de uma política de terras por parte do Estado e ainda pelo nomadismo imposto ao lavrador por sua baixa tecnologia (dependência do estoque de fatores naturais) não dispõe este de títulos regularizadores de posse da área que beneficia com seu trabalho, sendo-lhe assim completamente vedado o acesso ao crédito imprescindível para a retenção de parcela mais substancial da renda por ele gerada. Sem acesso ao crédito bancário o lavrador, depois de se livrar das desvantagens institucionais do latifúndio, passou a perder parcela substancial na renda que produz pela apropriação dos intermediários comerciais/financeiros na longa cadeia que vai desde o "quitandeiro" do centro da produção ao exportador. O comerciante e o usineiro funcionam, realmente, como intermediários financeiros ou redistribuidores de crédito ao lavrador impedido de acesso ao Sistema Bancário. E o juro mais comissão que cobra por essa função é o baixo preço pago ao produtor e o alto custo dos produtos que vende a este. Sendo autoconsumo familiar do agricultor maranhense de aproximadamente 40% e representando o excedente comerciável pequena parcela de valor, o lavrador vê-se compelido a negociar a futura safra ainda no plantio, para receber um crédito em mercadorias de preços altamente majorados, reduzindo-se assim,

substancialmente o valor que recebe pelo que produz e a vantagem que normalmente deveria surgir pela condição de trabalhador livre nas áreas devolutas.

Merece ser ainda citado o efeito positivo em certas áreas que a tributação do IBA vem provocando no Maranhão, apesar de constituir-se efetivamente uma tributação moderada (quando considerado o rendimento agrícola das áreas do Sul do País) tem apreciável poder desagregador do latifúndio que em nosso Estado produz com baixíssimo rendimento por hectare. A pressão tributária vem compelindo os proprietários de latifúndios ao partilhamento por venda, e em casos mais raros, ao esforço de modernização, inclusive com a elaboração de projetos para a Sudam/Sudene. Sabe-se que na Zona Sul do Estado, em razão das condições naturais, a tributação do IBA vem promovendo a ampliação do latifúndio.

A experiência de Cooperativismo no Maranhão pode ser classificada generalizadamente como negativa: as poucas dezenas de cooperativas criadas ou têm funcionamento precaríssimo, ou existem apenas "pró-forma", ou fecharam após escândalos da administração, vítimas os seus associados da esperteza de aproveitadores. A proliferação dessas lamentáveis experiências acabou criando um clima de descrédito do sistema no meio rural e criando a convicção nas autoridades responsáveis da necessidade de desenvolver campanhas de organização comunitária como meio de criar pré-condições favoráveis ao surgimento de um cooperativismo autêntico. Por outro, o nomadismo predominante nas áreas de Nova Fronteira dissocia constantemente as comunidades rurais dificultando aquele mínimo de permanência que possibilitaria o reforçamento dos vínculos comunitários e seria campo fértil ao associativismo cooperativo. Situação que se agrava pelo baixo nível cultural da população rural, tornando difícil o recrutamento de elementos capazes de dirigir uma cooperativa, daí resultando: a) a ocupação dos postos de direção por "aventurei-

ros espertos", explorando a ingenuidade dos associados, e b) uma certa forma de paternalismo permanente mediante o qual entidades oficiais organizam e dirigem as cooperativas.

No que diz respeito às resistências a mudanças tecnológicas na agricultura pode afirmar-se que elas efetivamente existem como é natural entre populações de baixo padrão de vida e baixo nível cultural (cerca de 75% de analfabetos) em que a rotina informa todas as atividades e atitudes mentais. A propensão à agricultura de subsistência que vem predominando nos últimos decênios (em prejuízo de plantas industriais), contribui para consolidar o nível de baixa tecnologia que, em muitas culturas, é praticamente um "indigenato". Deve-se porém levar-se na devida conta ao mencionar esse tipo de resistências que a baixa renda retida pelo lavrador é, provavelmente, o maior obstáculo à introdução de melhorias tecnológicas capazes de elevar a rentabilidade da terra e do trabalho: implementos agrícolas os mais rudimentares tais como arados ou grades a tração animal ou o uso de adubos são simplesmente inacessíveis ao nível de renda do lavrador maranhense de tal forma que mesmo uma melhoria substancial da assistência técnica por parte dos organismos oficiais (na verdade essa assistência é muito pouco significativa) não teria condições de produzir maiores resultados pois seria obstaculada pela soma de resistências culturais mais a incapacidade financeira.

Para que o apoio em tecnologia possa produzir resultados, necessário se faz: assegurar a posse da terra aos que a trabalham; desburocratizar o crédito e criar um sistema de preços mínimos/vantagem; eliminar o "latifúndio sem terra" constituído pela intermediação excessiva e o sistema de "fornecedores" que retém a parcela mais significativa da renda gerada pela Agricultura.

**NOTA DO REVISOR**

- (1) — João Lisboa, transcrevendo Gonçalves Dias, retrata o quadro social constituído pelos primeiros povoadores: "Dos portugueses vinham suficiente coragem para se lançarem sobre a Ásia e África cujos campos, cujas cidades, cujos impérios tantas vezes repetiram com terror o nome Português. Foi esta a razão porque os reis de Portugal tiveram sempre os olhos cravados naquelas partes do Oriente onde sua glória se pleiteava deixando tanto tempo o Brasil a mercê dos seus deportados e dos aventureiros. Para a Ásia e África mandava Portugal a flor de sua nobreza, para o Brasil vinha o bruto. Havia excepções: mas estas vinham por enganos, como veio Pedro Alvarez Cabral".

**ESFORÇO  
TRIBUTÁRIO EM  
REGIÃO  
SUBDESENVOLVIDA**

**U**m dos graves pontos de estrangulamento impeditivos do desenvolvimento de processos desenvolvimentistas em região profundamente subdesenvolvida como o Maranhão (renda per capita de menos de 70 dólares em 1968) é a incapacidade do Poder Público de captar recursos para os investimentos imprescindíveis à implantação da infra-estrutura econômico-social, como no fomento agrícola e industrial, pois é evidente que, sendo escassa a possibilidade de acumulação de capital no setor privado, é o Estado, nessas regiões, chamado para cumprir tarefas que normalmente cabem àquele setor.

A receita estadual baseia-se fundamentalmente no ICM, um tributo incidente sobre o valor das transações mercantis, e no Plano de Participação dos Estados e Municípios, que, recentemente, sofreu drástica redução. Incidindo sobre economias frágeis (vide renda "per capita" do Maranhão) e pouco monetizados (o autoconsumo da Agricultura eleva-se no Maranhão a 30% do Produto Estadual Bruto), cuja produção primária, além de sujeita a violentas oscilações por influência climática (redução de safras), padece de instabilidade com tendência depressiva nos preços (vide quadros na 1ª parte deste trabalho), o ICM, base da tributação estadual, não pode fornecer ao Governo recursos financeiros adequados ao entendimento à massa de demandas com que se defronta em regiões onde tudo está por fazer.

Alega-se, com freqüência, que os Estados subdesenvolvidos vêm preferindo, por seu Governos, lamentar-se e reclamar recursos da União, a implantar sistemas arrecadadores eficientes graças à inexistência dos quais auferiram dividendos políticos. Ao acreditar em tais afirmativas estes Governos estariam subsidiando o empresariado local com a incúria fiscal e pretendendo cobrar da União o preço desse subsídio. Pelo menos quanto ao Maranhão isso não tem vislumbre sequer da realidade, como em seguida tentaremos evidenciar. E o procurar-

mos fazer usando como termo comparativo o Estado de maior desenvolvimento do País: São Paulo, para provar que o valor percentual da receita tributária estadual em relação ao Produto Bruto é maior no Maranhão do que naquela próspera e rica unidade da Federação.

Observemos, inicialmente, o peso percentual dos setores na composição do PEB dos dois Estados:

| <b>Setores</b><br><b>Estados</b> | <b>Primário</b> | <b>Secundário</b> | <b>Terciário</b> | <b>Total</b> |
|----------------------------------|-----------------|-------------------|------------------|--------------|
| Maranhão                         | 74              | 9                 | 17               | 100          |
| São Paulo                        | 19              | 35                | 46               | 100          |

Verifiquemos, em seguida, as parcelas correspondentes ao autoconsumo do Setor Primário nos dois Estados (quadros A, B e C). (Os dados do quadro A são levantamento censitário do Departamento Estadual de Estatística; os dois do quadro B são da Fundação IBGE: no cálculo para São Paulo levantaram-se duas hipóteses e aceitou-se a que atribui um autoconsumo de 12% da produção — o dobro do que foi encontrado no Maranhão, por motivos óbvios).

Fazendo incidir esses percentuais sobre o peso dos setores no Produto estadual, obtemos uma relação de autoconsumo da agricultura de 29,6% sobre o PEB para o Maranhão e apenas 2,2% para São Paulo, o que, de logo, evidencia a vulnerabilidade da capacidade tributária do primeiro Estado, bem demonstrando através de estudo que, a seguir, incluímos sobre a elasticidade da renda tributável em função da variação na produção

agrícola; elasticidade 100 vezes maior no Maranhão que em São Paulo.

A despeito de tudo quanto o torna vulnerável e sensível a oscilações, o comportamento da receita tributária do Maranhão tem evoluído tão bem quanto pode e o percentual Receita/PEB é perfeitamente comparável ao de São Paulo, se calculado levando-se em consideração as reduções na renda tributável decorrentes do autoconsumo agrícola (quadro D).

Apesar das imensas distâncias econômicas entre os dois Estados, típicas da dicotomia do País, e que se traduzem em números absolutos perturbadores da visão correta da realidade, o esforço tributário do Governo do Maranhão é tão grande e maior do que o do Estado mais desenvolvido do Brasil.

Quadro 1 — Quadro comparativo da variação da renda tributável em função da variação da produção agrícola nos Estados do Maranhão e São Paulo.

| Produção Agrícola | Decréscimo % | Maranhão           |                  | São Paulo          |                  |
|-------------------|--------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
|                   |              | %                  | %                | %                  | %                |
|                   |              | Autoconsumo s/ PEB | Renda Tributável | Autoconsumo s/ PEB | Renda Tributável |
| 100               | 10           | 29,6               | 70,4             | 2,2                | 97,8             |
| 90                | 20           | 32,9               | 67,1             | 2,4                | 97,6             |
| 80                | 30           | 33,6               | 66,4             | 2,7                | 97,3             |
| 70                | 40           | 42,3               | 57,8             | 3,1                | 96,9             |
| 60                | 50           | 49,2               | 50,7             | 3,7                | 96,3             |
| 50                | 60           | 59,2               | 40,8             | 4,4                | 95,6             |
| 40                |              | 74,0               | 26,0             | 5,5                | 94,5             |

Se aproveitarmos os valores das colunas (1) e (6) e ajustarmos àqueles valores uma reta de acordo com sua tendência expressa no Gráfico II obteremos os valores abaixo:

| $x_1$ | $x_1$ | $x_0$ |
|-------|-------|-------|
| 0     | 97,8  | 98,54 |
| 10    | 97,6  | 97,84 |
| 20    | 97,3  | 97,14 |
| 30    | 96,9  | 96,44 |
| 40    | 96,3  | 95,74 |

Através de um ajustamento analítico, encontraremos a expressão:

(a)  $y = 98,54 - 0,07x$  que relaciona a variação da renda tributável com a queda da produção agrícola.

Note-se que para *São Paulo* a elasticidade da renda tributável em relação à queda na produção agrícola pode ser calculada através da expressão:

$$\Sigma_1 = \frac{dy}{dx} \cdot \frac{x}{y} = \frac{-0,07}{98,54 - 0,07x}$$

Assim, o coeficiente de elasticidade da Renda Tributável em função da queda na produção tem o seguinte desenvolvimento:

**São Paulo**

| <b>Decréscimo percentual na produção agrícola</b> | <b>Coefficiente de elasticidade</b> |
|---|-------------------------------------|
| 10  | 0,071                               |
| 20  | 0,144                               |
| 30  | 0,217                               |
| 40  | 0,292                               |

Utilizando o mesmo raciocínio para as colunas (2) e (4), podemos fazer análise idêntica para o Estado do Maranhão.

Como a tendência para o Maranhão é parabólica, nosso ajustamento analítico fica sendo:

**Maranhão**

| $x_i$ | $y_i$ | $y_0$ |
|-------|-------|-------|
| 0     | 70,4  | 69,76 |
| 10    | 67,1  | 68,56 |
| 20    | 66,4  | 67,36 |
| 30    | 57,8  | 62,16 |
| 40    | 50,7  | 52,96 |

Neste caso, a ajustante analítica tem a seguinte forma:

$$(b) = 69,76 - 0,92x - 0,02x^2$$

Com estes valores, podemos determinar o coeficiente de elasticidade da renda tributável em função da queda da produção agrícola:

### Maranhão

| Decréscimo percentual na produção agrícola | Coefficiente de elasticidade |
|--|------------------------------|
| .  | .                            |
| .  | .                            |
| .  | .                            |
| 40   | 21,07                        |

Não quisemos reproduzir toda a tabela dos coeficientes de elasticidade para o Maranhão, porque basta procurarmos na tabela relativa a São Paulo qual o coeficiente de elasticidade da renda tributável que nos dá uma queda de 40% na produção agrícola e compararmos com o que ocorre no Maranhão.

Observamos que a influência desta variação de 40% tem efeito quase 100 vezes maior para o Maranhão.

---


$$\text{São Paulo } X_1 = 0,292$$

---


$$\text{Maranhão } X_2 = 21,07$$

**VIABILIDADE  
ECONÔMICA DE UM  
PROGRAMA  
"ÁLCOOL DE  
MANDIOCA" NO  
MARANHÃO**

**A** drástica elevação de preços dos derivados do petróleo imposta pelos Países exportadores, a partir de 1973, do mesmo passo colheu de surpresa os Países importadores e produziu forte impacto em suas balanças comerciais internacionais, sobretudo os Países em desenvolvimento cujas economias, já naturalmente dependentes, sofreram os impactos simultâneos da queda no nível internacional de negócios e da redução dos ingressos da corrente de investimentos dos Países desenvolvidos. Estes, além de disporem de um elenco mais variado de instrumentos de defesa e reativação da economia, foram beneficiados pela reciclagem dos petro-dólares árabes em busca de investimentos estratégicos.

No Brasil, dependente do petróleo em 46% no seu consumo energético, do qual produz apenas 20% (ou seja 9,2% do consumo total de energia), o impacto sobre o balanço de transações internacionais vem sendo dramático, ao ponto de ter transformado o País de acumulador de divisas internacionais em grande devedor ( $\pm 28$  bilhões de dólares) e ter freado as taxas de desenvolvimento brasileiro no período 1969-1973, das mais elevadas do Mundo.

Impunha-se, pois, não apenas concentrar recursos e tecnologia na ampliação da produção de petróleo no Brasil (e as perspectivas da plataforma continental no litoral do Estado do Rio são altamente promissoras) cujos resultados significativos não poderão ser colhidos imediatamente mas, sobretudo, identificar alternativas de obtenção a curto prazo de combustíveis líquidos em quantidades capazes de reduzir substancialmente o dispêndio de divisas com a importação de petróleo. O álcool carburante a ser obtido da cana-de-açúcar, da mandioca e do coco-babaçu apresenta-se liminarmente como a opção que, a menor prazo, pode assegurar ao País suprimento de combustíveis e o reequilíbrio de seu balanço de pagamentos.

Essa oportunidade de expansão da indústria alcooleira oferece ainda uma perspectiva de redução dos desequilíbrios inter-regionais e ponderável melhoria da distribuição social da renda. A redução dos desequilíbrios inter-regionais é obviada pela circunstância de ser o Nordeste (pelos custos da terra e da mão-de-obra e alta disponibilidade desta última, além da tradição dos cultivos de cana e mandioca) a região mais propícia ao desenvolvimento do programa alcooleiro com potencial de grande expansão da Renda Regional; e uma igualmente expressiva melhoria da distribuição social da renda poderá ser produzida notadamente na expansão do cultivo da mandioca, cultura cuja tecnologia simples de produção é dominada por centenas de milhares de produtores rurais em propriedades de dimensão familiar ao contrário da cana-de-açúcar, cujo cultivo é mais adequado em grandes propriedades e exigente de processo poupadores de mão-de-obra (motomecanização) e, portanto, concentradores de renda.

Sobre o cultivo da cana-de-açúcar a mandioca oferece, também, a extraordinária vantagem de permitir bons resultados econômicos de terras pobres, de baixa produtividade para outros cultivos, como ocorre na vasta região do Litoral e de transição litoral-cerrado do Maranhão, onde a mandioca, em tratos rotineiros e cultivo consorciado, chega a alcançar produtividade de até 11 toneladas por hectare (vizinha da média nacional) quando os outros cultivos apresentam medíocres resultados: arroz 995kg/ha; milho 560kg/ha; feijão: 440 kg/ha.

Considerando que a produção de mandioca é uma tradição muito difundida em toda a zona rural nos cultivos consorciados e que, se estimulada por uma demanda intensiva, poderá ser amplamente expandida; e considerando também a tradição de produção de aguardente de mandioca (tiquira) em pequenas unidades localizadas nos próprios centros de produção, levanta-se a hipótese de um estudo que determine a viabilidade de che-

gar-se à produção de álcool-motor através da implantação de uma rede de pequenas (2-10 000 litros/dia) destilarias que produzam álcool hidratado que seria reprocessado em unidades de grande porte localizadas para atender regiões amplas.

Se este modelo se revelar viável técnica e economicamente ele permitirá que se atinja, de forma mais completa, o objetivo de difundir, ao máximo, os benefícios econômicos e sociais do Programa do Alcool.

A perspectiva de desenvolvimento de um programa alcooleiro no Maranhão, que já é tradicionalmente um dos maiores produtores de mandioca das Regiões Nordeste-Amazônia, é extraordinária:

- a) - pela alta disponibilidade de terras apropriadas ao cultivo de mandioca e inapropriadas a outros cultivos;
- b) - pela alta disponibilidade de força-de-trabalho nessas áreas.

Quadro 1 — Nordeste: principais produtos de mandioca

| Estados         | Produção (t) | Área (ha) |
|-----------------|--------------|-----------|
| 01 - Bahia      | 3.835.537    | 271.453   |
| 02 - Ceará      | 1.836.889    | 130.583   |
| 03 - Pernambuco | 1.800.763    | 169.325   |
| 04 - Maranhão   | 1.565.245    | 194.406   |

Fonte: Anuário Estatístico da FIBGE

- c) - pela tradição do cultivo da mandioca embora com tecnologia insuficiente no que tange ao uso de insu-

- mos modernos;
- d) - pela viabilidade de introdução de corretivos (o Maranhão dispõe de extraordinárias reservas de calcário) e fertilizantes com uma resposta capaz de elevar extraordinariamente a produtividade por áreas e pessoa ocupada;
  - e) - pelo incremento substancial na renda da população rural de áreas que se situam entre as de mais baixa renda do Maranhão (Quadro A), com efeitos ponderáveis na Renda Interna Agrícola e Industrial;
  - f) - pela melhoria do balanço de intercâmbio do Maranhão com o resto do País em favor do primeiro, decorrente do consumo restrito de derivados de petróleo e conseqüente disponibilidade de crescentes quantitativos de excedentes exportáveis;
  - g) - pela contribuição com que o potencial maranhense de mandioca/álcool poderá contribuir para avaliar as pressões de déficit internacional do País, decorrentes das onerosas importações de petróleo.

O programa de Álcool, no Maranhão, contudo não é e nem poderia ser excludente de projetos de produção de álcool a partir da cana-de-açúcar, nos casos em que as empresas disponham de terras adequadas a esse cultivo, de vez que, neste caso, viáveis são economicamente esses empreendimentos. Embora a cana-de-açúcar seja muito mais exigente de qualidade de solos, o Estado dispõe de áreas suficientemente significativas para que empresas com capacidade financeira possam participar da expansão da renda agrícola e industrial do Estado e contribuir de forma ponderável para a participação maranhense no Programa Nacional do Álcool.

Contudo, é evidente que o programa de álcool da mandioca merece, no Estado, a atenção prioritária do Poder Público por reunir à perspectiva meramente econômica relevantes benefícios sociais em termos de oferta de emprego rural e distribuição social da renda.

### Aspectos técnicos

Estudos realizados pela Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A., indicam que nas destilarias para produção de álcool etílico os ganhos de escala são altamente significativos. Tomando por base o preço de Cr\$ 350,00 por tonelada de raízes frescas de mandioca e o preço de referência de venda do álcool pela destilaria de Cr\$ 3,6017, determinou aquela Empresa a seguinte estimativa de custo por litro de álcool produzido:

| Capacidade da destilaria em litros | Custo por litro Cr\$ |
|------------------------------------|----------------------|
| 60.000                             | 2,50                 |
| 120.000                            | 2,35                 |
| 150.000                            | 2,28                 |
| 180.000                            | 2,21                 |
| 200.000                            | 2,16                 |

**Fonte:** Nordon Indústrias Metalúrgicas - S/A.

Assim, a rentabilidade do investimento eleva-se fortemente de 22% para 41% quando a dimensão da refinaria se eleva de 60.000 para 150.000 litros/dia, como se demonstra:

| Discriminação             | 60.000 l | 150.000 l |
|---------------------------|----------|-----------|
| Matéria-prima             | 1,8445   | 1,8445    |
| Custo operacional         | 0,4276   | 0,2938    |
| Encargos financeiros      | 0,2207   | 0,1413    |
| Margem de ganho por litro | 1,1089   | 1,3221    |
| Preço de venda            | 3,6017   | 3,6017    |

**Fonte:** Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A.

As estimativas de Investimento situam-se em torno de Cr\$ 1,666 milhões por 1.000 litro/dia e as condições de financiamento estabelecidas pelo Programa Nacional do Alcool são bastante favoráveis, permitindo financiar integralmente os investimentos de capital fixo ( $\pm 80-90\%$ ) do Investimento Total por prazo de 12 anos, com três de carência e encargos totais de 15% ano.

A implantação de destilarias apresentava até pouco tempo dois problemas que hoje já tiveram definida solução: a) a demanda de combustível sólido para funcionamento das unidades industriais; b) a destinação a ser dada ao vinhoto ou vinhaça, resíduo liberado em grandes quantidades e que se apresentava como tóxico e poluente.

Tecnologias de recente definição possibilitaram dar solução a esses dois problemas. Quanto à demanda de combustíveis sólidos: é viável a utilização da parte aérea da mandioca (caule e folhagem) mediante processamento que lhe assegura bom poder calorífico, estimando-se que o seu aproveitamento seria suficiente para alimentar o processo de destilação das raízes colhidas na área correspondente.

No caso do Maranhão, o combustível sólido necessário poderá vantajosamente ser suprido pelo carvão da casca do babaçu, vastamente disponível no Estado e cujo poder calórico é extremamente elevado.

No que diz respeito ao vinho (ou vinhaça) foi também já definida a tecnologia que permite seu aproveitamento alternativo para a preparação de rações de alto teor protéico ou adubos.

**Um programa de desenvolvimento econômico com amplo efeito no incremento da renda e sua distribuição social.**

A definição de um programa de estímulo à agro-indústria alcooleira da mandioca para alcançar o triplo objetivo de Programa Nacional do Álcool (suprimento de combustível, incremento da renda das Regiões menos desenvolvidas e melhor distribuição da renda familiar rural), no Maranhão, tem de considerar como áreas prioritárias para beneficiamento pelo programa aquelas que, pela condição ecológica e de disponibilidade de força-de-trabalho subaproveitada, tenham na mandioca a alternativa de cultivo agrícola mais favorável e, simultaneamente, nesse cultivo encontrem a possibilidade de utilização da mão-de-obra semi-utilizada e possibilite maiores incrementos da renda familiar e regional.

Por óbvio, não caberia propor a execução do Programa mandioca/álcool nas áreas do Estado (tais como Tocantins, Mearim, Grajaú), cuja ecologia permite, no mesmo nível de tecnologia agrícola, diversificar cultivos que melhor remuneram o trabalho ou que, mesmo não oferecendo essa vantagem, tenham nas condições de solo e clima o fator limitante para a produção, em níveis de produtividade aceitáveis da mandioca, como o Planalto e vastas áreas do Cerrado Maranhense.

Considerados estes condicionantes, elegeram-se as áreas prioritárias para o Programa Alcooleiro da Mandioca a ser desenvolvido no médio prazo aquelas em que a mandioca já é fortemente predominante (Quadro II). Como há viabilidade de assegurar equipamentos da destilaria a partir de 60 mil litros/dia, resultados industriais expressivos poderão ser obtidos a partir de 1979, desde que sejam selecionadas variedades de ciclo produtivo curto (6 a 9 meses) com boa produtividade e alto rendimento de álcool por tonelada.

Quadro 2 — Produção de mandioca na Região-Programa

| Áreas                     | Valor da produção das lav. temp. (Cr\$ 1.000,00) | Valor da produção da mandioca (Cr\$ 100,00) | Posição da mandioca na renda das lav. temporárias |
|---------------------------|--|---|---|
| 1 - Munim                 | 6.680  | 4.071                                       | 60,94   |
| 2 - Litoral Nordeste      | 6.339  | 3.371                                       | 50,18   |
| 3 - Cerrado Oriental      | 4.520  | 1.047                                       | 23,16   |
| 4 - Cerrado Ocidental     | 9.928  | 1.848                                       | 18,61   |
| 5 - Litoral Oriental      | 2.786  | 1.728                                       | 62,02   |
| 6 - Litoral Norte Centro  | 3.477  | 2.257                                       | 64,91   |
| 7 - Litoral Norte Extremo | 7.028  | 3.679                                       | 52,35   |
| Totais                    | 40.758   | 18.001                                      | 44,17   |

Fonte: FIBGE, Censo Agrícola 1970.

Quadro 3 — Renda rural comparada entre alguns municípios da Região-Programa e de outras regiões

| Municípios  | Valor da Produção Agrícola (Cr\$ mil) | População Rural | Renda por Habitante Rural (Cr\$) |
|---|---------------------------------------|-----------------|----------------------------------|
| <i>Municípios da Região do Programa do Alcool</i> |                                       |                 |                                  |
| Barreirinhas                                      | 11.291                                | 92.343          | 122                              |
| Icatu   | 2.679                                 | 21.581          | 124                              |
| Urbano Santos                                     | 1.297                                 | 10.331          | 126                              |
| Cururupu  | 2.010                                 | 14.787          | 136                              |
| Cajapió   | 2.078                                 | 25.415          | 82                               |
| Santa Rita  | 917                                   | 9.681           | 95                               |
| <i>Municípios de outras Regiões</i>               |                                       |                 |                                  |
| Imperatriz  | 2.310                                 | 10.549          | 219                              |
| Imperatriz  | 64.220                                | 156.618         | 410                              |
| Barra do Corda                                    | 16.073                                | 46.117          | 349                              |
| Poção de Pedras                                   | 18.826                                | 42.194          | 446                              |
| Tuntum  | 13.516                                | 21.818          | 619                              |
| Igarapé Grande                                    | 7.960                                 | 24.946          | 319                              |
| Lima Campos                                       | 4.473                                 | 13.432          | 333                              |
|   | 3.372                                 | 8.111           | 416                              |

Fonte: Censo Agrícola de 1970 - FIBGE

Quadro 4 — Programa de expansão da mandioca - área para plantio

| Nº | Região                 | Área total dos municípios (ha) | Área de plantio potencial de mandioca (1) (ha) |
|----|------------------------|--------------------------------|--|
| 01 | Litoral Nordeste       | 918.100                        | 24.422   |
| 02 | Munim                  | 606.300                        | 27.979   |
| 03 | Cerrado Oriental       | 772.600                        | 15.422   |
| 04 | Cerrado Ocidental      | 671.200                        | 29.098   |
| 05 | Litoral Norte Oriental | 417.300                        | 23.786   |
| 06 | Litoral Norte Centro   | 553.600                        | 23.955   |
| 07 | Litoral Extremo Norte  | 2.740.300                      | 15.640   |
|    | <b>Total</b>           | <b>6.679.400</b>               | <b>160.302</b>                                 |

Fonte: ASTEC/BDM

(1) Com base na força de trabalho disponível

A escolha das regiões-programa para o desenvolvimento do Programa de Alcool de Mandioca justifica-se amplamente quando se considera: a) a ampla disponibilidade de terras apropriadas ao cultivo da mandioca nessas regiões; b) o fato de que se constitui a mandioca o cultivo de melhor resposta econômica nessas regiões com elevado potencial da resposta ao uso de corretivos; c) a disponibilidade de mão-de-obra, que nos limites de potencial de área trabalhada por trabalhador rural (ver Quadro V) assegura a viabilidade de expandir a área de cultivo de mandioca nessas regiões para 156.507 hectares que representariam a utilização de apenas 3% da área total da Região Programa — o que bem evidencia a potencialidade maranhense para a produção de álcool de mandioca.

Como se demonstra no Quadro V, a análise dos dados do Censo Agrícola de 1970 evidencia que, ao nível da tecnologia que prevalece no setor rural maranhense, a moda da área cultivada por trabalhador agrícola é de aproximadamente 1 hectare.

Quadro 5 — Produtividade agrícola da pequena propriedade de (1970)

| Dimensão das propriedades (ha) | Área total (ha) | Área das lavouras (ha) | Mão-de-Obra (ha) | Área total por trabalhador (ha) | Área de lavouras por trabalhador (ha) | Valor da produtividade (Cr\$ 1.000,00) |                 |             |
|--------------------------------|-----------------|------------------------|------------------|---------------------------------|---------------------------------------|--|-----------------|-------------|
|                                |                 |                        |                  |                                 |                                       | Total                                  | Por trabalhador | Por hectare |
| 2 - 5                          | 243.542         | 221.800                | 268.243          | 0,908                           | 0,827                                 | 90,757                                 | 0,338           | 0,409       |
| 5 - 10                         | 111.558         | 71.158                 | 60.224           | 1,852                           | 1,182                                 |  | 0,486           | 0,411       |
| 10 - 20                        | 136.084         | 39.640                 | 35.144           | 3,872                           | 1,128                                 |  | 0,467           | 0,414       |
| 20 - 50                        | 391.809         | 45.960                 | 44.155           | 8,873                           | 1,041                                 |  | 0,427           | 0,410       |

Fonte: Censo Agrícola - 1970

Os dados constantes deste quadro foram elaborados a partir dos resultados do Censo Agrícola de 1970 no Maranhão. Eles evidenciam que, ao nível da tecnologia e capital disponíveis no setor rural maranhense, situa-se em torno de 1 hectare a área agricultável pela força de trabalho de cada produtor rural, pois verifica-se que, a partir de uma disponibilidade por produtor rural superior a 1,852 ha, não ocorreu incremento da área trabalhada. Embora os dados contenham uma aparente incoerência — declina a área trabalhada por produto rural à medida que se amplia o tamanho das propriedades — é legítimo admitir-se que isso decorre do fato de possibilitarem às propriedades de dimensão superior a 10 hectares diversificação das atividades como pecuária e fruticultura, reduzindo-se, em consequência, a área utilizada para a produção de gêneros de subsistência.

Este percentual está no quadro abaixo expresso em quantitativos de produção mínimo e máximo — o primeiro calculado conforme os níveis de produtividade apurados no Censo Agrícola de 1970; e o segundo pre- vendo conservadoramente os incrementos possíveis re- sultantes do uso de insumos modernos (calcáreo e fósfo- ro) cuja estimativa do custos se menciona em outro ca- pítulo:

Quadro 6 — Estimativa de produção de mandioca

| Nº           | Região                 | Produção sem insumos modernos (1) | Produção com insumos modernos (2) |
|--------------|------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 01           | Munim                  | 185.931                           | 371.862                           |
| 02           | Litoral Nordeste       | 176.399                           | 352.798                           |
| 03           | Cerrado Oriental       | 65.004                            | 130.008                           |
| 04           | Cerrado Ocidental      | 120.885                           | 241.770                           |
| 05           | Litoral Norte Oriental | 175.750                           | 351.500                           |
| 06           | Litoral Norte Centro   | 162.385                           | 324.770                           |
| 07           | Litoral Extremo Norte  | 128.436                           | 256.872                           |
| <b>Total</b> |                        | 1.014.770                         | 2.029.540                         |

**Fonte:** ASTEC/BDM

(1) Ampliação da área cultivada pela força de trabalho disponível, com tratos culturais tradicionais.

(2) Ampliação prevista no item 1 com uso de insumos modernos (calcáreo/fósforo).

O exame deste dados evidencia que o simples in- centivo à expansão da área cultivada poderá resultar em triplicar a produção e renda por trabalhador (aumen-

to da produção por trabalhador de 199,3%), os testes de aplicação de insumos modernos realizados por órgãos de pesquisa e experimentação de outros Estados do Nordeste, mostraram ser possível — sem mudanças drásticas de tecnologia de trabalho — dotar a produtividade da terra e, conseqüentemente, multiplicar por 4 a produção e a renda do trabalhador.

Embora não existam ainda resultados disponíveis de pesquisa e experimentação no Maranhão que mostrem as respostas na produtividade da mandioca ao uso de calcáreo e fósforo, admitiu-se por hipótese uma resposta equivalente à obtida nessas regiões nordestinas em solos similares tanto mais quanto a experimentação evidenciou, na maioria delas, calcáreo + fósforo forma a combinação de insumos de melhor resposta e que os incrementos de produtividade guardam estrita correlação com o uso desses insumo.

A consecução deste último objetivo permitiria elevar a renda do produtor rural da região ao nível das melhores áreas produtivas do Estado.

Quadro 7 — Potencial de expansão na Região-Pograma

| Áreas                       | Área do Município (ha) | Área de uso Lav. Temporárias |                | Área dos Estabelecimentos (ha) | Área de Mandioca (ha) | Prod. de Mandioca (ton) | M. Obra(*) na Lavoura (**)<br>CD | Produtividade (kg/ha) |
|-----------------------------|------------------------|------------------------------|----------------|--------------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------------|-----------------------|
|                             |                        | Utilizada                    | N. Utilizada   |                                |                       |                         |                                  |                       |
| 01 - Munitim                | 606.300                | 15.742                       | 41.930         | 77.322                         | 9.589                 | 72.711                  | 30.575                           | 7.633                 |
| 02 - Litoral Nordeste       | 918.100                | 17.881                       | 157.340        | 267.827                        | 9.185                 | 57.545                  | 36.675                           | 6.304                 |
| 03 - Cerrado Oriental       | 772.600                | 24.574                       | 126.564        | 338.870                        | 4.748                 | 20.247                  | 35.248                           | 4.355                 |
| 04 - Cerrado Ocidental      | 671.200                | 22.887                       | 187.078        | 448.291                        | 8.951                 | 37.537                  | 43.034                           | 4.330                 |
| 05 - Litoral Norte Oriental | 417.300                | 5.659                        | 15.156         | 32.461                         | 4.728                 | 34.059                  | 21.717                           | 7.204                 |
| 06 - Litoral Norte Cerrado  | 553.600                | 13.325                       | 109.520        | 157.758                        | 7.479                 | 49.218                  | 29.801                           | 6.580                 |
| 07 - Litoral Norte Extremo  | 2.740.300              | 13.958                       | 35.199         | 88.471                         | 8.245                 | 67.663                  | 21.253                           | 8.108                 |
| <b>Totais</b>               | <b>6.679.400</b>       | <b>114.026</b>               | <b>672.787</b> | <b>1.411.000</b>               | <b>53.025</b>         | <b>338.980</b>          | <b>221.303</b>                   | -                     |
| <b>Médias</b>               | <b>954.200</b>         | <b>16.289</b>                | <b>96.112</b>  | <b>201.571</b>                 | <b>7.575</b>          | <b>48.426</b>           | <b>31.615</b>                    | <b>6.362</b>          |

Fonte: ASTEC/BDM

\* 80% do pessoal ocupado no setor Agrícola

\*\* CD - Censo Demográfico

Quadro 8 — Potencial do Programa de Alcool de Mandioca

| Áreas                       | Área adic.<br>em função da<br>M. de O.<br>(ha) | Área Pot.<br>Total Mandioca<br>(ha) | Prod. adic.<br>Total Mandioca<br>(ton) | Prod. Pot.<br>Total Mandioca<br>(ton) | Produção por Trabalhador |                 |                |
|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|---------------------------------------|--------------------------|-----------------|----------------|
|                             |  |                                     |  |                                       | Atual<br>(kg)            | Parcial<br>(kg) | Acrésc.<br>(%) |
| 01 - Munim                  | 14.833   | 24.442                              | 113.120                                | 185.931                               | 2.378                    | 6.378           | 130,           |
| 02 - Litoral Nordeste       | 18.794   | 27.979                              | 70.779                                 | 176.379                               | 1.569                    | 4.809           | 123,           |
| 03 - Cerrado Oriental       | 10.674   | 15.422                              | 44.757                                 | 65.004                                | 574                      | 1.844           | 221,           |
| 04 - Cerrado Ocidental      | 20.147   | 29.098                              | 84.348                                 | 120.885                               | 864                      | 2.859           | 230,           |
| 05 - Litoral Norte Oriental | 19.058   | 23.786                              | 141.691                                | 175.750                               | 1.378                    | 7.111           | 416,           |
| 06 - Litoral Norte Cerrado  | 16.476   | 23.955                              | 113.167                                | 162.385                               | 1.652                    | 5.449           | 229,           |
| 07 - Litoral Norte Extremo  | 7.295  | 15.640                              | 60.773                                 | 128.436                               | 3.183                    | 6.043           | 89,            |
| <b>Totais</b>               | 107.277  | 160.303                             | 675.790                                | 1.014.770                             | -                        | -               | -              |
| <b>Médias</b>               | 15.385   | 22.900                              | 96.541                                 | 144.967                               | 2.068                    | 4.585           | 199,           |

Fonte: ASTEC/BDM

## **Financiamento do Programa**

O desenvolvimento do Programa de Alcool de Mandioca para ter assegurado seu êxito, obviamente exigirá volume significativo de investimentos públicos e privados cujo limite máximo a seguir se estima em Cr\$ 2.233.680,00 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil e seiscentos e oitenta cruzeiros) cabendo ao setor público, diretamente, investimentos em infra-estrutura e pesquisa no valor de Cr\$ 253.680,00 (duzentos e cinqüenta e três milhões e seiscentos e oitenta mil cruzeiros) e ao setor privado um total de investimentos a médio prazo estimável entre um mínimo de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinqüenta mil cruzeiros) e um máximo de Cr\$ 1.700,00 (hum milhão e setecentos mil cruzeiros) financiáveis ao nível de 90% desses valores. O Programa exigirá ainda a mobilização de entre 140 e 280 milhões de cruzeiros para financiamento de curto prazo à produção de mandioca.

## **Infra-estrutura do Programa**

### **Transporte**

A rede viária das regiões onde se propõe o desenvolvimento do Programa do Alcool de Mandioca (salvo nas regiões 1 e 4) é extremamente insuficiente para permitir o êxito dessa programação — em média menor do que 1 km de rodovia por 100 km<sup>2</sup>. Para que a produção resultante da proposta da expansão de área destinada ao plantio de mandioca e o incremento de produtividade tenha assegurado acesso ao transporte e, conseqüentemente, redução dos custos de transporte, propõe-se a ampliação da rede viária mediante a construção de rodovias de III classe (estaduais) e/ou vicinais na região para assegurar a média de 3km de rodovia/100 km<sup>2</sup> de área, a mesma da micro-região de Pedreiras cujo potencial produtivo (dos maiores do Estado) se encontra razoavelmente atendido.

Para atingir esta, que significaria uma rede regional de 2.000 km de estradas de tráfego permanente, faz-se necessária a construção de 1.170 km cujo custo total se estima em Cr\$ 238.680.000,00.

Quadro 9 — Rede Rodoviária a implantar, comparada com a rede existente na microrregião de Pedreiras

| Regiões                  | A - Estaduais existentes (km) | B - Área Total dos Municípios (km <sup>2</sup> ) | A/B   | Rede a Construir (km) |
|--------------------------|-------------------------------|--|-------|-----------------------|
| Pedreiras                | 102                           | 3.234  | 0,031 | -                     |
| Área 1                   | 188                           | 6.083  | 0,030 | -                     |
| Área 2                   | 18                            | 9.083  | 0,001 | 257                   |
| Área 3                   | 140                           | 7.636  | 0,018 | 89                    |
| Área 4                   | 308                           | 6.676  | 0,045 | -                     |
| Área 5                   | 68                            | 4.173  | 0,016 | 57                    |
| Área 6                   | 61                            | 5.536  | 0,011 | 105                   |
| Área 7                   | 47                            | 27.403   | 0,001 | 775                   |
| Total da Área Programada | 830                           | 66.688   | 0,012 | 1.283                 |

Fonte: DER-MA

## Energia

Executadas as regiões 1 e 4 do Programa, já servidas pela rede de transmissão-distribuição alimentada por Boa Esperança, poderá haver necessidade de dotar

as destilarias de um sistema energético. Contudo, dada a dimensão da área programa e a relativa dispersão espacial dessas destilarias, seria conveniente um estudo mais aprofundado para determinar se essas regiões do Programa têm potencial de demanda de energia que, independentemente do consumo das destilarias, justifique o alto custo das redes de transmissão. Em caso negativo deverá a CEMAR (para isso retendo, se for o caso, recursos do Tesouro Estadual) instalar junto às destilarias geradores térmicos de potência ajustada à demanda específica desse universo industrial.

Para uma estimativa deste investimento considera-se a necessidade de geração total de 5.000 kw e um custo de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros).

### **Demanda de Crédito**

As estimativas do valor da produção da mandioca estabelecidas pelo Programa de Alcool de Mandioca, das 7 regiões prioritárias vão de Cr\$ 284 milhões a Cr\$ 568 milhões considerada a remuneração ao produtor de Cr\$ 300 por tonelada de mandioca "in natura".

Considerando que o Programa é fortemente mobilizador da mão-de-obra das unidades familiares rurais (reduzindo o tempo atualmente disponível para atividades alternativas); que haverá freqüentemente a necessidade de arrendamento para expansão da área cultivada; e o dispêndio adicional de aproximadamente Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), por hectare em insumos modernos (calcáreo + fósforo) — ver Quadro X — estima-se a demanda de financiamento aos produtores rurais em um valor global anual, para o Programa, entre Cr\$ 140 e 280 milhões, que deverá ser suprido pela rede dos bancos oficiais: BB, BASA, BNS, BEM e o BDM.

## **Pesquisa e experimentação**

Embora em alguns estados do Nordeste e da Amazônia já existam resultados consideráveis de pesquisa e experimentação com a mandioca, no Maranhão esses trabalhos são incipientes e, obviamente, o desenvolvimento de um Programa como o que se propõe para o álcool de mandioca exige que, a prazo não excessivamente longo e objetivando máximo rendimento agrícola e industrial, se consiga determinar quais as espécies que reünam precocidade, resistência a pragas e moléstias, rendimento por hectare e condições mais favoráveis para a obtenção de álcool.

Recomenda-se, portanto, atenção especial da pesquisa sobre mandioca no Estado aos seguintes estudos:

- a) inventário das variedades de mandioca mais ocorrentes no Estado;
- b) determinação do teor de amido nas raízes, nos diversos estágios da cultura, nas variedades acima, quer de 1 como de 2 ciclos;
- c) competição regional de cultivares de mandioca, bem como sua resposta ao uso de calcáreo e fósforo;
- d) ensaios de sistema de produção de mandioca;
- e) estudos da função de produção para mandioca;
- f) caracterização das principais unidades de solo para a cultura.

Este trabalho deverá merecer máxima prioridade da EMAPA, à qual o orçamento estadual deverá consignar, nos próximos 5 anos, recursos não inferiores a Cr\$ 1 milhão, anualmente, para o fim específico de pesquisa e experimentação com a mandioca.

## **Investimento agroindustrial**

O potencial de capacidade produtiva de mandioca para as 7 regiões do Programa de Álcool de Mandioca foi estabelecido a níveis mínimos (mantida a atual

produtividade por área) e máximo (com o acréscimo resultante do uso de insumos modernos — calcáreo e fósforo) em respectivamente, 948.177 e 1.986.354 toneladas.

Esse potencial produtivo possibilita duas hipóteses de capacidade instalada do conjunto de destilarias de álcool (cujo dimensionamento se detalha no Quadro XI entre 450.000 e 1.020.00 litros/dia), com investimentos de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros) (hipótese mínima) a Cr\$ 1.700,00 (hum milhão e setecentos mil cruzeiros) (hipótese máxima).

O dimensionamento das destilarias, conforme proposto no quadro anexo, levou, nas duas hipóteses, em consideração a exigência de que a distância máxima entre a área de produção da mandioca e a destilaria não ultrapasse 60 quilômetros, para manter em nível adequado o custo de transporte.

### **Terminal**

A grande potencialidade do estado do Maranhão para o desenvolvimento de um significativo programa de produção de álcool de mandioca, com ampla perspectiva de geração de excedentes para suprimento da demanda regional e/ou nacional, indica que devem ser feitos gestos junto à PETROBRÁS visando ao estudo da conveniência de implantação, no Porto do Itaqui, de um terminal de álcool, possivelmente, uma unidade para processar a mistura com gasolina.

Quadro 10 — Refinarias de Alcool de Mandioca  
— Estimativa de investimentos e áreas de cultivo

| Capacidade litros/dia  |                        | 60.000  |      |     |     | 90.000  |      |      |      |
|--|------------------------|---------|------|-----|-----|---------|------|------|------|
| Total de Investimentos em Cr\$                               |                        | 100,00  |      |     |     | 150,00  |      |      |      |
| Investimento por unidade de capacidade produtiva Cr\$/litros |                        | 1.666,0 |      |     |     | 1.666,0 |      |      |      |
| Produção à plena carga 10 <sup>6</sup> l/Ano                 |                        | 21,6    |      |     |     | 22,4    |      |      |      |
| Consumo da mandioca diário                                   | 150 l/t <sup>(1)</sup> | 400     |      |     |     | 600     |      |      |      |
|  | 170 l/t                | 353     |      |     |     | 523     |      |      |      |
|  | 190 l/t                | 316     |      |     |     | 473     |      |      |      |
| Produtividade t/ha <sup>(2)</sup>                            |                        | 15      | 20   | 25  | 30  | 15      | 20   | 25   | 30   |
| Área necessária ao cultivo de mandioca 10 <sup>6</sup> ha    | 150 l/l                | 14,4    | 10,8 | 8,6 | 7,2 | 21,6    | 16,2 | 13,1 | 10,3 |
|  | 170 l/t                | 12,7    | 9,5  | 7,6 | 6,4 | 18,9    | 14,4 | 11,3 | 9,3  |
|  | 190 l/t                | 11,4    | 8,5  | 6,9 | 5,7 | 17,1    | 13,1 | 9,5  | 8,6  |

Fontes: Secretaria de Agricultura de São Paulo

(1) Rendimento - Produção de álcool por tonelada-faixa tecnicamente viável

(2) Produtividade - Produção de mandioca por hectare-faixa tecnicamente viável

Obs.: Os custos de investimentos foram gerados com base em preços correntes de equipamentos de fabricantes nacionais, índices técnicos relacionados com a Indústria (química)  
Após os projetos de Engenharia das Usinas serão detalhados os custos reais dos empreendimentos, esperando-se que os mesmos sejam inferiores aos estimados.

quadro 11 — investimentos do Programa Destilarias

| Para a produção mínima |                                 |                  |                | Para a produção máxima |                                 |                  |                  |
|------------------------|---------------------------------|------------------|----------------|------------------------|---------------------------------|------------------|------------------|
| Nº de Refinarias       | Dimensão das Refinarias (l/dia) | Custo (Cr\$ mil) |                | Nº de Refinarias       | Dimensão das Refinarias (l/dia) | Custo (Cr\$ mil) |                  |
|                        |                                 | Unitário         | Total          |                        |                                 | Unitário         | Total            |
| 3                      | 60.000                          | 100.000          | 300.000        | 1                      | 60.000                          | 100.000          | 100.000          |
| 3                      | 90.000                          | 150.000          | 450.000        | 2                      | 120.000                         | 200.000          | 400.000          |
|                        |                                 |                  |                | 4                      | 180.000                         | 300.000          | 1.200.000        |
| <b>Total</b>           | <b>450.000</b>                  | -                | <b>750.000</b> |                        | <b>1.020.000</b>                | -                | <b>1.700.000</b> |

Fonte: ASTEC/BDM

**Quadro 12 — Fontes de Financiamento do Programa  
Álcool de Mandioca**

| <b>Discriminação</b>               | <b>Valor (Cr\$)</b>  |                      |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>01 - Investimentos Públicos</b> | 253.680.000          | 253.680.000          |
| Rodovias Vicinais                  | 238.680.000          | 238.680.000          |
| Geração de energia                 | 10.000.000           | 10.000.000           |
| Pesquisa e Experimentação          | 5.000.000            | 5.000.000            |
| <b>02 - Financiamentos</b>         | 815.000.000          | 1.810.000.000        |
| Tratos Culturais                   | 140.000.000          | 280.000.000          |
| Implantação das Destilarias (90%)  | 675.000.000          | 1.530.000.000        |
| <b>02 - Recursos das Empresas</b>  | 75.000.000           | 170.000.000          |
| <b>Total</b>                       | <b>1.143.680.000</b> | <b>2.233.680.000</b> |

### **Benefícios econômicos e sociais do programa**

Abrangendo uma área de 66.688 km<sup>2</sup>, que corresponde a quase 20% da superfície do Estado, na qual se concentram mais de 800.000 mil habitantes (mais de 20% da população) a região escolhida para o desenvolvimento do Programa de Álcool de Mandioca apresenta — salvo para a condição da Capital que nela geograficamente se insere, — um dos piores quadros sócio-econômicos do Estado.

A baixíssima renda da população rural condicionada pelos fatores ecológicos que, exceto para o cultivo da mandioca, exigiram, para assegurar níveis de produtividade agrícola aceitáveis, uso intensivo de capital e tecnologia de que não dispõem os produtores rurais da região — mantém a economia da área em condições pri-

mitivas de estrita subsistência, impede que se formem as condições mínimas de ruptura do estágio econômico e cria massas de excedentes de mão-de-obra tradicionalmente repelidas para a Capital, onde por sua baixa qualificação profissional, vão apenas reforçar a população economicamente marginal.

O Programa do Alcool de Mandioca que se propõe, permite maximizando a utilização dos fatores amplamente disponíveis (terra + mão-de-obra) e sem exigir aportes dos fatores escassos (capital + tecnologia) na produção agrícola — o seguinte conjunto de benefícios econômicos e sociais:

- a) - incrementar a Renda Estadual em, estimadamente, Cr\$ 601 e 1.200 milhões de cruzeiros (aumento de 10 a 20% da RE em 1976);
- b) - multiplicar a produção e a renda do trabalho rural da Região-Programa de 2,8 vezes (hipótese mínima) a 5,2 vezes (hipótese máxima), eliminando o bolsão de drástica desigualdade intra-estadual de renda hoje representado pela região;
- c) - introduzir na economia de mercado uma população de mais de 800 mil maranhenses que hoje vegetam no nível de subsistência e trocas pouco monetizadas;
- d) - criar em regiões que não praticam apenas agricultura primitiva — um setor de indústria moderna que ofertará centenas de empregos diretos;
- e) - dinamizar, por decorrência da atividade industrial e elevação da renda rural, o setor terciário, inclusive pela geração de numerosos empregos, indiretamente derivados da indústria do álcool;
- f) - gerar um excedente adicional exportável equivalente a cerca de 15% da Renda Estadual assegurador de saldo da balança de intercâmbios externos;
- g) - reforçar, substancialmente, a Receita Tributária do Estado com os valores mínimos e máximos, respectivamente, de Cr\$ 50 e Cr\$ 100 milhões.

Quadro 13 — Estimativa do incremento da Renda Sub-Regional

| Regiões/<br>Programa        | Renda Sub-Regional (Cr\$ mil)               |                                     |                  |
|-----------------------------|---|-------------------------------------|------------------|
|                             | Produção<br>Agrícola<br>1970 <sup>(1)</sup> | Agroindústria Álcool<br>de Mandioca |                  |
|                             |   | Mínima                              | Máxima           |
| 01 - Munim                  | 39.972                                      | 110.400                             | 220.200          |
| 02 - Litoral Nordeste       | 30.340                                      | 104.500                             | 209.000          |
| 03 - Cerrado Oriental       | 21.653                                      | 38.500                              | 77.000           |
| 05 - Litoral Norte Oriental | 12.334                                      | 104.100                             | 208.200          |
| 06 - Litoral Norte Extremo  | 22.640                                      | 76.100                              | 152.200          |
| <b>Total</b>                | <b>203.097</b>                              | <b>601.400</b>                      | <b>1.202.800</b> |

(1) A preços de março de 1976

Quadro 14 — Programa de Alcool de Mandioca — Resultados econômicos previsíveis

| Discriminação                              | Regiões Programa |                |               |                |          |               |               |                |        |        |  |  |
|--|------------------|----------------|---------------|----------------|----------|---------------|---------------|----------------|--------|--------|--|--|
|  | 01               |                | 02            |                | 03       |               |               |                | 04     |        |  |  |
|  | Mínimo           | Máximo         | Mínimo        | Máximo         | Mínimo   | Máximo        | Mínimo        | Máximo         | Mínimo | Máximo |  |  |
| Produção de mandioca (t)                   | 85.931           | 371.862        | 176.379       | 352.785        | 65.004   | 130.000       | 120.885       | 241.770        |        |        |  |  |
| Produção diária de álcool (t)              | 33.467           | 66.935         | 31.748        | 63.496         | 11.700   | 23.400        | 21.759        | 43.518         |        |        |  |  |
| Produção diária de Alcool (1) <sup>*</sup> | 116.558          | 233.117        | 105.326       | 211.653        | 39.000   | 72.000        | 72.500        | 145.060        |        |        |  |  |
| Valor da produção (Cr\$ milhões)           | 55,8             | 111,6          | 52,9          | 105,8          | 19,5     | 39,5          | 36,3          | 72,6           |        |        |  |  |
| - Mandioca                                 | 110,4            | 220,2          | 104,5         | 209,0          | 38,0     | 77,0          | 71,6          | 143,2          |        |        |  |  |
| - Alcool (indústria) (**)                  | 9,2              | 18,4           | 8,7           | 17,4           | 3,2      | 6,4           | 6,0           | 12,0           |        |        |  |  |
| Impostos (ICM) - Cr\$ milhões              |                  |                |               |                |          |               |               |                |        |        |  |  |
| <b>Capacidade das Destilarias (l/d)</b>    | <b>90.000</b>    | <b>180.000</b> | <b>90.000</b> | <b>180.000</b> | <b>-</b> | <b>60.000</b> | <b>60.000</b> | <b>120.000</b> |        |        |  |  |

(\*) Regime de produção - 300 dias/ano

(\*\*) Ao preço conservador de Cr\$ 3,30/l

| Discriminação                            | Regiões Programa |                |               |                |               |          |                |                  |  |  |
|--|------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------|----------------|------------------|--|--|
|  | 05               |                | 06            |                | 07            |          | Total          |                  |  |  |
|  | Mínimo           | Máximo         | Mínimo        | Máximo         | Mínimo        | Máximo   | Mínimo         | Máximo           |  |  |
| Produção de mandioca (t)                 | 175.750          | 351.500        | 162.385       | 324.770        | 128.436       | 256.872  | 1.014.770      | 2.029.540        |  |  |
| Produção diária de álcool (t)            | 31.635           | 63.270         | 29.299        | 58.458         | 23.118        | 46.236   | 182.658        | 365.316          |  |  |
| Produção diária de Álcool <sup>(1)</sup> | 105.450          | 210.900        | 97.430        | 194.860        | 77.060        | 154.120  | 608.860        | 1.217.720        |  |  |
| Valor da produção (Cr\$ milhões)         |                  |                |               |                |               |          |                |                  |  |  |
| - Mandioca                               | 52,7             | 105,4          | 48,7          | 97,4           | 38,5          | 77,0     | 304,4          | 608,8            |  |  |
| - Álcool (Indústria)                     | 104,1            | 208,2          | 96,2          | 192,4          | 76,1          | 152,2    | 600,9          | 1.201,8          |  |  |
| Impostos (ICM) - Cr\$ milhões            | 8,7              | 17,4           | 8,1           | 16,2           | 6,4           | 12,8     | 49,9           | 99,8             |  |  |
| <b>Capacidade das Destilarias (l/d)</b>  | <b>90.000</b>    | <b>180.000</b> | <b>60.000</b> | <b>180.000</b> | <b>60.000</b> | <b>-</b> | <b>450.000</b> | <b>1.020.000</b> |  |  |

# A ECONOMIA MARANHENSE É DECLINANTE HÁ UM SÉCULO

\* Entrevista concedida ao Jornal das Empresas,  
edição nº 36, de julho de 1977, Ano III, p. 9, 10, 11

**M**isto de poeta, contista, jornalista, economista e outros títulos, José Tribuzi Pinheiro Gomes — consagrado nacionalmente como Bandeira Tribuzi — nasceu em São Luís, em 1927, dois anos antes da grande crise mundial que marcou o início do declínio de nossa superdimensionada indústria algodoeira. Filho de família tradicional, como era de praxe na época, teve sua formação em bancos portugueses, cultuando nas cidades de Porto, Braga e Coimbra, o gosto pelas coisas literárias.

Canudo na mão, e uma sólida bagagem cultural, retornou a São Luís em plena 2ª Guerra Mundial, aliando-se aos movimentos que surgiam no Maranhão, ao mesmo tempo em que ingressava na firma pertencente a seu Pai — Pinheiro Gomes S/A, onde passou boa parte de sua vida. Sentindo as mudanças empresariais que o Maranhão atravessava, Bandeira Tribuzi tentou uma curta permanência no Rio de Janeiro, onde, apesar de não filiar-se a movimentos empresariais, trabalhou em 59 e 60 no setor de Relações Públicas da Escola Brasileira de Petróleo e militava nos jornais Tribuna da Imprensa e O Globo. Novamente em São Luís, montou um escritório de planejamento que foi degrau principal para que a partir de 66 viesse a ser recrutado para assessorias técnicas aos governos do Maranhão. Na época chegou à superintendência adjunto da extinta Sudema (hoje Seplan) e posteriormente assessor especial na administração Pedro Neiva de Santana.

Aliado ao senador José Sarney por uma amizade que vem desde os tempos dos pequenos movimentos culturais em São Luís, Tribuzi foi chamado pelo mesmo a retornar à atividade que considera a mais gratificante — o jornalismo. Foi diretor do antigo "Jornal do Dia" e responsável pela fundação do também já fora de circulação Jornal de Bolso.

**Com a substituição de "Do Dia" pelo Estado do Maranhão, um dos principais jornais da cidade, incorporou sua direção, mais precisamente a diretoria editorial a qual acumula, com as funções de assessor técnico do Banco do Desenvolvimento do Maranhão.**

**Para Bandeira Tribuzi, a princípio é possível promover desenvolvimento em todo o mundo. As questões naturais, sem serem relegadas, ainda têm muito pouco peso nesse processo. O que não coaduna, com nossas perspectivas, porém são as determinações de empresários que querem instalar indústrias pesadas e pouco empregadoras, no Maranhão, tornando, cada vez, distanciada a realidade maranhense do seu povo.**

**Mais Bandeira Tribuzi a seguir:**

**Jornal das Empresas** — O Sr. que é um dos mais sérios observadores da economia maranhense, acha que está surgindo alguma crise entre o empresariado local?

**Tribuzi** — Bem, na verdade há indícios muito fortes de uma certa dificuldade financeira nas empresas maranhenses. Até certo ponto, esse fato não espanta, porque o nosso Estado é ainda *multo subdesenvolvido*, tornando nosso empresariado profundamente dependente do setor público.

Por força da política tributária da Revolução de 64, os Estados de menor desenvolvimento viram-se beneficiados com fortes acréscimos de transferências de receitas federais. Mesmo assim, nós estimamos que cerca de 40% da renda interna do Maranhão passe pela mão da Administração Pública, o que é uma massa ponderável de recursos. Poderia até dizer, corroborando essa afirmativa, que o governo é verdadeiramente o único rico num Estado muito pobre.

Logicamente o desempenho do setor público influi fortemente na execução de todas as atividades econômicas.

*O governo é o grande empregador, o grande prestador de serviços, o grande comprador e, conseqüentemente, se ele não consegue adotar uma política muito ativa de promoção do desenvolvimento, uma política inteligente de distribuição da renda e na procura de créditos externos que alimentem a nossa economia, é fácil concluir que essa economia se torne extremamente vulnerável.*

Talvez, pela falta de consciência da atual administração neste seu papel, o governo não vem desempenhando a contento as suas funções de ser o grande empresário da economia maranhense. Daí, é provável e visível que mesmo que a empresa maranhense viva atravessando dificuldades sérias, são sentidos fortes vestígios da quebra da liquidez do sistema de um modo geral. Uma perda de energia no que diz respeito a novos investimentos e, uma quebra de liquidez das empresas já em funcionamento.

Pessoalmente admito que seja resultado da deficiente consciência do governo para o papel que ele deve representar. Estenderia, dizendo que de uma atuação pouco empreendedora, de pouco comando do governo na vida pública maranhense, contrariamente, ao que ocorreu nas duas administrações anteriores dos governos Sarney e Pedro Neiva, qualquer julgamento político que se possa fazer deles, efetivamente, veremos que tiveram uma densidade muito forte na atração de recursos, na aplicação de investimentos maciços, e na realização de obras públicas, que geraram muitos empregos e fizeram circular vastamente o dinheiro. Então, baseado nesses fatos, diria que vivemos uma crise; com uma pré-crise, no meu entender, motivada pela falta de visão do governo, resultando disso tudo, pouco melhoramento no setor público.

**Jornal das Empresas** — Certos empresários afirmam que um dos maiores problemas maranhenses, é a facilidade que os governos oferecem para grupos de fora se

instalarem aqui. No caso específico, alguns grupos vieram, ficaram e hoje são fortes contribuintes de impostos. Outros, entretanto pelas mesmas facilidades, resolveram enveredar pela evasão dos recursos fornecidos pelo governos. Esse tipo de chamamento de novos empresários, caso não tenha uma fiscalização mais severa, ajudaria alguma coisa em nosso desenvolvimento?

**Tribuzi** — Acho que um Estado tão sem recursos como o Maranhão não pode se dar ao luxo de não possuir uma política muito receptiva para os investimentos que venham de outra região do país, ou até mesmo do exterior. O que ocorre, na verdade, é que houve um corte no processo de formação do empresariado local, por circunstâncias que seria muito longo enumerá-las. Mas, apenas como citação, *as empresas e famílias tradicionais maranhenses, todas elas declinaram. Formou-se um hiato nas vocações empresariais do Estado.*

Essas vocações que seriam normalmente nascidas em famílias tradicionais, não mais ocorreram por declínio dessas empresas e grupos empresariais. Então, durante um certo período, como é natural, houve um processo brusco de mudança econômica no Estado, com a perda de comando da nossa economia, e a dispersão dos centros polarizantes.

Existiu, então, a necessidade do surgimento de uma nova mentalização empresarial, que no início ainda era muito imprecisa e pouco consolidada. E foi formada, apesar de na realidade o nosso atual homem de negócios estar ainda em formação em sua grande parte, visto que ele é originário de pessoas que não tinham tradição no ramo empresarial. E, esse grande grupo de empresários, que em sua maioria não é realmente maranhense, veio para nossa região em decorrência do processo migratório oriundo de inúmeras cidades de outros Estados, mas quando consolidaram aqui, despertaram para as vocações econômicas implícitas e souberam apro-

veitar muito bem essas oportunidades. Mas esse processo criou uma certa alienação empresarial no Maranhão.

Caso típico também é aquele cidadão que veio para aqui e se fixou, implantou sua família, e passou a ser um maranhense. Economicamente ele é um maranhense, pois aqui ele se fixou, ele investe, ele consome, ele poupa. Então, contra esse empresário não tenho nada a dizer. Porém, paralelamente a esse fatos, mais recentemente surgiu o interesse de grupos financeiros, industriais e comerciais de fora; estabeleceram filiais ou outros tipos de investimentos em nossa região, e que na realidade esse grupos tenderiam a funcionar apenas como captadores no Maranhão, para transferência dos recursos obtidos a seus Estados de origem. No caso, nós por sermos uma região bastante subdesenvolvida, não tínhamos como recusar essas empresas.

Por isso, afirmo que a política do governo na atração desses empresários é válida. O único problema é quando é dado certa preferência aos grupos de fora, deixando marginalizados os empresários da terra. Exatamente porque um empresariado como o nosso em formação, não consolidado, ele ainda não constitui um agrupamento organizado reivindicativo, e pelo seu pequeno peso, não é levado a sério pelo governo.

Não estou com isso justificando a atitude do governo. Mas, compreendo que o fenômeno está acontecendo. *É claro que o governo não deve fechar os braços para os investimentos que venham de fora; deixar de atraí-los. É evidente também, que com maior força ele deveria ser carinhoso, atencioso e aliado com os grupos empresariais locais que mostraram capacidade para os negócios. Esses grupos são muito importantes para o nosso Estado, porque aqui eles poupam, aplicam e aqui mesmo pretendem empregar os lucros e receitas auferidas. Tendem ainda em multiplicar seus investimentos e ganhos, oferecendo empregos na própria região.*

Então, eu não condenaria a política governamental,

que talvez no momento seja até pouco agressiva de atração de novos investidores de fora. Continuo achando, contudo, que essa medida não deveria se contrapor a um desinteresse, uma desatenção ao homem de empresas local, que é realmente o empresariado de maior interesse para os destinos econômicos do Maranhão.

**Jornal das Empresas** — Dentro do panorama econômico maranhense, instituiu-se uma visão do passado, como que aqui fosse a terra que possuiu uma sólida e estruturada economia. Aos saudosistas, os ecos desses tempos ainda são ouvidos. Necessariamente, desde o apogeu de suas grandes indústrias, o Maranhão parou, ou houve uma divisão de períodos econômicos nestes últimos 40 anos?

**Tribuzi** — Em primeiro lugar, excetuando o período colonial, no último quartel do século XVIII, até mais ou menos a década de 30 do século XIX, o Maranhão nunca teve assim um apogeu empresarial. Na realidade, aquele período com todas as terríveis distorções que implicavam numa estrutura social escravista, deram ao Estado muita força. No restante do século XIX nossa economia teve fases de maior, ou melhor aproveitamento, chegando ao fim do século tentando reagir ao processo de desagregação da força de trabalho escrava e a uma certa dificuldade de colocação do algodão maranhense no mercado internacional. Já com a implantação de uma indústria têxtil, apesar de incipiente, foi realmente o segmento econômico mais forte e organizado.

Essa indústria cresceu inegavelmente no começo do século XX, o Maranhão chegou a ser o 4º Estado industrial do país. Porém, esses dados não significam que essa estrutura fosse sólida e bem montada. De um modo geral faltava a mentalidade industrial, o que propiciava que os capitais disponíveis no comércio internacional, no comércio exportador nacional, e os capitais da agri-

cultura escravista procurassem uma melhor saída. Voltada ao vento, essa saída foi encontrada na implantação de uma industrial têxtil com bases na produção algodoeira que era bastante significativa na época, porém, batendo na mesma tecla: a falta de tradição industrial, iria trazer reflexos nos investimentos dessa indústria que foi superdimensionada, muito acima do potencial financeiro da época.

Logicamente, ela nasceu com graves dificuldades de funcionamento, sendo superadas somente com a 1ª Guerra Mundial, quando a demanda mundial de tecidos permitiu uma certa euforia no parque industrial têxtil. Em seguida esse parque vegetou durante toda a década de 20, sendo mais acentuada no período depressivo da grande crise mundial de 29. Com os anos 30, nada se modificou; só começando a sentir uma certa reativação da nossa economia, na Segunda Guerra, quando novamente foi criada uma demanda para os produtos têxteis alimentada pelas dificuldades próprias das guerras.

A precariedade da estrutura empresarial era tanta que o setor têxtil, mais precisamente, só conhecia grandes crescimentos, calcados em fenômenos exógenos como foram as grandes guerras.

*O colapso não demorou. Acaba a 2ª Guerra, com os mercados mundiais fechados, nossa indústria não teve condições de subsistir ao obsoletismo, à falta de visão empresarial, ao superdimensionamento de seus equipamentos. Por isso diria que na realidade, o processo da economia maranhense é declinante a cerca de século. Contudo, conheceu pequenos momentos de euforia que na realidade não invalidam o painel de um século de declínio.*

Nossa população aumentou com um certo dinamismo enquanto a indústria manteve-se a níveis produtivos, obsoletos, tradicionais, adinâmicos, ao longo desses cem anos. Mesmo que hoje estejamos produzindo 5

ou 6 vezes mais que no passado, nosso distanciamento do panorama nacional e regional evidenciam os nossos baixos índices de renda por habitante. O surto industrial não chegou a abalar essa linha secular de decadência que teve apenas dois momentos de glória, para em seguida voltar ao mesmo leito depressivo, que só viria a ser modificado com a abertura das grandes rodovias interestaduais e federais que atravessam nossas áreas de terras devolutas.

Essas terras virgens, permitiram um afluxo de milhares de imigrantes nordestinos com uma migração interna muito forte, que alterou os eixos produtivos da economia e as relações de produção, promovendo o esvaziamento das áreas de latifúndios tradicionais, em benefício de uma nova fronteira agrícola onde o lavrador encontrou uma relativa liberdade de produção. Esse foi o grande fenômeno que ocorreu no Maranhão nos últimos 100 anos. É claro que poderia ter produzido efeitos melhores, embora tenham sido frustrados pela falta de clareza pública da época.

Quando se tentou regularizar a situação das terras aconteceu a criação de uma enorme teia de grilagens, fraudes, abusos, expulsão dos lavradores ao crédito, a política dos preços mínimos, etc., que teria sido uma boa base para a formação de um novo tipo de estrutura social e econômica do Estado. Assim, que eu repetiria que o único fenômeno válido foi a abertura de estradas no fim da década de 40 e começo da década de 50, em sua grande parte em área de terras devolutas, realimentando e registrando a migração nordestina. Criando novas fronteiras para o Estado na região que se estende entre os Vales do Itapecuru, Pindaré e Tocantins. Assim surgiu a nossa primeira realidade econômica, que foi até certa parte afetada por lhe faltar medidas complementares que o poder público deveria ter tomado na devida oportunidade. Fora isso, foram 100 anos de paralisação.

**Jornal das Empresas** — É sabido que determinados fatores característicos da nossa região dificultam uma aceleração no processo de busca ao desenvolvimento. O Sr. colocaria esses entraves como um destino traçado, ou, apenas como falta de uma programação no planejamento elaborado?

**Tribuzi** — *Em princípio é possível promover desenvolvimento em todos os lugares do mundo. Exceto, evidentemente, em alguns desertos ou pólos que são inabitáveis. Em cima dessa assertiva, afirmo que não existe fatalidade. O fenômeno é humano: é a incompetência, a incapacidade humana que determinam estes fatos anormais.*

*Nós não temos sido suficientemente competentes para dar coerência ao processo de desenvolvimento do Maranhão. E devemos humildemente reconhecer isso. É o que se poderia conceituar como uma frustração das elites políticas, sociais e econômicas responsáveis pela condução e comando desse método. Todas elas fracassaram. É bem verdade, que há momentos que parece haver um processo de reativação, mas logo em seguida ele se perde e voltamos todos ao mesmo leito macio e estático. Essa é uma forma de comprovar a não existência de "fatalidades".*

Só para dar mais subsídios: dentro do Nordeste apenas dois Estados reúnem condições superiores muito acima de qualquer outra unidade da Federação. No caso a Bahia e o Maranhão. A Bahia está conseguindo criar o seu próprio modelo, enquanto que o Maranhão apenas deu a impressão que iria formar o seu, mas frustrou-se na expectativa. Então, o fracasso não é do solo, do clima, da falta de chuvas nem das condições objetivas de produção. *É o mau êxito das elites.*

Aliás, em toda parte do mundo, nos processos de desenvolvimento são determinantes principais, as condições naturais, a capacidade de seu povo e a competência e decisão dos homens que habitam essas regiões.

**Jornal das Empresas** — Conforme dados da Sudene, já foram liberados somente para os projetos aprovados para o Maranhão, Cr\$ 891,2 milhões até 76. Esse volume de investimentos canalizados, trouxe benefícios reais para nossa economia?

**Tribuzi** — Não há dúvidas que neste caso se tem que distinguir as coisas. Uma parte destes investimentos destinou-se a setores industriais com alguns projetos pesados como a Cepalma (hoje Inbel) e a Itapicuru Agro Industrial S/A (ex-grupo Bacelar). Só elas juntas, absorveram uma massa significativa desses recursos. São empresas de tecnologia avançada, indústrias básicas, porém pouco empregadoras em relação ao mesmo volume de capital empregado, mas ao mesmo tempo bastante positivas. É patente que sua presença é benéfica.

Por outro lado, o que sobrou desses recursos foi encaminhado a projetos agro-pecuários que também são absorvedores de pouco emprego. Apesar destes recursos não terem uma aplicação mais saudável, é satisfatório para um Estado pobre como o nosso, que qualquer afluxo de capital, qualquer decisão de investimento, é positiva, não podendo ser recusada, condenada ou censurada. Mas, bem longe de serem suficientes para nossa economia.

Admitindo-se que a renda interna do Maranhão ande hoje em volta de Cr\$ 8 bilhões, precisaríamos para manter uma taxa de crescimento regular, de investimentos anuais de um mínimo de Cr\$ 1,6 bilhão. Então considerando-se que a existência da Sudene se situa em torno de 18 anos verificamos que neste tempo todo foram canalizados para nós apenas cerca de Cr\$ 900 milhões, quando na realidade necessitamos de muito mais que este valor. Embora — por outro lado — esses recursos não sejam louváveis, são altamente satisfatórios, apesar da Sudene ter concentrado seus investimentos na área, em projetos industriais básicos e agropecuários que são

de capital intensivo e representam muito pouca criação de empregos.

**Jornal das Empresas** — Falou-se muito de uma divisão territorial no Estado, tão sonhada e solicitada pelos habitantes de Imperatriz. Levando-se em conta que a cidade tocantina contribui com cerca de 30% do ICM arrecadado no Estado, essa divisão, caso acontecesse não seria catastrófica para o Maranhão?

**Tribuzi** — Em primeiro lugar uma retificação: Imperatriz realmente contribui muito para a receita do Estado, mas está longe de representar 30% da arrecadação. De qualquer forma o peso de sua contribuição do ICM e de sua própria economia, é significativa para o Maranhão. No caso de uma separação eu não classificaria como "catastrófica". E porque admitir uma separação absolutamente desnecessária?... *Aí mais uma vez está havendo a falta de consciência do Governo Federal para essa grande cidade que aos poucos se torna a primeira grande metrópole do interior da Amazônia. Classifico essa tendência separatista como uma falta de visão. É inexplicável e inadmissível, chegando a hora da criação de um "colírio" para os olhos dos "coloridos separatistas", da região do Tocantins.*

Acredito muito mais, que bem cedo essa região venha a se integrar à economia maranhense na medida que forem pavimentadas as duas grandes rodovias Santa Luzia — Açailândia (liga São Luís a Imperatriz através da BR-135) e a S. Luís — Porto Franco. Quando estas estradas estiverem asfaltadas, a tendência de Imperatriz será integrar-se perfeitamente ao processo econômico do Estado, assumindo seu lugar de destaque, que é a de comandar uma reunião de fronteiras.

Desse jeito, o Maranhão pela primeira vez funciona ao contrário de suas tradições, em que regiões fora de nossas fronteiras são polarizadas por um pólo urbano

maranhense. Muito diversa da região Parnaíba, cuja população em grande parte é comandada por Teresina-PI, e do Alto e baixo Gurupi, que é polarizada por Bragantina, do Estado do Pará. Ao contrário, Imperatriz é hoje a região de influência do sul do Pará e norte de Goiás.

O que falta é um melhor tratamento a Imperatriz pela sua presença marcante no processo econômico, na receita do Estado, e sobretudo, nas suas perspectivas de desenvolvimento como a região que nos próximos anos terá o crescimento mais dinâmico da área. Baseado nestes fatos, é que diria que embora a separação não chegasse a ser catastrófica, é inteiramente injustificável e profundamente lamentável. O que é preciso é que o governo assuma a responsabilidade em preparar a cidade para essa liderança.

**Jornal das Empresas** — Os dados de 30% na arrecadação de Imperatriz nos foram fornecidos oficialmente. Em quando o Sr. calcula que seja o percentual de participação da cidade no ICM?

**Tribuzi** — Entre 15 e 20% no máximo. Provavelmente, em torno de 15%.

**Jornal das Empresas** — Muito já se falou em desenvolvimento maranhense, quando a renda per capita local não ultrapassa os 80 dólares. Se esse processo se tornasse realidade, haveria lugar para o homem nativo?

**Tribuzi** — Depende, exclusivamente, do modelo e do projeto que se pretende implantar no Maranhão. *Se ele for maranhense, não excluirá o homem local. É possível idear, planejar e programar um estudo econômico em que o maranhense desempenhe um papel importante. Quando digo, homem nativo, não sou excludente: é a pessoa que seja da terra por decisão, nascimento, ou tenha se integrado à nossa vida social e política. E é possível de-*

*envolver esse projeto. Agora se você pergunta se ele está em fase de elaboração, eu tenho minhas dificuldades em responder.*

Está muito em moda, certos programas preocupados com a exótica conceituação de defesa dos nossos padrões. Esse modismo está levando os nosso técnicos a uma realidade distorcida, como é o caso do modelo sedutor na área oficial: o elo entre o pólo mínero-siderúrgico do Itaquí e a pecuarização do Estado. Em qualquer planejamento com esse sentido, o motivo maranhense será expellido para fora de nossas fronteiras, e não teria mais nenhuma participação ativa, porque ele não seria mais o Maranhão. Ainda nesse modelo, o boi substituiria o homem, e provavelmente, até pelo peso que seria dado à indústria siderúrgica se implantada no tamanho em que foi dimensionada, ocorreria que a renda hipotética do maranhense iria ficar nas alturas, como uma das maiores do país. Isso é uma distorção da nossa realidade.

Lamento sentir ser esse o modelo de adesão oficial, e bastante endossado por técnicos que deveriam ter uma visão mais ampla do problema. Agora o que me deixa mais triste, é parecer que os círculos oficiais preconizam esse modelo — o casamento do pólo mínero-siderúrgico com a pecuarização gradativa do Estado. Vai ser um desastre, do qual o maranhense estaria afastado e simplesmente, não teria espaço para si, passando a disputar a sua vaga com a do boi, tendo como epílogo sua fatal expulsão de nossas fronteiras.

**Jornal das Empresas** — A importação de tecnologia ajudaria bastante na criação de uma indústria mesmo de menor porte entre nós? Existe alguma medida do governo nesse sentido?

**Tribuzi** — A meu ver, no momento econômico maranhense, o processo desejável de industrialização seria maciçamente empregador, com indústrias leves diretas ao con-

sumo. Não tão exigentes, tão requintadas em demandas tecnológicas. Com tecnologias disponíveis a nível regional e algumas delas até na área estadual.

*O grande problema da nossa industrialização, é a estrutura de produção e renda existentes, onde a população vive fora dos mercados consumidores. Essa informação, nos condiciona a um programa de indústrias exportadoras. Ora, esse tipo de indústria tem que ter tecnologia avançada, sofisticada, altamente concentradora de capital e é, acima de tudo, pouco empregadora. Não que se deve deixar essa indústrias de lado, acima de tudo porque a matéria-prima é abundante na área, mas é que ela não é a solução para os problemas do Maranhão. O antídoto seria uma indústria empregadora, fornecedora de produtos acabados, de consumo direto, que traria mais vitalidade às nossas cidades que estão deterioradas. Mas parece que esse processo vem sendo vetado, pela simples desculpa de existência de um mercado consumidor na região.*

Na verdade, é necessário apenas ter uma reserva de mercado que atendesse de 30 a 40% da capacidade delas, como base mínima para manter o seu equilíbrio. O restante seria uma ampliação gradativa que o próprio mercado absorveria, sem haver a necessidade de transportar esses produtos para outros Estados, o que iria encarecer, substancialmente, o produto final sem condições competitivas no mercado nacional. Daí porque o grande obstáculo me parece esse. *O Maranhão não se industrializa por falta de uma escala mínima de proteção de mercado, com um mínimo de rentabilidade.*

*Sinteticamente, para que pudesse prosperar um parque industrial adequado às demandas sociais e econômicas do Estado, o primeiro ponto seria abranger o mercado consumidor interno. E isso só poderia acontecer se fosse feita uma total e séria reformulação na política de terras com seus sistemas de produção voltadas para os produtos agrícolas. Assim, se poderia incorporar 80% da po-*

*pulação rural mais a população marginal urbana num mercado de produtos industriais. Cumprida essa etapa, então, nós passaríamos de um mercado hipoteticamente situado de 300 a 400 mil consumidores para um grande mercado de 3 milhões de compradores em potencial. Um mercado que enseja numerosas indústrias leves, altamente empregadoras, com condições de absorver o desemprego latente urbano e permitindo o restabelecimento da economia num outro patamar, num outro nível.*

**Jornal das Empresas** — O Sr. que foi a figura central no planejamento econômico de três governos seguidos acha o babaçu como a mais forte de nossas riquezas, não seja prejudicial a nossa frágil economia?

**Tribuzi** — Até agora não tem sido. Mas o babaçu não pode ser nossa única obsessão, nos levando a acreditar que pode ou vai resolver todos os problemas do Maranhão. Como também não devemos acreditar que a indústria siderúrgica do Itaqui, caso seja construída, será o oásis do Estado. Coitada daquela região ou país que depende de um só produto. Mas, tenho que afirmar que o babaçu é uma grande riqueza. Apenas por deficiência tecnológica nós deixamos de aproveitá-lo integralmente. Na verdade somente 5% do peso do coco é aproveitado atualmente, quando a gama de produtos industriais emanados do produto é deixada de lado por falta de tecnologia no setor. Aí fica evidenciada nossa deficiência. Até a palmeira tem utilização industrial, mas é barrada por incapacidade tecnológica nossa, somada à deficiência de capital que proibe o aproveitamento integral do babaçu. No caso poderia haver uma participação estatal para seu melhor aproveitamento. Mas, creio que não existe interesse do governo nesse sentido.

O babaçu é, com certeza, mal aproveitado, mas não é um produto inibidor no processo de produção. Produtos como arroz, milho, feijão e mandioca têm se expan-

Então, nos resta somente apelar ao turismo espontâneo do paraense e piaulense para os fins de semana virem visitar São Luís. A inexistência de um programa de férias, é outro entrave que não deixa haver um fluxo permanente de turistas. O perfil de nosso turista, é o classe média alta do centro-sul, possuidor de gosto pelas coisas exóticas, pelas coisas do passado e outros atrativos que sua cidade natal não possua. Esse sim, devemos buscar com unhas e dentes.

Como disse anteriormente, fala-se muito em turismo, mas a política traçada me parece totalmente errônea.

**Jornal das Empresas** — Quais os principais problemas da economia maranhense?

**Tribuzi** — *O problema crucial da nossa economia situa-se na má estrutura de uso e posse da terra. Tudo mais que é ruim decorre disso. Se nós tivéssemos uma boa estrutura de posse, com uma força produtiva que representa cerca de 75% da população e essa população pudesse trabalhar na terra, com acesso ao crédito sem ficar submetido ao processo de intervenções financeiras, com o acompanhamento técnico, então produziríamos modernizações objetivas, com uso de equipamentos mecanizados, adequados ao equilíbrio dos fatores capital, terra, trabalho. Se pudéssemos mexer nesse sistema, adequadamente, iríamos aumentar substancialmente nossa produção agrícola, e conseqüentemente, a renda do Estado. Isso propiciaria melhor remuneração da grande massa rural do Maranhão, que tem níveis muito baixos de renda, numa economia quase de subsistência.*

Iríamos introduzir nessa população alguma capacidade de compra e, através disso, induzir processos de industrialização de sustentação urbana, na indústria e nos serviços. *Aí porque reafirmo: mais que qualquer outro Estado brasileiro, no Maranhão, 80% da população vive diretamente da agricultura ou como revendedores*

*de seus produtos. Ao tocar nos sistemas de uso e posse da terra, das relações de produção, estaríamos podendo beneficiar pelo menos 80% dos habitantes do Estado. Eis o problema apresentado. Porém, se não for mexido, não poderá ser sanado.*

**Jornal das Empresas** — Para o Sr. o maior problema do Maranhão é a terra. Qual então a solução que seria apresentada para resolver a questão?

**Tribuzi** — Infelizmente o poder público perdeu o tempo preciosíssimo. Em 1958 um dos maiores economistas maranhenses, vivo, Prof. Ignacio Rangel, esteve em São Luís a serviço do Governo Federal, e, produziu um trabalho onde analisava os efeitos das rodovias federais no Estado e os problemas de terras que estavam surgindo. Como conclusão, propunha medidas que fixassem o homem à terra. Uma cópia desse estudo foi remetida ao governador da época, — Matos Carvalho — que não tomou o menor interesse. Diga-se de passagem que também o Governo Federal resolveu não agir. Então perdeu-se um tempo precioso de 58 para cá. Quase 20 anos em que se permitiu que a estrutura de posse de terra que já era má, ficasse mais confusa, chegando hoje a uma complicação total, quando se quer saber quem é o verdadeiro dono de cada espaço de terra no Maranhão. Inclusive reconheço que essa identificação requer um trabalho difícilíssimo.

Deveria ser desenvolvido um projeto que possibilitasse a titulação àqueles que comprovassem ser, realmente donos, e, as que não tivessem proprietários titulados (devolutas em princípio) o governo deveria titular seus ocupantes para as tornarem produtivas. Mas para essa política seria necessária a criação de instrumentos que impedissem a esses pequenos e médios lavradores titulares, alteração dessas terras por um prazo nunca inferior a 10 anos preservando dessa maneira uma men-

talidade agrária mais saudável, ao mesmo tempo em que não permitia mais a formação de latifúndios por um processo de neo-colonização.

Não seria mais o processo antigo de comprar a polícia, chamar o juiz e expulsar o ocupante. Apenas mudou para comprar todo mundo. Comprar o grileiro, o ocupante e o legítimo titular. São grupos fortes que vêm de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e gastam de Cr\$ 1 mil a 2 mil para regularizar essas terras como seus donos absolutos. Funciona na base de pagar Cr\$ 1 mil para o que se diz legítimo dono; Cr\$ 500 para o grileiro e os outros Cr\$ 500 para o ocupante. Então, todo mundo fornece declarações desistindo de uma reclamação futura, e de posse desses documentos o empresário vai ao cartório e registra toda a terra em seu nome. Porém é um processo pacífico. Não como o de neo-colonização que tende a transformar o Estado numa grande pastagem, evacuando o homem rural maranhense para a Amazônia, e deixar as terras para o pasto de boi. Isso economicamente é péssimo para o Estado.

*Com toda a tecnologia e capital existentes, uma propriedade agro-pecuária produz menos da metade que um agricultor rudimentar naquele mesmo hectare. Então se estas regiões hoje ocupadas pela agricultura forem transformadas em áreas de pecuária, a renda do Estado vai cair para a metade ou menos da metade, e fatalmente sua população rural vai embora.*

Mas é preciso ter coragem para promover essa regularização fundiária. Esse é o caminho que ainda pode ser seguido para resolver o problema, embora reconheça que já não é uma ótima hora para se começar.

**Jornal das Empresas** — O que se está fazendo atualmente em agricultura no Maranhão?

**Tribuzi** — Está se fazendo um matadouro de grande porte num Estado que já possui outro, onde logicamente um dos dois, vai ter que ficar ocioso. Eles têm capacidade tão superdimensionada, que basta só a metade de um deles em funcionamento para abastecer a demanda de carne no Maranhão. Está se fazendo, ou fez-se, uma usina de pasteurização de leite em pó. E vai se fazer uma central de abastecimento encravada no coração da zona urbana considerada nobre — o que é uma aberração completa. Todas as centrais ficam sempre nas periferias dos centros urbanos das cidades e situadas nos eixos viários de fácil acesso. A Ceasa do Maranhão, ao contrário, está sendo implantada na região que dentro de 5 anos será a área nobre de ocupação residencial urbana de São Luís. Vai então, ser criado um fluxo de tráfego infernal, pesado, de grandes caminhões, num local de circulação interna de veículos particulares. *Na verdade, a nossa Ceasa vai ser apenas um supermercado maior.*

**Jornal das Empresas** — Fora isso, não existe uma política traçada para o setor agrícola?

**Tribuzi** — *Não gostaria de ser um radical.* Sei que existe um esforço de suas entidades — EMAPA e EMATER — num sentido técnico e de programação. Mas são esforços isolados, que não chegam a ter muita força, porque não fazem parte de uma política global. Decorre simplesmente da seriedade pessoal dos seus dirigentes. Para evidenciar essa afirmativa, uma oportunidade excepcional se ofereceu recentemente ao Maranhão: o Programa Nacional do Alcool - via mandioca. Nosso Estado como segundo produtor de mandioca do Nordeste e terceiro do Brasil, que oferece uma estrutura de regiões de cerrado excepcionais para produção de mandioca, e uma certa tecnologia do plantio do produto obviamente, não poderia perder uma chance dessas que tem muito dinheiro federal à disposição. Entretanto, ele não tomou

nenhuma providência para elaborar um estudo das nossas potencialidades na produção de mandioca. Ao contrário que se interessou em pesquisar projetos dessa natureza, foi a Escola de Agronomia da FESMA, que não é o órgão específico. Então a Escola de Agronomia foi quem entrou em contato com a EMAPA para fazer um convênio tentando selecionar espécies para fazer competição de espécies (se é mais rica em amido e se produz mais álcool).

A Sagrima, muito ao contrário, está preocupada em fazer a Ceasa, a Usina de Leite em Pó e o Matadouro. Nota-se bem: a empresa que montou o matadouro de Bacabal (ex-grupo Cisabe-Sabesa), moderníssimo, é uma grande devedora do Estado através do Banco de Desenvolvimento do Maranhão. Ela ofereceu este matadouro ao governo por um preço aproximadamente a metade do custo do que está em construção, mas o governo fechou os olhos para essa oferta e resolveu construir o seu. Porém, caso funcionem os dois, mesmo em funcionamento precário, não existe mercado para eles. Assim que classifico a política agrícola do Maranhão no trinômio Ceasa, Matadouro e Usina de Leite em pó.

**Jornal das Empresas** — O Sr. identificaria o principal fator da crise econômica que o Maranhão atravessa?

**Tribuzi** — Eu continuo dizendo que num Estado onde o governo atravessa nas suas mãos cerca de 40% da renda interna, onde ele é a única entidade rica numa pobreza generalizada, onde seus empresários não chegam a ser ricos, se este governo funciona mal tudo funciona mal.

Num país como o Brasil, a crise interna é muitas vezes menor que o peso do governo do Maranhão. Então caso o governo federal funcionasse mal, seria uma calamidade pública. Imagine-se qual não seria o efeito se ele é o responsável pelo fomento da riqueza nacional?

*No Maranhão, especificamente, o governo é o grande*

*empresário; o grande empreiteiro; o grande comprador; o grande vendedor e prestador de serviços, se ele tiver uma administração fora das nossas realidades, toda a economia sofrerá sérios reflexos. Não adianta ter uma grande produção se não possuímos estradas para escoá-las. Apenas para ilustrar, existe uma figura exótica no Maranhão, chamada "Caminhão de Safra". É aquele veículo que o especulador compra e atravessa a safra inteira, vendendo-o depois como ferro velho. Então, o proprietário do caminhão tem que tirar o seu preço nesse período a custo absurdo para a nossa agricultura. Com esse exemplo que vem se aliar aos outros já citados, é que reafirmo que não pode andar bem um economia onde o governo em vez de estimular a produção do leite, se preocupa em industrializar um leite que não existe. Monta um matadouro frigorífico moderno com custo elevadíssimo, sem se preocupar em elevar o padrão da pecuária maranhense.*

*E o governo remunera mal seu funcionalismo debilitando a capacidade aquisitiva, afetando de maneira dramática a cidade de São Luís, onde mais de 40% de sua população depende direta ou indiretamente dos cofres públicos. É uma cidade falida, esvaziada, essa que é a verdade. Hoje, ingovernável a menos que o governo estadual subsidie fortemente a administração municipal, não adiantando ao contrário do que se vem fazendo, substituir João por Manoel na Prefeitura, porque São Luís é ingovernável pelos seus próprios meios. A sua arrecadação é insuficiente, até para pagar o funcionalismo público.*

Então, a verdade, volto a dizer: é um governo que pela sua inércia, pela sua falta de visão, de seu próprio peso e falta de conhecimento está querendo construir um centro administrativo de Cr\$ 2 bilhões, quando ele alega não ter dinheiro sequer para os sistemas de serviços essenciais. E, arranja recursos para construir as pirâmides de Quéops?... Qual é o resultado, o benefício econômico que isso trará para a economia do Estado?

*Parece até que nós estamos sendo governados por pessoas com conceitos coloniais onde você tem um pequeno grupo de privilegiados e uma grande massa de escravos. Será que estamos tentando reimplantar no Maranhão o período colonial?... Então reafirmo: nossos males têm duas raízes básicas, a má administração e todas suas conseqüências.*

**Jornal das Empresas** — O Sr. é favorável à estatização de empresas no Brasil em setores determinados como energia, comunicações, etc.?

**Tribuzi** — Exceto em alguns setores que considero altamente estratégicos que envolvem inclusive segurança nacional — como é o caso de energia e comunicações — o governo brasileiro só deve estatizar o que a iniciativa privada não tiver condições de realizar. Mas, chamo atenção para o problema que normalmente o empresário nacional diz que o governo não apóia seus empreendimentos, quando na realidade a coisa é outra. Ele para realizar tem que ter condições e tratamento normal, como financiamento a facilidades também normais de crédito. Não ele não possuir recursos e depois *recorrer ao governo federal como se o governo fosse uma eterna mãe do empresariado brasileiro, transferindo renda pública para beneficiar restritos grupos de empresas privadas.* No caso, seria melhor uma estatização nestes setores.

Agora, nos setores onde a iniciativa privada tenha condições de capital e tecnologia para agir, então o governo deveria deixar esses empresários mais à vontade. Talvez até fosse mais conveniente ao Estado se pudessem estatizar progressivamente alguns setores. Por exemplo na indústria siderúrgica. Caso ele alienasse 30 ou 40% das ações das companhias estatais como forma de captação de recursos para aplicação em outras atividades seria uma boa medida.

O modelo japonês funciona assim. O governo aliena parcelas ou até o totalidade de certas empresas de economia mista demandando esses recursos para outros setores. Exemplo típico é a indústria de aço japonesa que foi desnacionalizada, vendida a grupos privados, mas que possibilitou ao governo a criação de uma indústria naval que também já foi alienada. Aconteceu também com as suas ferrovias e mais recentemente com a indústria petroquímica.

No caso do Brasileiro talvez o nosso modelo não seja aberto a esse ponto. Mas, não vejo como uma má política o caso do governo federal vender mais ações da Petrobrás, Eletrobrás, Cia. Siderúrgica Nacional. O que tenho, realmente, são dúvidas se a iniciativa privada compraria essas ações. Inicialmente ela estaria propensa a comprar a Eletrobrás, a Petrobrás para depois impor as tarifas que entendesse. Por isso acho que estes setores básicos devam ser estatais. Apenas poderia destatalizar um pouco essas empresas, e, devendo o governo agir energicamente onde houvesse o interesse nacional. É o caso do acesso tecnológico para enfrentar a indústria nuclear. Aí, sim, se impõe a estatização. Porém, *a estatização não deve ser perseguida como uma política, e só deve ser usada quando inevitável.*

**Jornal das Empresas** — O Sr. que também é empresário acha que no processo econômico maranhense, o homem de negócios é omissos ou omitido?

**Tribuzi** — Realmente ele está sendo omitido. *Na verdade nos voltamos a uma política de governo na qual sua única função é cobrar tributos.* Então como o empresário maranhense é extremamente dependente do poder público ele fica com medo de ser omissos nesse processo. Principalmente porque o grande comprador é o governo. Assim que quando ele resolve reivindicar recebe como

troco não um esquecimento, mas um castigo. Tudo isso por falta de representatividade nos órgãos de classe. Então, ele prefere se encolher, esperando se deixam um pouco do sol para si nessa estória.

**Jornal das Empresas** — O Sr. que foi o alvo das mais profundas manifestações em comemoração ao cinquentenário de sua existência não acha que, no momento atual, as mais diversas formas culturais de nosso povo estão sendo bloqueadas?

**Tribuzi** — Esse problema existe e diria que não é de hoje. Ele persiste, infelizmente porque o país se dispersou para as metrópoles em termos culturais. É um país fisicamente metropolitano.

Há atualmente no Brasil aquilo que definiria como pontos obrigatórios de passagem cultural. Se você não passa pelo Rio, ou São Paulo num primeiro grau e em segundo, por Porto Alegre, Belo Horizonte ou Salvador, não consegue ter dimensão cultural. Isso ao ponto, como disse um grande escritor que não me recordo o nome "quem não passar, quem não pisar a Cinelândia (Rio) ou os calçadões de Copacabana não pode pretender a glória literária". *É um problema por fora de nossa realidade cultural. Como se fosse preciso alienar; abandonar seu local de nascimento — onde você se aprimorou e frutificou culturalmente — para buscar um pouco de glória numa destas metrópoles. Infelizmente essa é a realidade.*

No caso de Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, já se consegue ter um certo eco, mas que na realidade dificilmente algum valor nativo seu terá uma consagração efetiva, ingressará no Olimpo cultural brasileiro, sem passar pelas ruas do Rio ou São Paulo. Classifico essa série de coisas como uma doença nacional. É claro que se governos estaduais tomassem medidas de cunho cultural o panorama poderia ser modificado. *Também é lógico que o governo não é o melhor Mecenas, mas até certo ponto parece o inevitável Mecenas.*

A única saída que se apresenta, é estes governos fornecerem condições, não personalisticamente, como é de praxe nos governos nordestinos quando favorecem A,B,C e D; mas formando um programa cultural onde fosse investido maciçamente em cultura. Essa medida só traria benefícios a esses governos. Evidentemente que no caso isolado do Maranhão, pela sua pequena dimensão cultural e um mercado consumidor de cultura muito pequeno, sem grandes ecos, caso a vontade governamental desses um pequeno espaço a cultura, as coisas seriam mais fáceis. *Principalmente que no Maranhão, a cultura ainda é seu maior patrimônio.*

Outro fator que entravaria esse programa, caso fosse realizado, é que atualmente é difícilimo publicar livros de poesia, porque o Instituto Nacional do Livro elevou as tiragens patrocinadas pelo governo, para o mínimo de 5 mil exemplares. Essa quantidade é uma edição para um poeta maior como Carlos Drummond de Andrade. Qualquer poeta que ainda não tenha um nome parecido ou igual a esse, se vender 3 ou 4 mil livros de poesia no Brasil, é um fenômeno. Com essa medida o I.N.L. afastou uma série de pequenas editoras que se dedicavam a publicar poesias como tiragem que variavam de 2 mil até 3 mil exemplares. Então, esse campo ficou entregue aos governos estaduais, que teriam que patrocinar seus autores, não em edições provincianas, mas sim inseridas num processo de distribuição nacional. E a mesma coisa deveria ser feita com a música, a pintura, etc. O governo deveria investir nestas culturas para dar dimensão nacional aos seus artistas. Mas, infelizmente, talvez, só a Bahia tenha sabido explorar este aspecto, tirando grandes dividendos. Outros Estados, ao contrário não tem sido uma política agressiva para o setor cultural.

**Jornal das Empresas** — Como líder de vários grupos renovadores dos padrões culturais do Maranhão, com o lançamento do movimento Antroponáutica — entre

outros — o Sr. não sente que a juventude atualmente está sendo esquecida pelos órgãos culturais em seus apelos e proposições de apoio?

**Tribuzi** — É, voltamos ao mesmo ponto. Não diria que está sendo totalmente esquecida, o que falta é um programa cultural. Lembro que o tempo em que iniciei minha atividade cultural, tudo era difícil. Hoje, ao contrário, há mais facilidade na publicação de livros, na organização de mostras de pinturas, na apresentação de grupos musicais. Mas, na realidade, tudo isso me parece muito insuficiente. Existe ainda muita coisa por fazer. Necessitamos — isto sim — de mais dinamismo do governo e de uma política de maior estímulo, para não ficarmos ao sabor das circunstâncias culturais que sempre são relegadas nos planejamentos oficiais.

**Jornal das Empresas** — Sua atividade literária veio por vocação ou por decorrência de sua formação cultural?

**Tribuzi** — O problema de minha vida cultural eu considero uma inevitabilidade. Na verdade eu não escrevo porque acho que haja momentos que tenho que escrever... *Escrevi porque não tinha jetto. Como respiro, eu tinha que escrever. Tinha que me expressar. E isto, considero uma vocação..* Tanto foi uma vocação que apesar de todos os aspectos, todos os fatores, todas as circunstâncias, eu continuei escrevendo e publicando.

*Eu não diria que me considero realizado. Absolutamente, acho que ainda posso produzir muito, e, talvez mais da metade do que escrevi esteja ainda inédito pela simples falta de condições para editar. Umhas de natureza pessoal, outras de dificuldades nacionais, como autor de província que sou. Eu reconheço que ainda há muita coisa em potencial e que talvez o que de melhor eu possa fazer, ainda esteja por ser feito. Não que fique pensando, me programando. Mas, é claro que nestas alturas*

dos acontecimentos eu considere em consequência disso e também do julgamento de terceiros — que o potencial que tenho é válido e é uma contribuição que tem um certo valor. As opiniões insuspeitas me levaram a essa conclusão.

Realmente sou muito mau julgador de mim mesmo. Mas, acredito bastante no julgamento de terceiros. Por isso mesmo, que me realizo na atividade literária. E, que tudo mais sejam acidentes, que eu não posso evitar. Acredito piamente, que eu ainda vou, enquanto tiver bulindo, respirando, o coração pulsando e eu conseguir pensar, eu vou pensar. E vou dizer o que estou pensando, tanto quanto me deixarem.

**Composto, arte-finalizado e impresso nas oficinas do  
SIOGE, em agosto de 1992.**



**Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE  
Rua Antônio Rayol, 505 - Centro  
São Luís - Maranhão — CEP: 65.015  
Fone: (098) 232-3599 Telex: (098) 2411  
Fax: (098) 232-3746**



**BANDEIRA TRIBUZI**  
DESENHO DE FLORIANO TEIXEIRA

Tribuzi chegou ao desprendimento de, em defesa ou em comprovação de seus ideais, sacrificar sua própria saúde. Ignorava horário convencional, enquanto executava a tarefa de cumprir suas obrigações inadiáveis. Todas as pessoas ou quase a totalidade dos que mourejavam ao seu lado dirigiam-se, quando do momento aprazado, para o aconchego do lar; ele, ao contrário, permanecia na sua tenda de trabalho - conforme a denominava, criando planos e mais planos, indiferente ao esgotamento físico, procurando encontrar a solução mais eficaz, mais prática e proveitosa que viesse beneficiar, em termos globais, o modo mais humano de viver da comunidade maranhense.

E o povo, depois do seu inesperado passamento, soube retribuir essa vocação humanitária, reverenciando o seu nome como um autêntico paladino, um defensor de nobres causas sociais, elevando o seu poema **Louvação a São Luís** à categoria honrosa de hino oficial da Cidade, ato consolidado através da Lei nº 2305, 31.10.77.

Assim, este livro, **Estudos Inéditos**, de Bandeira Tribuzi, vem a ser o exemplo mais incontestável do que afirmamos, comprovando sua versatilidade e agudeza mental. Percorrendo suas páginas, observaremos que, a par da linguagem castiça, contida, (que sempre cultivou com esmero e proficiência) ressaltará, além disto, desses predicados, o seu embasamento técnico, o seu argumento iluminado em prol do desenvolvimento da economia do Estado e exploração de suas riquezas em potencial.

Por tudo isso, por todas essas razões meritórias, podemos, de bom grado, afirmar que Bandeira Tribuzi no desempenho de suas responsabilidades, atuou como um legítimo bandeirante do espírito moderno.

**ANTÔNIO JOSÉ MUNIZ**  
Diretor-Presidente do SIOGE